

Estudo Socioeconômico do Município de Feira de Santana e Municípios Selecionados no Estado da Bahia: Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista

Volume 4 – Emprego e Mercado de Trabalho

Relatório de Pesquisa

Uberlândia
Dezembro/2021

www.ieri.ufu.br/cepes

Este Relatório de Pesquisa tem o objetivo de divulgar os resultados das análises desenvolvidas no âmbito do Projeto de Pesquisa *Estudo Socioeconômico do Município de Feira de Santana e Municípios Selecionados no Estado da Bahia*.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do CEPES/IERI/UFU.

Este é um texto acessível. As imagens possuem textos alternativos. A fonte utilizada não possui serifas para facilitar a leitura por softwares de leitura para pessoas com deficiência visual.

Elaboração:

Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de Economia e Relações Internacionais

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais – CEPES

www.ieri.ufu.br/cepes

Organização:

Ester William Ferreira

Revisão de conteúdo:

Luiz Bertolucci Jr.

Projeto gráfico e capa:

Welber Tomás de Oliveira

Como citar esse trabalho:

OLIVEIRA, Alanna S.; FERREIRA, Ester W. **Volume 4 – Emprego e Mercado de Trabalho em Feira de Santana e Municípios Selecionados da Bahia: Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista**. In: FERREIRA, Ester W. (org.). Estudo Socioeconômico do Município de Feira de Santana e Municípios Selecionados no Estado da Bahia: Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista. Uberlândia-MG: Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES) /Instituto de Economia e Relações (IERI) Internacionais/Universidade Federal de Uberlândia (UFU), dezembro 2021. 129 p.

Instituições Envolvidas

Contratante:

Prefeitura Municipal de Feira de Santana – BA

Colbert Martins da Silva Filho

Prefeito

Realização:

Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Valder Steffen Júnior

Reitor

Instituto de Economia e Relações Internacionais

Prof. Dr. Haroldo Ramanzini Junior

Diretor

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais

Henrique Daniel Leite Barros Pereira - Coordenador

Ester William Ferreira - Coordenadora do Projeto

Contratada:

Fundação de Apoio Universitário – FAU

Rafael Visibelli Justino

Diretor Executivo Pro Tempore

Equipe Técnica do Projeto

Acompanhamento da execução do estudo

Representante da Prefeitura Municipal de Feira de Santana - BA

Carlos Alberto Oliveira Brito
Secretário Municipal de Planejamento

Coordenadora do estudo e relatora:

Ester William Ferreira

Subcoordenador e relator:

Luiz Bertolucci Júnior

Demais relatores:

Alanna Santos de Oliveira
Carlos José Diniz
Henrique Ferreira de Souza
Rick Humberto Naves Galdino
Rodrigo Fernandes Gomes da Silva
Tarcísio Fernandes de Paula
Vanessa Petrelli Corrêa
Welber Tomás de Oliveira

Bolsista:

Laís Benevenuto de Azevedo
Graduanda do curso de Relações Internacionais do
IERI/UFU.

Apresentação

O presente Relatório de Pesquisa constitui documento integrante da execução do projeto de pesquisa *Estudo Socioeconômico do Município de Feira de Santana e Municípios Selecionados no Estado da Bahia: Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista*, demandado pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana-BA e desenvolvido pelo CEPES - Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais – do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, em parceria com a FAU – Fundação de Apoio Universitário.

O referido projeto teve como ponto de partida o estudo comparativo, realizado também pelo CEPES, em 2018¹, a partir dos dados demográficos e socioeconômicos de seis municípios, entre eles: Feira de Santana-BA.

Nesta direção, os municípios selecionados para o presente estudo – Feira de Santana, Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista – foram definidos pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana com o objetivo de traçar as características do desenvolvimento demográfico, social e econômico a partir do levantamento das similaridades e das diferenças apresentadas por esses municípios baianos no que se refere às temáticas: demografia; dinâmica produtiva; emprego e mercado de trabalho; finanças públicas municipais e comércio internacional. Além da análise e da discussão dos dados inerentes a cada uma dessas temáticas, busca-se, também, compreendê-los à luz das mudanças macroeconômicas vivenciadas pelo país nas décadas recentes, por meio de síntese dos principais resultados apresentados em seis volumes.

O **Volume 1** discute os principais resultados dos demais temas que compõem o Relatório à luz da lógica da dinâmica produtiva dos diferentes municípios analisados. Assim, a discussão parte da evolução do perfil da estrutura produtiva do estado da Bahia que, a partir da década de 1960, passa a configurar um importante avanço industrial. Nessa análise inicial são destacadas as características que estruturalmente vão se entronizar no estado, como a forte concentração da produção e a profunda relação da economia da Bahia com a dinâmica econômica da região Sudeste-Sul.

¹ Título do estudo: Dinâmica Socioeconômica de Municípios Selecionados: Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA), Juiz de Fora (MG), Londrina (PR), Ribeirão Preto (SP) e Uberlândia (MG). Disponível em: <http://www.ieri.ufu.br/cepes/pesquisa-e-estudos/regional>

Ainda nesse item, à luz dessa discussão, é levantado o perfil básico dos municípios que estão sendo estudados na presente pesquisa até a década de 1990. Em seguida, é realizada a análise dos modelos de crescimento da economia brasileira entre 2003 e 2021. A compreensão é a de que os dados levantados para estes quatro municípios baianos somente podem ser compreendidos à luz da análise do comportamento da economia brasileira e do que mudou ao longo do tempo em termos do perfil da demanda e da atuação do Estado. Por fim, serão explorados os principais resultados levantados para os interregnos 2003/2010 e 2011/2020 e que foram descritos em cada volume (exceto a parte de demografia, que levou em conta outra periodicidade).

O **Volume 2** detalha os aspectos demográficos relativos aos quatro municípios selecionados, analisando a dinâmica populacional resultante do ritmo de crescimento dos municípios nas Décadas de 2000 e 2010, considerando as informações censitárias e as estimativas populacionais, comparando a dinâmica destes municípios no âmbito das regiões em que se articulam e integram: Territórios de Identidade, Regiões Metropolitanas e Regiões Geográficas Intermediárias. Discute-se, também, a composição da população residente por grupo etário e sexo por meio de diversos indicadores: Razão de Dependência, Razão de Sexo, Idade Mediana, Índice de Envelhecimento, entre outros. Por fim, avalia-se o impacto da migração de curto prazo, observada nos quinquênios 1995-2000 e 2005-2010, e da migração de longo prazo, calculada para os anos 2000 a 2010, no tamanho e composição da população censitada em 2010.

No **Volume 3** é analisada a estrutura produtiva dos municípios de Feira de Santana, Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista, entre os anos 2002 e 2018. O desempenho econômico e a composição produtiva desses municípios são examinados por meio dos produtos internos brutos (PIB) municipais e dos valores adicionados brutos (VAB) da agropecuária, da indústria, dos serviços e da administração pública.

O **Volume 4** fornece um conjunto de indicadores que auxiliam no delineamento do mercado de trabalho baiano, compreendendo sua evolução, horizontes, dificuldades e potencialidades, porém, com um recorte territorial específico nos municípios selecionados. O marco temporal definido para o estudo, neste volume, são os anos 2009 a 2019, partindo-se do entendimento que esses anos guardam características e acontecimentos que acabaram por conformar mudanças na estrutura ocupacional no Brasil, tornando-se necessário olhar mais atento nos dados que trazem. São utilizadas

as seguintes fontes de informações: i) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); ii) Pnad Contínua (IBGE); e iii) Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Previdência.

O **Volume 5** apresenta a evolução orçamentária dos municípios selecionados e, em termos médios, do conjunto de municípios do Brasil e do Estado da Bahia. São analisados os dados das contas e subcontas das Receitas e Despesas Orçamentárias no período 2000 a 2020, com o objetivo de demonstrar a origem e o destino das variações dos recursos. Ademais, são apresentados indicadores de finanças públicas municipais, que também permitem uma análise comparativa dos municípios estudados, entre 2015 a agosto de 2021. Os dados orçamentários foram obtidos nas publicações anuais do Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional – “FINBRA - Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios”.

O **Volume 6** tem o objetivo de demonstrar o panorama do comércio internacional dos municípios estudados, nos anos 2000. Para tanto, primeiro, analisa-se as exportações, as importações e a balança comercial desses municípios entre os anos de 2000 e 2020, e, posteriormente, trata-se dos principais produtos exportados e importados pelos mesmos, nos anos de 2010 a 2020. Os dados utilizados nesse estudo referem-se aos disponibilizados pela Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (SECINT), do Ministério da Economia (ME).

Entende-se que este Estudo constitui importante ação para o conhecimento da realidade dos municípios de Feira de Santana, Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista, podendo subsidiar estudos, projetos e ações por parte de instituições acadêmicas, órgãos públicos, empresas, pesquisadores, profissionais de diversas áreas, estudantes e população em geral com vistas ao crescimento e ao desenvolvimento desses importantes municípios no Estado da Bahia.

Sumário

Volume 4

Emprego e Mercado de Trabalho em Feira de Santana e Municípios Seleccionados da Bahia: Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista.

1. Introdução	10
1.1. Fontes de dados	13
1.2. Evolução e reestruturação do mercado de trabalho brasileiro: adoção de um marco temporal de análise	14
1.3. O mercado de trabalho baiano: como estava e para onde vai?	26
2. Feira de Santana (BA): uma análise realizada do município conjuntamente a Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista	34
2.1 Análise da estrutura geral do emprego formal – Bahia e municípios seleccionados	37
2.2 Análise do perfil do trabalhador formal – Bahia e municípios seleccionados	88
3. Considerações Finais	113
Referências	120
Anexo	122

Volume 4

Emprego e Mercado de Trabalho em Feira de Santana e Municípios Selecionados da Bahia: Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista.

RESUMO

Este Volume visa fornecer um conjunto de indicadores que auxiliem no delineamento do mercado de trabalho baiano, compreendendo sua evolução, horizontes, dificuldades e potencialidades, porém, com um recorte territorial mais específico, qual seja: com enfoque para o município de Feira de Santana (BA), objeto maior desta investigação, juntamente aos municípios de Camaçari (BA), Salvador (BA) e Vitória da Conquista (BA). O marco temporal definido para este estudo são os anos 2009 a 2019, partindo-se do entendimento que esses anos guardam características e acontecimentos que acabaram por conformar mudanças na estrutura ocupacional no Brasil, tornando-se necessário olhar mais atento nos dados que trazem. São utilizadas as seguintes fontes de informações: i) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); ii) Pnad Contínua (IBGE); e iii) Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Previdência.

Palavras-chave: Emprego; Mercado de Trabalho; Feira de Santana; Municípios; Bahia.

Employment and Labor Market in Feira de Santana and Selected Municipalities of Bahia: Camaçari, Salvador and Vitória da Conquista.

ABSTRACT

This volume aims at providing a set of indicators that help delineating Bahia's labor market, including its evolution, horizons, difficulties and potentialities, however, with a more specific territorial focus: the municipality of Feira de Santana (BA), the main object of this investigation, along with the municipalities of Camaçari (BA), Salvador (BA) and Vitória da Conquista (BA). The time framework defined for this study comprehends the years 2009 to 2019, based on the understanding that these years contain characteristics and events that contribute to determine changes in the occupational structure in Brazil, making it essential to take a closer look at the data they bring. The following sources of information are used: i) National Household Sample Survey (Pnad) by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE); ii) Continuous PNAD (IBGE); and iii) Annual Social Information List (Rais) from the Ministry of Labor and Social Security.

Keywords: Employment; Labor Market; Feira de Santana; Municipalities; Bahia.

Emprego e Mercado de Trabalho em Feira de Santana e Municípios Selecionados da Bahia: Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista

*Alanna Santos de Oliveira²
Ester William Ferreira³*

1. Introdução

O emprego no desenvolvimento de uma região: um preâmbulo às transformações no mundo do trabalho e à perspectiva regional de análise

Quando se trata de temas ligados ao desenvolvimento econômico-social, quase não há discordância acerca do protagonismo da variável emprego, tanto como expressão de crescimento e dinamismo de um dado local quanto como condicionante destes. A análise do mercado de trabalho propicia um aparato substancial para investigações ligadas à dinâmica e trajetória evolutiva de uma dada localidade, trazendo à tona fatores tanto de ordem econômica quanto social.

Neste contexto, é fundamental destacar que o mundo do trabalho vem sofrendo uma gama de transformações de grande profundidade e de maneira célere por todo país. Essas transformações, é claro, não são exclusivas à sociedade brasileira, mas, ao contrário, elas já estão em curso há algumas décadas na grande maioria dos países, e, sendo o Brasil um país marcado por acentuadas heterogeneidades estruturais, essas mudanças podem assumir impactos ainda mais profundos ou, ao invés disso, encontrar limitações mais severas a serem transpostas.

No período mais recente, as transformações referidas no parágrafo anterior se refletem especialmente em dois grandes eixos: i) na forma de reestruturações produtivas relevantes que decorrem do próprio avanço do processo de acumulação

² Pesquisadora do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Economista pelo IERI/UFU e Doutora em Economia pelo IERI/UFU.

³ Pesquisadora do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Economista pelo IERI/UFU e Doutora em Economia pelo IERI/UFU.

capitalista, dando origem a novas ordens técnico-produtivas, como é o caso da “Revolução 4.0”; e ii) no que diz respeito ao próprio desenho da sociedade do trabalho, que transita celeremente para uma sociedade de serviços, com forte tendência à flexibilização do direito do trabalho e desregulamentação da relação existente entre trabalho e capital.

Essas mudanças vão se processando com intensidade por todo o mundo no decorrer do século XXI, embora chegue com relativo atraso ao Brasil e outras economias da América Latina. Neste âmbito, é importante destacar que a Reforma Trabalhista, iniciada em 2017, e a pandemia da Covid-19 contribuíram para a aceleração das principais tendências que vinham modificando o mundo do trabalho no Brasil, com respeito ao segundo grande eixo de transformações mencionado.

Já no que diz respeito ao primeiro eixo de mudanças, o qual se liga invariavelmente à evolução tecnológica, cumpre ressaltar a existência de uma elevada heterogeneidade nos impactos dessas transformações, a depender do país e, conseqüentemente, de seu grau de desenvolvimento. De acordo com Gimenez e Santos (2019), o Brasil é um exemplo de como esse processo enfrenta dificuldades de várias naturezas, a exemplo da desindustrialização (prematura) que está em curso no país, da forma como este se insere nas cadeias globais de valor, da sua estrutura tributária regressiva, da sua dificuldade de capitalização para investimentos, da debilidade da internet, da infraestrutura precária, além das fragilidades do seu sistema educacional e profissional.

A falta de desenho de uma política industrial e tecnológica em esfera federal no país compromete de modo relevante o modo como este pode se beneficiar da Revolução 4.0 e, por conseguinte, acentua a necessidade de iniciativas regionais ou locais criativas (apesar da maior dificuldade de obtenção de recursos por essas instâncias relativamente à federação) que consigam aproveitar especializações e outras vantagens próprias. Ainda segundo o estudo dos autores, o conjunto de novas tecnologias derivadas da Indústria 4.0 pode afetar o Brasil negativamente, do ponto de vista de sua inserção internacional, visto que, com as dificuldades apresentadas, o país não conseguirá se aproveitar das novas oportunidades no bojo da quarta revolução industrial.

De tal modo, até mesmo áreas e atividades em que a economia brasileira apresenta alguma vantagem comparativa (e que, em geral, se refere a recursos

naturais e mão de obra barata) podem ser impactadas pelo processo de robotização e substituição do fator trabalho. Todas essas mudanças produtivas e tecnológicas também alteram qualitativamente a demanda por profissionais e, desse modo, impacta sobre a exigência em termos de qualificação e educação.

Boa parte das mudanças em curso já tem ampliado a demanda por profissionais mais altamente qualificados. O impacto de uma tecnologia mais intensiva e precisa (que substituirá cada vez mais o fator trabalho, não somente em atividades rotineiras, mas de razoável capacidade cognitiva) se dará também em setores com predominância de trabalhadores de nível médio de formação, o que aponta para uma crescente concorrência entre os trabalhadores de baixa qualificação profissional (que sofrem menor pressão para automação, já que os salários mais baixos desses profissionais costumam postergar a aquisição de robôs para sua substituição), que poderão passar a competir por vagas juntamente com trabalhadores com maior qualificação que foram deslocados de suas atividades tradicionais em face da substituição do fator trabalho pelas máquinas.

Todo esse preâmbulo acerca das transformações que acometem o mundo do trabalho foi feito com o intuito de ressaltar os maiores desafios que uma economia, como a brasileira, enfrenta para superação dos obstáculos à geração de emprego com qualidade e crescente inclusão de suas camadas mais marginalizadas, do ponto de vista histórico. Mas queremos chamar atenção para o fato de que o Brasil, ao constituir um país de dimensões continentais, abriga dentro de si diversas realidades – todas submetidas aos mesmos padrões de transformações relatadas, porém, cada qual com suas próprias vantagens e especificidades, que, por vezes, abrem espaço também para distintas reações político-econômicas.

Sob essa perspectiva, a análise do mercado de trabalho que será realizada neste Volume se pauta na economia baiana, um estado que é o maior gerador de empregos da região Nordeste, e o sexto maior do país. Uma economia que apresenta elevada concentração de pessoas no setor de serviços, sobretudo em atividades como educação, saúde e turismo. A Bahia também se destaca por ser um dos estados com maior proporção de população negra, tornando-se, então, um bom ponto de referência para se entender o recorte racial no locus econômico-social do trabalho. Outro ponto que chama atenção é a existência de órgãos e entidades ligados à promoção do desenvolvimento regional que atuam de forma ativa no estado, a exemplo da

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e da Agência de Fomento do Estado da Bahia – Desenbahia.

1.1. Fontes de dados

Esta seção visa fornecer um conjunto de indicadores que auxiliem no delineamento do mercado de trabalho baiano, compreendendo sua evolução, horizontes, dificuldades e potencialidades, porém, com um recorte territorial ainda mais específico, qual seja: com enfoque no município de Feira de Santana (BA), objeto maior desta investigação, juntamente aos municípios de Camaçari (BA), Salvador (BA) e Vitória da Conquista (BA). Estes quatro municípios encontram-se entre os cinco maiores geradores de emprego formal no estado e, juntos, respondem por quase metade de todo mercado formal da Bahia.

Serão utilizadas as seguintes fontes de informações: i) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); ii) Pnad Contínua (IBGE); e iii) Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Previdência. As duas primeiras fontes de dados serão utilizadas na construção do panorama do emprego baiano, ao passo que, para análise específica dos quatro municípios serão empregadas as estatísticas da Rais, visto que, com exceção da capital baiana, as informações da Pnad e Pnad-Contínua não podem ser utilizadas para desagregação nos outros três municípios, por não constituírem, em desagregado da Unidade da Federação, uma amostra estatisticamente significativa para essa extrapolação.

Com isso, deve-se ressaltar que, enquanto os dados da Pnad e Pnad-C derivam de uma pesquisa amostral e domiciliar, as informações da Rais se referem a registros administrativos de declaração obrigatória pelos empregadores formais do país. Desse modo, enquanto Pnad e Pnad-C captam o conjunto do mercado de trabalho, agregando, portanto, sua parcela formal e informal, a Rais abrange apenas essa primeira, ou seja, somente o emprego constituído formalmente. Por isso, a análise apresentada para os quatro municípios assume um viés específico que é o da formalidade do trabalho.

Adicionalmente, destaca-se, com relação aos dados da Rais, que estes são disponibilizados anualmente e compilam registros administrativos sistematizados por meio de declarações obrigatórias para os estabelecimentos empregadores formais do

país. Os vínculos empregatícios declarados abrangem os seguintes: regime celetista de trabalho; regime estatutário; trabalhador avulso administrado pelo sindicato da categoria ou pelo órgão gestor de mão de obra para o qual é devido depósito de FGTS; trabalhador temporário regido pela Lei 6.019/1974; aprendiz nos termos do art.428 da CLT; o trabalhador rural cujo contrato é regido pela Lei 5.889/1973; diretor sem vínculo empregatício; contrato de trabalho por prazo determinado regido pela Lei 9.601/1998; contrato de trabalho por tempo determinado regido pela Lei 8.745/1993 com redação dada pela Lei 9.849/1999; contrato de trabalho por prazo determinado regido por lei estadual; e contrato de trabalho por prazo determinado regido por lei municipal.

Já os dados da Pnad-C passaram a ser produzidos em caráter definitivo pelo IBGE a partir de janeiro de 2012, e a série constituída viria, então, a substituir a pesquisa anterior que era anual (Pnad) e que se encerra em 2015. De acordo com o próprio IBGE, a pesquisa contínua visa “acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País”.

1.2. Evolução e reestruturação do mercado de trabalho brasileiro: adoção de um marco temporal de análise

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C) auxiliam fortemente na compreensão da condição e evolução do mercado de trabalho brasileiro de 2012 em diante (ano em que se inicia a referida série). Por meio de alguns de seus principais indicadores, como a taxa de desemprego aberta⁴, a taxa composta de subutilização do trabalho⁵ e o nível de ocupação⁶, é possível apreender alguns dos principais movimentos experimentados pela força de trabalho no marco dos principais acontecimentos da economia brasileira, no decurso da referida década. Essas estatísticas são apresentadas nas Figuras 1, 2, 3 e 4.

⁴ Essa taxa se refere ao percentual de indivíduos que não estavam ocupados na semana de referência da pesquisa, mas que tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho nos trinta dias precedentes à entrevista da pesquisa, medido em relação à população economicamente ativa (ou também denominada força de trabalho).

⁵ Essa taxa se refere ao somatório dos desocupados/desempregados; subocupados por insuficiência de horas (pessoas que trabalharam menos de 40 horas semanais e que tinham disponibilidade e vontade de trabalhar mais horas para complementação da renda); e da força de trabalho potencial (aqueles que buscaram trabalho, porém não se encontravam disponíveis para assumi-lo na semana de referência, e os que não procuraram, mas estariam disponíveis para assumir).

⁶ Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.

Os anos de 2012 a 2014 revelam uma tendência à queda na desocupação e na subutilização da mão de obra, tanto no Brasil quanto na Bahia. A menor taxa de desemprego da série da Pnad-C é registrada nesse período, durante o 4º trimestre de 2013, no caso do país (6,2%) e, também, da Bahia (9%). De outro lado, o nível de ocupação assume as proporções mais elevadas nesse mesmo intervalo, chegando ao seu pico de 57,3% no país e de 55,9% no estado. Esse primeiro cenário pode ser, portanto, descrito como predominantemente marcado por relativo aquecimento do mercado de trabalho, apesar dos efeitos da crise internacional de 2008, que voltaram a resvalar com certa força sobre as economias subdesenvolvidas no decorrer dos anos 2012 e 2013.

Todavia, a crise interna que o Brasil viria a experimentar, de cunho econômico-político, nos anos de 2015 a 2016, muda radicalmente esse quadro, levando o desemprego e a subutilização a crescerem de forma latente. Para se ter uma ideia, a desocupação sobe 1,4 ponto entre o último trimestre de 2014 e o primeiro de 2015, dando início a uma trajetória de elevação ininterrupta, no país, até o primeiro trimestre de 2017. No primeiro trimestre de 2016, o desemprego atinge a casa dos dois dígitos (10,9%), e permanece neste patamar desde então. O Estado da Bahia que, historicamente, apresenta taxas de desemprego e subutilização mais elevadas que as do país, também experimentou uma situação similar. A desocupação aumentou 1,6 ponto entre o último trimestre de 2014 e o primeiro de 2015, exibindo tendência notadamente crescente até 2017. De modo análogo, o nível da ocupação no Brasil, bem como na Bahia, inicia uma trajetória de queda evidente a partir desse período.

Diante da referida crise, o ano de 2017 é marcado pela tentativa de encabeçamento de reformas neoliberais que, em última instância, segundo seus defensores, contribuiriam para a solvência do Estado, equilíbrio das contas públicas e, desse modo, conformação de um cenário propício à retomada do investimento e emprego no país. Dentre elas, a que definitivamente apresentaria maiores consequências para o mundo do trabalho é a Reforma Trabalhista, que teria início com a aprovação da Lei 13.467/2017. A ideia mais geral por trás da referida reforma é a de que a flexibilização das leis trabalhistas teria impactos positivos na geração de empregos, uma vez que reduziria o custo da contratação de trabalhadores para os empresários.

Dentre as diversas alterações que foram, então, promovidas pela reforma, destacam-se: i) a contratação de serviços terceirizados, possibilitando a terceirização de quaisquer atividades, inclusive das atividades-fim; ii) a inserção de novas modalidades de contrato e amplificação de anteriores, como é o caso da gênese do trabalho intermitente e da ampliação do temporário; iii) a regulamentação do teletrabalho; iv) a prevalência do negociado sobre o legislado; v) e a redução do marco de atuação da Justiça do Trabalho. Cumpre destacar que a reforma trabalhista não parou na referida lei, mas, sim, teve continuidade, como mostraria a Minirreforma Trabalhista de 2019, implementada pela MP881 (cujo texto original visava alterar cerca de 36 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho).

Apesar da proposição da Reforma Trabalhista, o interregno de 2017 a 2019 revela que as taxas de desemprego e subutilização no país permanecem sobremodo elevadas, registrando uma média de 12,3% no caso da primeira e 24,1% no da segunda. Apesar da tendência à queda apresentada do segundo ao quarto trimestre de cada ano, no primeiro trimestre a elevação da desocupação, que costuma ser característica, tornou difícil uma redução sustentada da taxa a apenas um dígito.

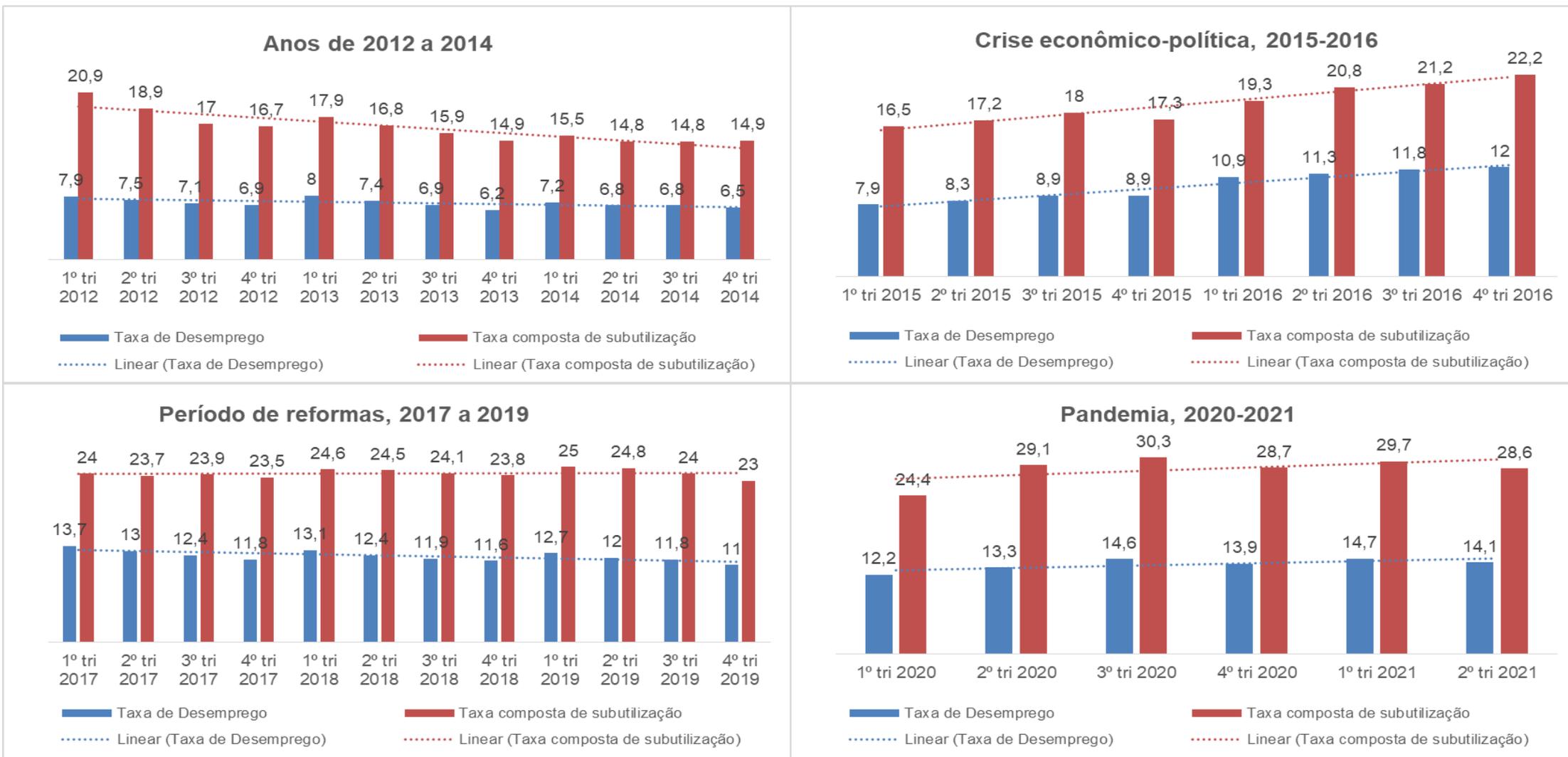
Esse mesmo quadro pode ser identificado no mercado de trabalho baiano, mas com relação ao nível de ocupação, a situação do estado apresenta leves contornos distintos. Enquanto no Brasil o nível de ocupação parece apresentar razoável tendência à elevação no período, na Bahia, apesar de pontuais elevações (como no quarto trimestre de 2017 e terceiro de 2018), o comportamento dessa taxa se mostra predominantemente mais descendente.

De todo modo, é importante ressaltar que o período de 2017 a 2019 compreende um momento bastante singular para o mercado de trabalho brasileiro, como será visto a partir de outros dados que caracterizam a estrutura ocupacional do país. As taxas de desemprego e subutilização que, apesar de ligeiras quedas, persistiam em níveis alarmantes, não estavam desacompanhadas, no entanto, de relativo aumento do nível da ocupação. A questão central para apreensão desse cenário reside, no entanto, no tipo de emprego que, aos poucos, a economia foi gerando.

Apesar do crescimento de apenas 1% ao ano da economia brasileira nos três anos seguintes à crise de 2015-2016, e dos resultados insatisfatórios em importantes indicadores do mercado de trabalho, acreditava-se (e ainda se acredita)

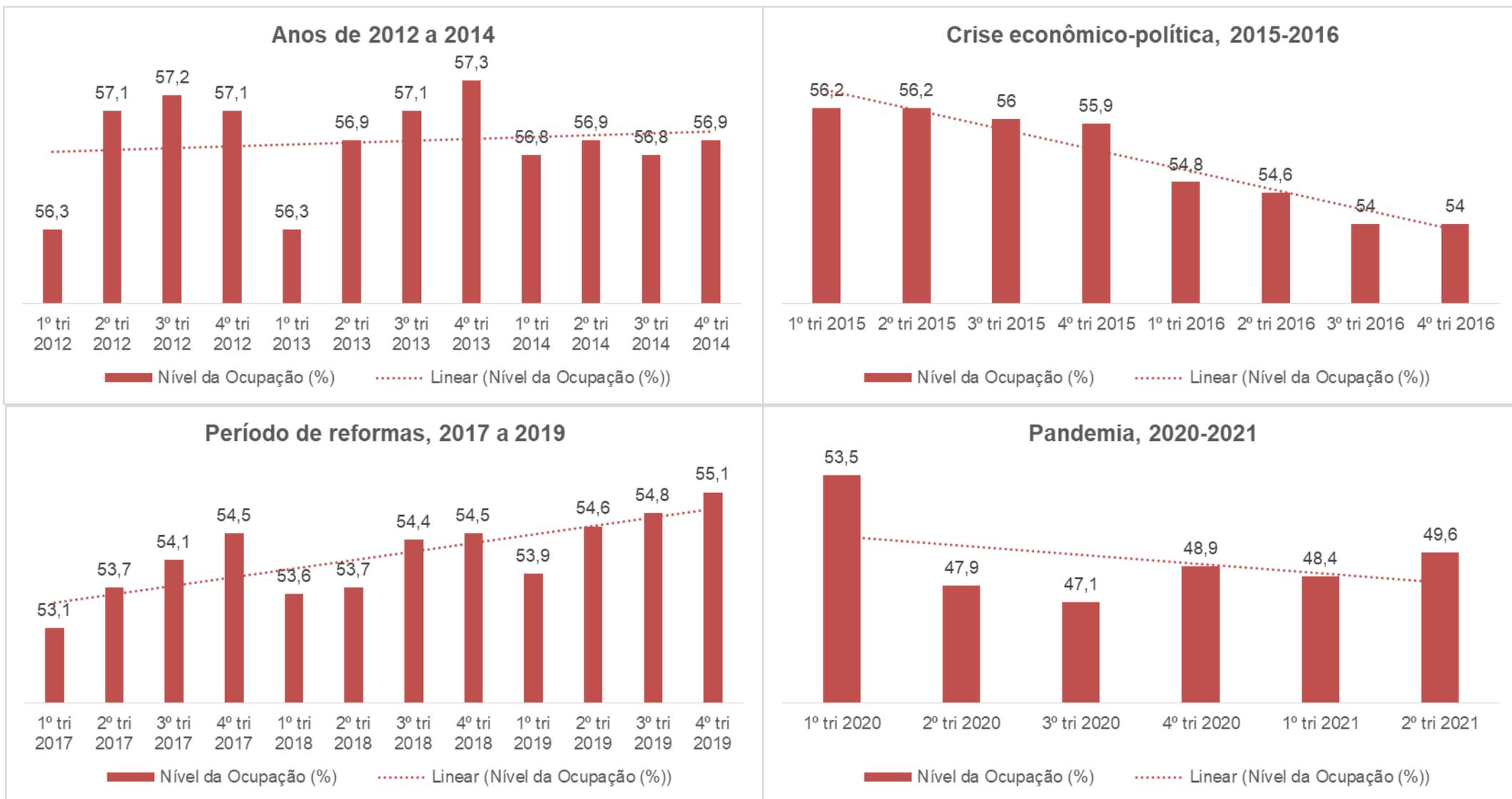
que a continuidade da aprovação das reformas (como a administrativa) poderia consumir a retomada do dinamismo dos investimentos e do mercado de trabalho no país. Foi nesse íterim que surgiu a crise da pandemia da Covid-19, com a chegada do vírus ao país, marcada pelo primeiro caso no dia 26 de fevereiro. A partir de então, o desemprego e a subutilização voltariam a subir, atingindo níveis recordes para a série histórica. No primeiro trimestre de 2021, a taxa de desemprego, no Brasil, chegou a 14,7% e, na Bahia, a 21,3%. De igual modo, o nível da ocupação atingiu seu mínimo histórico no terceiro trimestre de 2020 (47,1% para o Brasil e 39,5% para a Bahia).

Figura 1 - Brasil: Taxa de Desemprego e Taxa Composta de Subutilização (%)



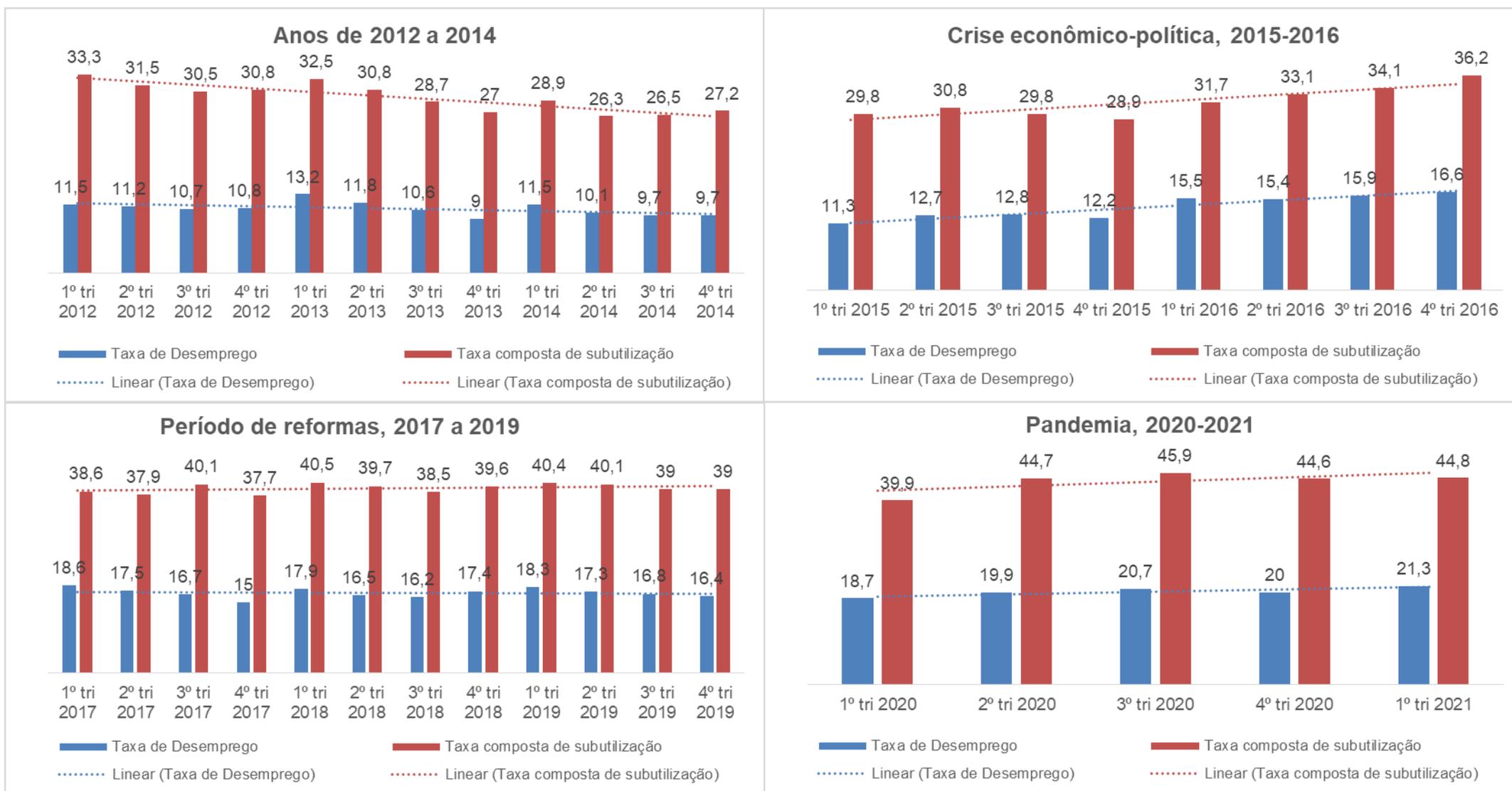
Fonte: Pnad-C, IBGE. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Figura 2 - Brasil: Nível de Ocupação (%)



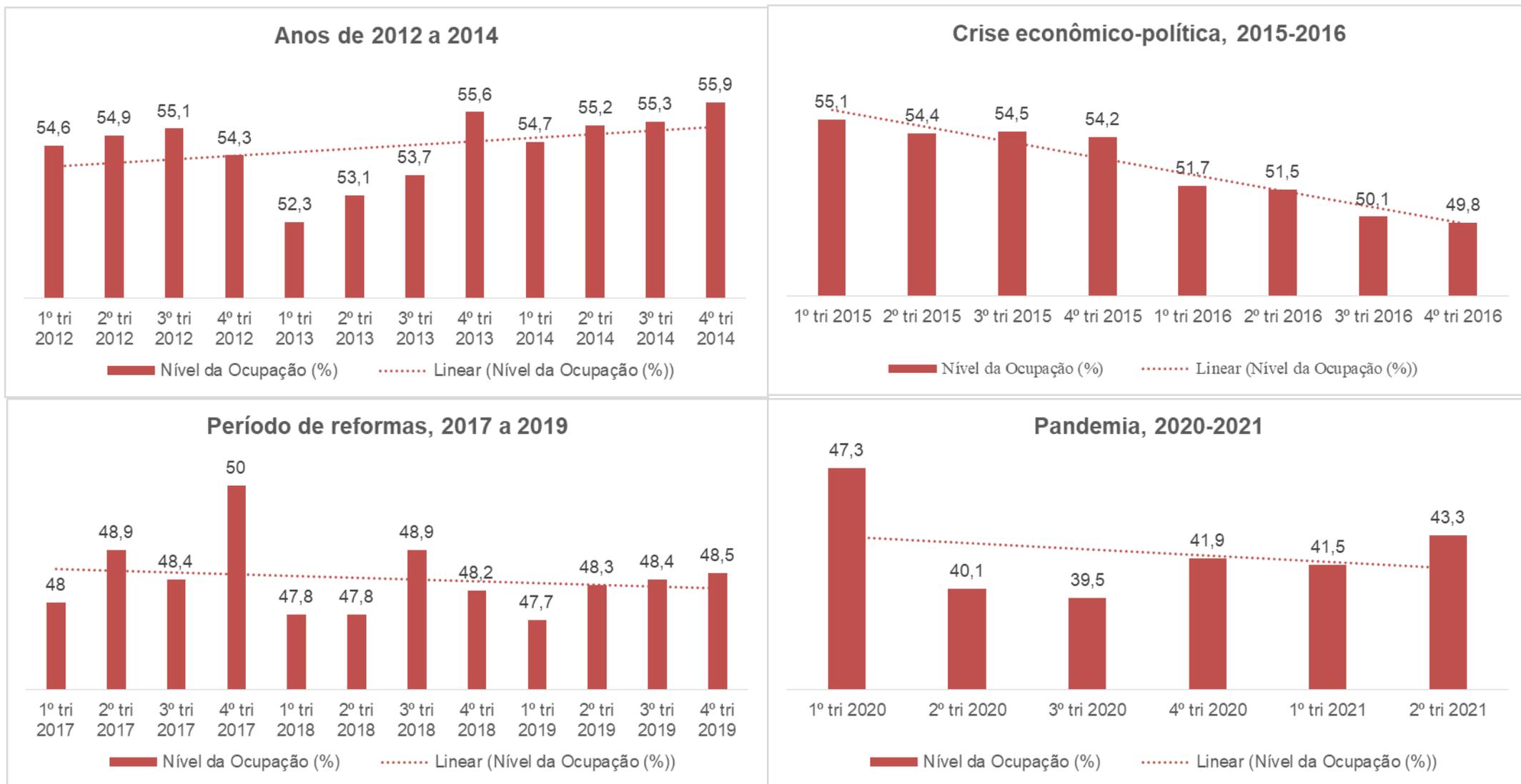
Fonte: Pnad-C, IBGE. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Figura 3 - Bahia: Taxa de Desemprego e Taxa Composta de Subutilização (%)



Fonte: Pnad-C, IBGE. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Figura 4 - Bahia: Nível de Ocupação (%)



Fonte: Pnad-C, IBGE. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

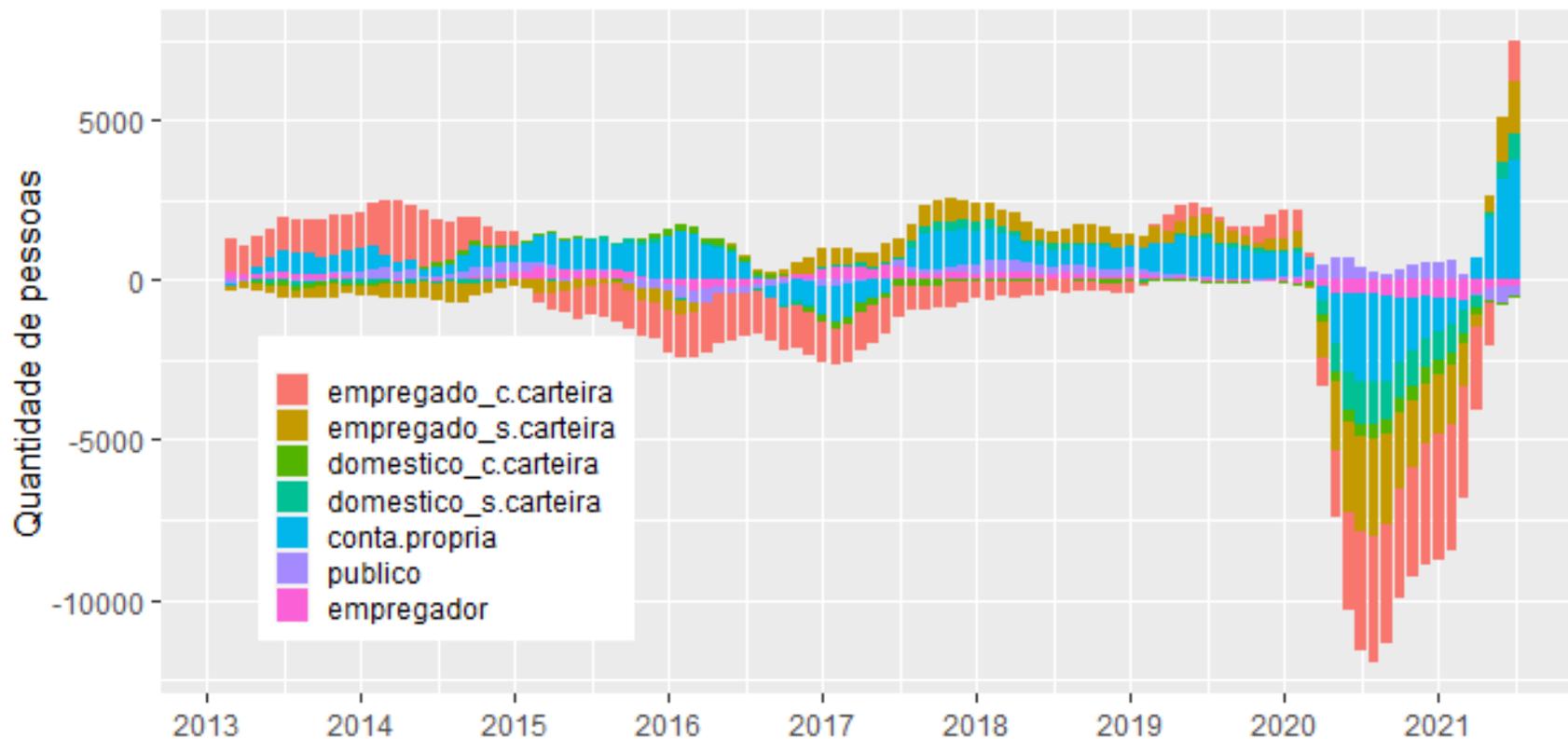
Possivelmente, o mais relevante a se destacar com respeito à crise pandêmica trata-se do modo como ela acentua tendências que estavam em curso no delineamento do mercado de trabalho brasileiro no marco anterior. O que se busca evidenciar, aqui, é a presença de elementos comuns na estruturação do mercado de trabalho brasileiro que vão se projetando desde a crise econômico-política de 2015-2016 e que são acirrados tanto pelo descrito quadro de reformas como pelo contexto da pandemia. São essas características, em última instância, que possibilitam o entendimento de um novo marco para a estrutura ocupacional no Brasil, permitindo uma análise razoavelmente apurada em dois subperíodos: 2009 a 2014, e 2015 a 2020⁷.

Um traço característico do processo de reestruturação do mercado de trabalho brasileiro desse segundo subperíodo diz respeito à participação crescente da informalidade na conformação dos postos de trabalho. É possível notar que, inclusive durante a crise de 2015-2016, algumas categorias de ocupação sofreram menos, ou até mesmo, exibiram algum incremento, como é o caso dos trabalhadores por conta própria. No período de 2017 a 2019, além da contribuição desta categoria para a massa de ocupados, destaca-se também a dos trabalhadores sem carteira (empregados privados e domésticos). Embora a crise da Covid-19, durante os dois primeiros trimestres de 2020, impactou mais severamente os trabalhadores informais, a partir do terceiro, são justamente esses postos que passam a ser retomados.

A decomposição da variação interanual da população ocupada durante a série mensal da Pnad-C possibilita a apreensão da referida situação (Gráfico 1). Até o início de 2015 nota-se que os empregados privados com carteira contribuíram de forma predominante para a evolução positiva da massa de ocupados no país, assim como também o fizeram os trabalhadores por conta-própria, embora em menor magnitude. A partir de 2015, no entanto, aqueles passam a exibir um processo de decréscimo interanual e os empregadores e conta-próprias é que se destacam positivamente até o início de 2017. Entre este último ano e 2018, os trabalhadores sem carteira é que exibem incremento nos ocupados e, de 2018 a 2019, somam-se novamente a eles os conta-próprias e empregadores. Com a pandemia, apenas os empregados do setor público mantêm uma contribuição positiva até meados de 2020, e só mais ao final do referido ano é que os conta-próprias e empregados sem carteira tornam a variar positivamente, acrescentando à população ocupada.

⁷ Para os dados da Rais, o último ano disponível até o momento de elaboração deste relatório era o ano de 2019.

Gráfico 1 – Decomposição da Variação Interanual da População Ocupada na Pnad-C – Brasil, 2013 a 2021



Fonte: Pnad-C, IBGE. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

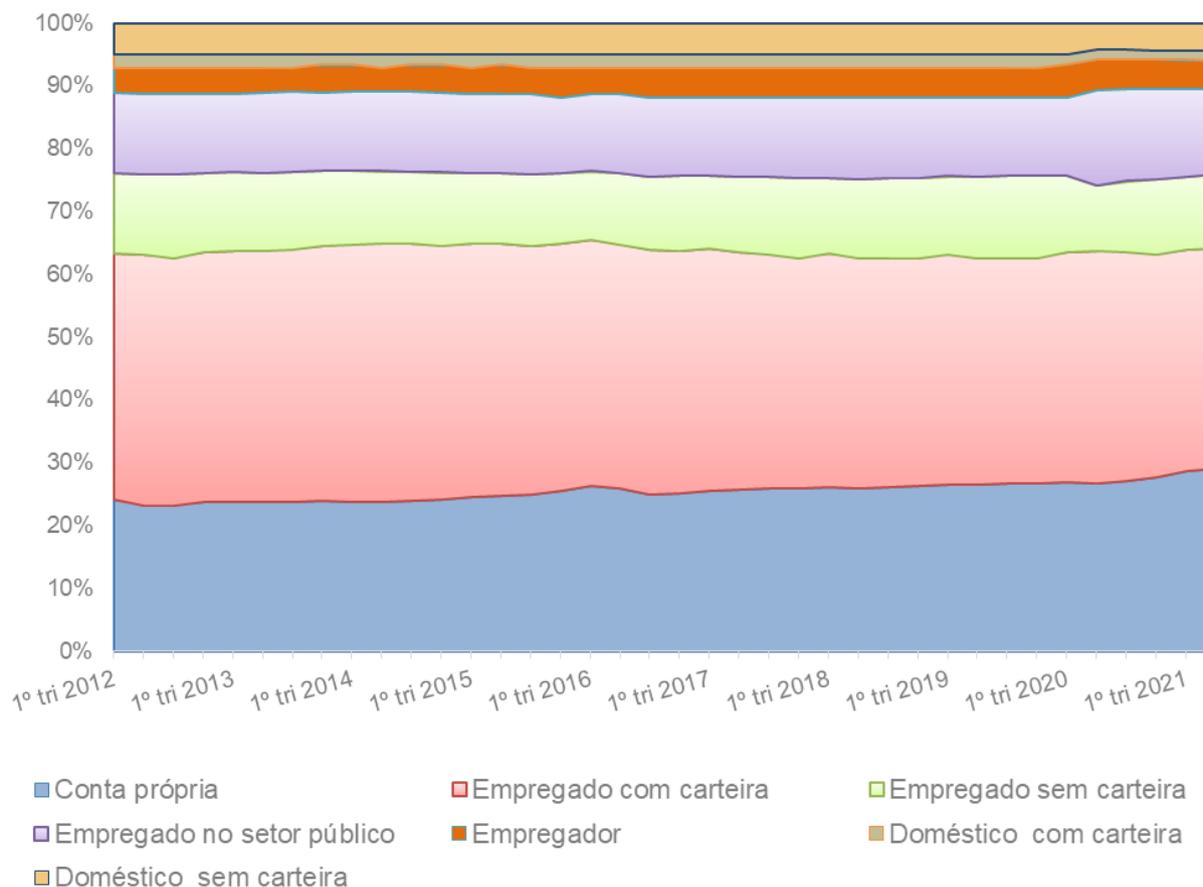
A análise da distribuição percentual dos ocupados por posição na ocupação e categoria de emprego também reforça a hipótese de uma reestruturação no mercado de trabalho brasileiro (Gráfico 2). A participação dos trabalhadores do setor privado com carteira começa a decrescer significativamente a partir do terceiro trimestre de 2015, em detrimento dos trabalhadores por conta-própria. No segundo trimestre de 2014, a participação dos trabalhadores do setor privado com carteira assinada atingiu seu auge com 41,3%, ao passo que os conta-próprias somavam 23,6%. No segundo trimestre de 2021, esses números passam, respectivamente, a 35,2% e 29%. Cumpre também destacar que, de acordo com a Pnad-C, em média⁸, apenas 20% dos trabalhadores por conta-própria possuem inscrição em CNPJ, o que denota, portanto, a elevada informalidade da categoria.

A análise da variação da massa de rendimentos real da Pnad-C por categorias de posição na ocupação também desvela condições que reforçam a hipótese aventada (Tabela 1):

- i) Entre 2012 e 2014 foi quando a massa de rendimentos dos empregados mais cresceu (11%) e, também, a média das variações trimestrais foi maior (1%);
- ii) Entre 2015 e 2020, a massa de rendimentos dos conta-próprias cresceu 8,4%, ao passo que a dos empregados apenas 1,2%;
- iii) Subdividindo o período para focar o interregno pós-crise econômico-política, verifica-se que, entre 2017 e 2020, a massa de rendimentos que mais se elevou foi também a dos conta-próprias (11,8%), e a que menos cresceu foi a dos empregados (5,6%), sendo a mesma constatação válida para a média das variações trimestrais do período.

⁸ Média do período 2016 a 2020.

Gráfico 2 – Distribuição dos ocupados por posição na ocupação (%)



Fonte: Pnad-C, IBGE. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Tabela 1 – Variação da massa de rendimentos do trabalho por posição na ocupação

Período	Posição na Ocupação			
	Total	Empregado	Empregador	Conta-própria
Variação pontual				
2012/2014	12,4%	11,0%	18,7%	14,0%
2015/2020	3,0%	1,2%	4,7%	8,4%
2017/2020	7,4%	5,6%	10,6%	11,8%
2012/2020	15%	10%	29%	21%
Média das variações trimestrais por período				
Média 2012-2014	1,1%	1,0%	1,6%	1,2%
Média 2015-2020	0,1%	0,0%	0,5%	0,3%
Média 2017-2020	0,5%	0,4%	0,7%	1,0%
Média 2012-2020	0,4%	0,3%	0,9%	0,6%

Fonte: Pnad-C, IBGE. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Em última instância, essas informações contribuem para corroborar a hipótese de reestruturação ocupacional no país, e sugere a necessidade de um olhar detido para os dados de emprego à luz das transformações tecnológicas e institucionais que guardam relação profunda com os novos marcos globais para o mundo do trabalho. É importante ressaltar que, mesmo quando a análise recai sobre o mercado de trabalho formal – como será feito na seção voltada à apreensão dos municípios baianos selecionados neste relatório –, é possível reconhecer desdobramentos relevantes dessas mudanças, não somente por meio da evolução dos postos formais (que pode registrar uma retração face à referida reestruturação entre formalidade e informalidade), mas também ao se identificar aspectos qualificadores dos postos formais gerados nessa nova fase (como a remuneração, o tipo do contrato de trabalho, os setores e atividades econômicas que passam a incorporar mais ou menos trabalhadores, entre outros).

Mais uma vez, cabe reforçar que essas transformações atingem o país, mas não de modo homogêneo como se poderia supor. Apesar das ditas modificações produzirem reflexos sobre toda sociedade brasileira estruturada em uma visão macro, a noção de desenvolvimento regional em um país de dimensões continentais como o Brasil é basilar para uma compreensão mais integral das implicações e contrarreações dos distintos territórios.

1.3. O mercado de trabalho baiano: como estava e para onde vai?

Nesta seção será apresentado um panorama evolutivo do mercado de trabalho baiano, por meio dos dados da Pnad (anual). A recorrência a essa pesquisa ao invés da Pnad- C (Contínua) decorre da necessidade de se apresentar uma evolução pautada em um período mais longínquo de tempo, qual seja, iniciando-se na primeira década dos anos 2000. A Pnad-C, conforme já foi dito ao início deste relatório, inicia-se em 2012. Desse modo, empregando-se os dados da Pnad (anual) será possível analisar a situação e progresso do mercado de trabalho baiano desde o início dos anos 2000 até 2015 (ano em que se encerra a referida pesquisa).

Um primeiro dado que chama atenção com relação ao mercado baiano diz respeito à evolução de sua população economicamente ativa (a qual incorpora ocupados e desocupados). Há um aumento considerável dessa população, que também é denominada de força de trabalho, tanto de homens quanto de mulheres, porém com maior vigor para estas últimas. Para se ter uma ideia, o aumento da

população economicamente ativa masculina entre 2001 e 2015 foi de 9%, e de 26% no caso da feminina. A população não economicamente ativa masculina aumentou 38%, portanto, mais que a taxa da população economicamente ativa. Já a feminina aumentou 21%, ou seja, menos que a taxa da sua economicamente ativa. Isso indica um aumento claro da participação feminina na força de trabalho baiana, o que pode ser visto, a priori, como um elemento positivo na redução de desigualdades de gênero (visto que a feminina no mercado de trabalho ainda é inferior à masculina).

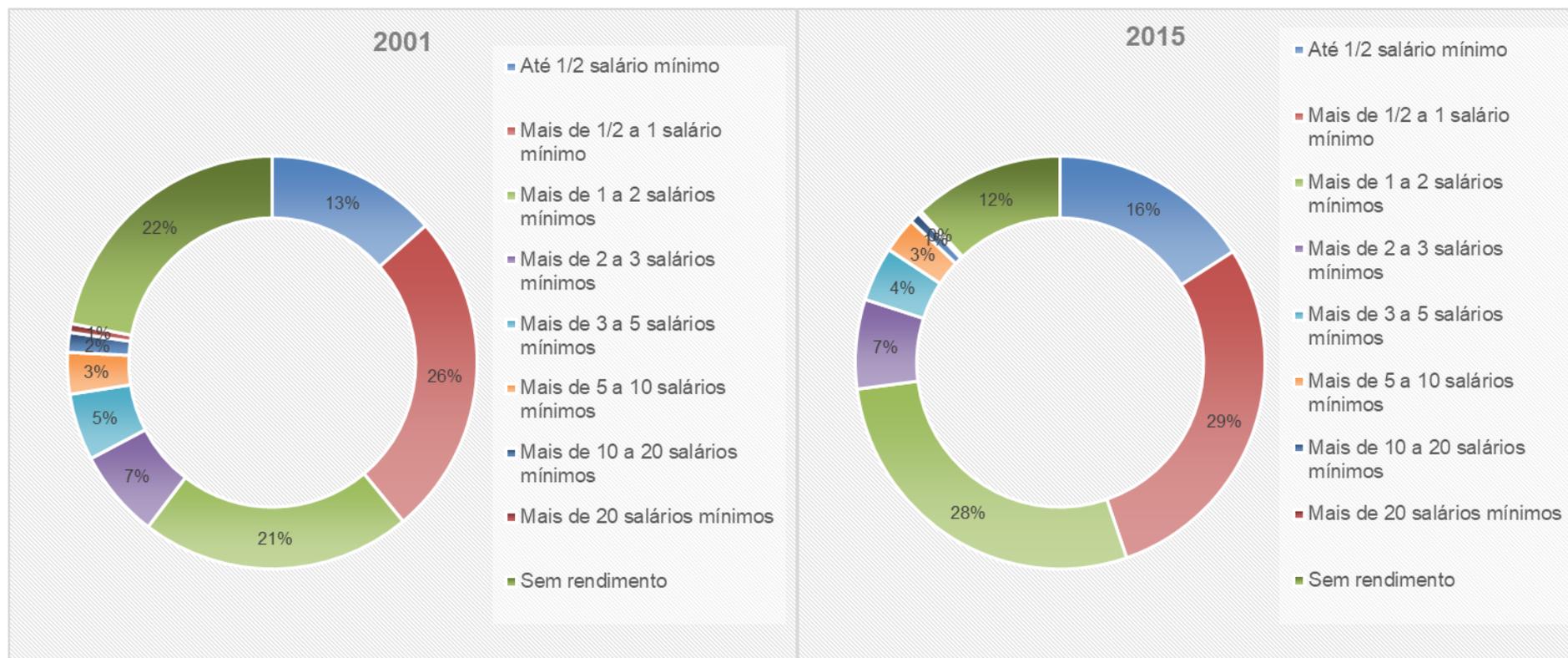
Gráfico 3 – Evolução da População Economicamente Ativa na Bahia, 2001 a 2015 (em milhares)



Fonte: Pnad (Anual), IBGE. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Outro dado interessante trata-se da distribuição dessa população por classes de rendimento (Figura 5). Em 2001, 22% da população economicamente ativa não tinha rendimento (a não ser benefícios sociais). Esse número era de 12% em 2015, indicando, portanto, que ocorreu uma redução substancial nesse estrato durante o período. Houve um incremento relevante na faixa de mais de 1 até 2 salários mínimos, seguido pela de mais de meio e até 1 e, também, pela faixa dos que receberam até meio salário mínimo. De modo geral, no período analisado, foram incorporadas diversas pessoas ao mercado de trabalho, mas, principalmente, aquelas com baixos rendimentos.

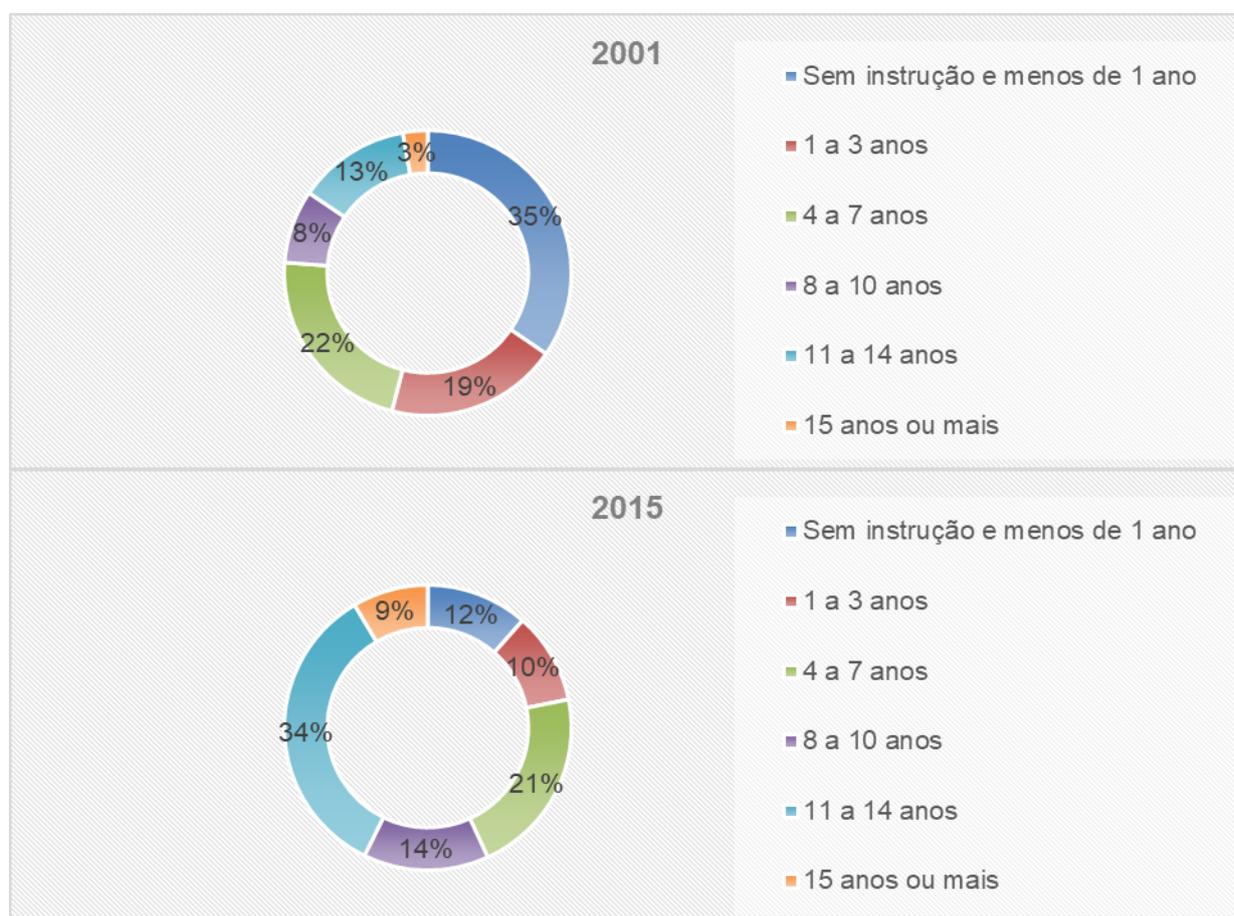
Figura 5 – População economicamente ativa na semana de referência, segundo o sexo, e classes de rendimento mensal (%)



Fonte: Pnad (Anual), IBGE. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Entre 2001 e 2015 também é possível notar um aumento expressivo do grau de instrução dos ocupados. A faixa dos sem instrução escolar ou que possuíam menos de 1 ano escolar cai de 35%, em 2001, para 12%, em 2015. As faixas de 11 a 14 anos e de 15 anos ou mais evidenciam um incremento impressionante, saltando de 13% para 34% e de 3% para 9%, respectivamente. Essa informação aponta, portanto, para um aumento relevante da escolarização no mercado de trabalho baiano, em consonância com a evolução também percebida em nível nacional para o período.

Figura 6 – Distribuição dos ocupados por anos de estudo (%)

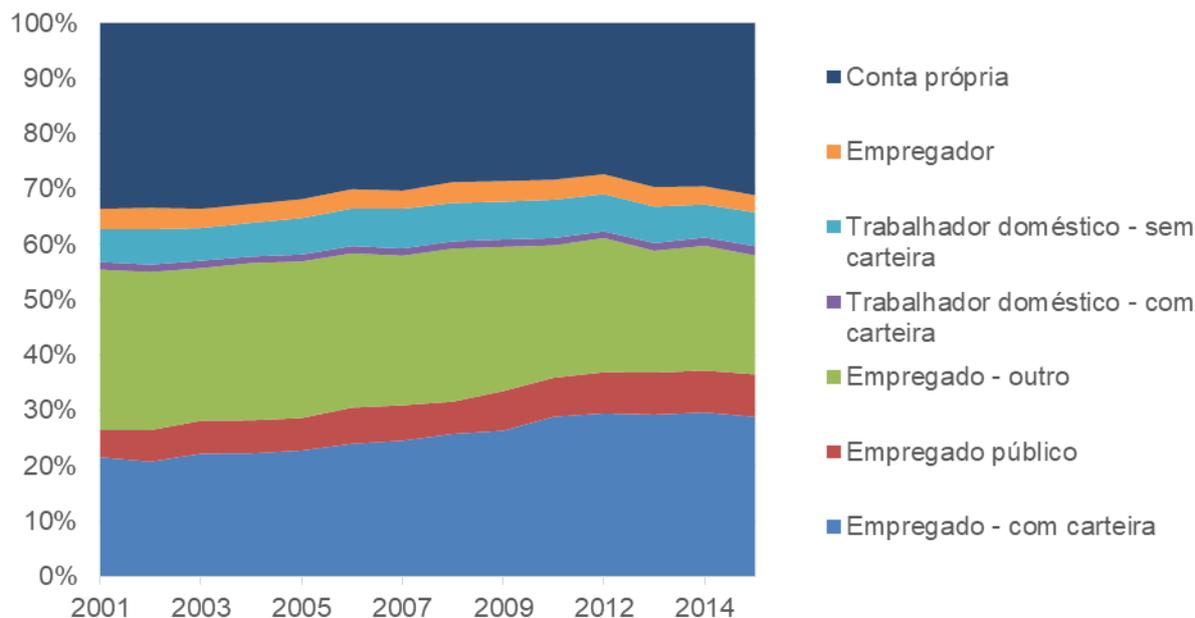


Fonte: Pnad (Anual), IBGE. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Outra informação que interessa analisar é a composição dessa mão de obra entre empregados (com carteira assinada ou não), empregadores e conta-próprias. Ou seja, a posição de cada indivíduo na ocupação relatada na pesquisa (variável que dá alguma noção acerca do processo de reestruturação ocupacional a partir de 2015, que foi discutido na seção anterior). Percebe-se que, na Bahia, o período de 2001 a 2015 reflete, no geral, um momento de crescimento do emprego formal com carteira, como

revela o Gráfico 4, no qual a participação do empregado do setor privado com carteira cresce, ao passo que a do empregado classificado como “outro” (sem carteira assinada) diminui. Já os trabalhadores por conta própria, apesar de também elevarem um pouco sua participação no período, evidenciam certa volatilidade.

Gráfico 4 – Distribuição dos ocupados por posição na ocupação (%)



Fonte: Pnad (Anual), IBGE. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Analisando-se os ocupados por grupo de atividade econômica, percebe-se que a maior parte da população ocupada na Bahia encontrava-se no grande grupamento agrícola, tanto em 2002 quanto em 2015, e que há uma queda expressiva neste número entre os dois anos. É muito importante destacar também que, do modo como as atividades foram agrupadas nesta classificação, o setor de serviços fica visivelmente desagregado em diversas atividades (Alojamento e alimentação; Transporte, armazenagem e comunicação; Administração pública; Educação, saúde e serviços sociais; Serviços domésticos; Outros serviços coletivos, sociais e pessoais; Outras atividades mal definidas ou não declaradas). Se esses diversos grupamentos que, em última instância, se referem ao setor de serviços, fossem somados, este, certamente, seria o setor com maior número de pessoas ocupadas no estado, desde 2007 (momento em que ele ultrapassa a população ocupada na agropecuária). Comércio e reparação de veículos é o terceiro grupamento com maior número de pessoas ocupadas e apresenta crescimento entre os dois anos analisados.

Gráfico 5 – Ocupados por grupo de atividade econômica



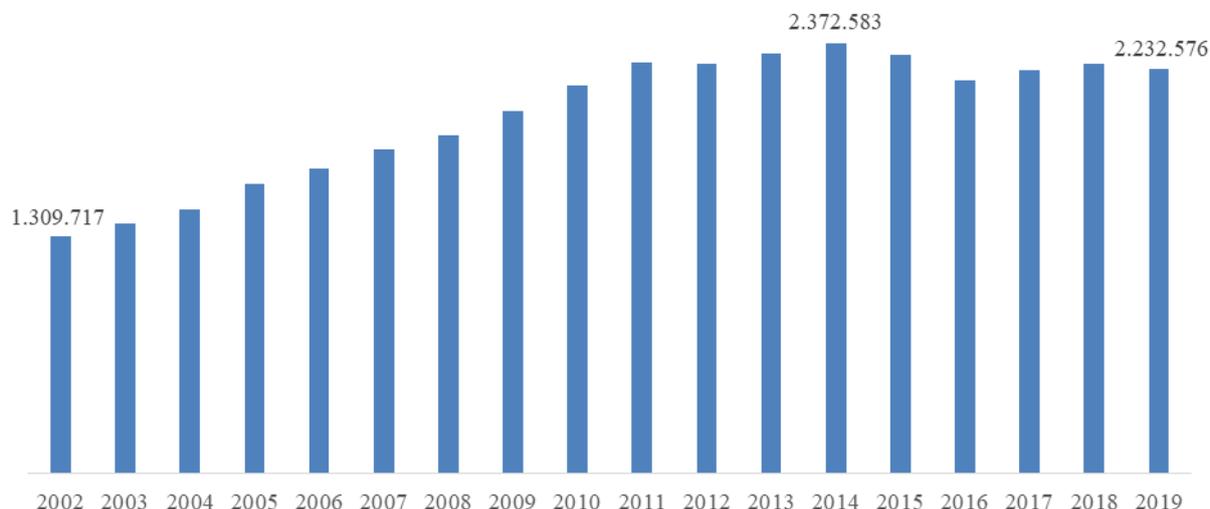
Fonte: Pnad (Anual), IBGE. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Passando-se, então, a uma análise do emprego formal, percebe-se, por meio dos dados da Rais, que o mercado de trabalho baiano cresceu 70% entre 2002 e 2019, saltando de um estoque de aproximadamente 1,3 milhão de trabalhadores para cerca de 2,2 milhões (Gráfico 6). Essa variação percentual é maior que a registrada para o país (65,8%). Analisando por períodos, verifica-se que, na primeira década dos anos 2000, o mercado formal da Bahia cresceu a taxas superiores às do país, tanto verificando a variação pontual entre anos (2002/2009, 2002/2008) quanto a média das variações anuais do período (2002-2009, 2002-2008). Já na segunda década dos anos 2000, observa-se que o desempenho do estado foi inferior ao nacional.

Entre 2010 e 2019 a variação do emprego formal baiano foi de 4,4%, ao passo que a do brasileiro foi de 7,9%. Ao subdividir por períodos, é possível notar também que, entre 2015 e 2019, o mercado de trabalho baiano apresentou uma retração maior, e entre 2017 e 2019 sua variação positiva foi bem menor. Considerando, no entanto, o

período 2009-2014 para análise, verifica-se que a média das variações anuais foi maior para a Bahia do que para o Brasil.

Gráfico 6 - Evolução dos empregados formalmente na Bahia



Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU

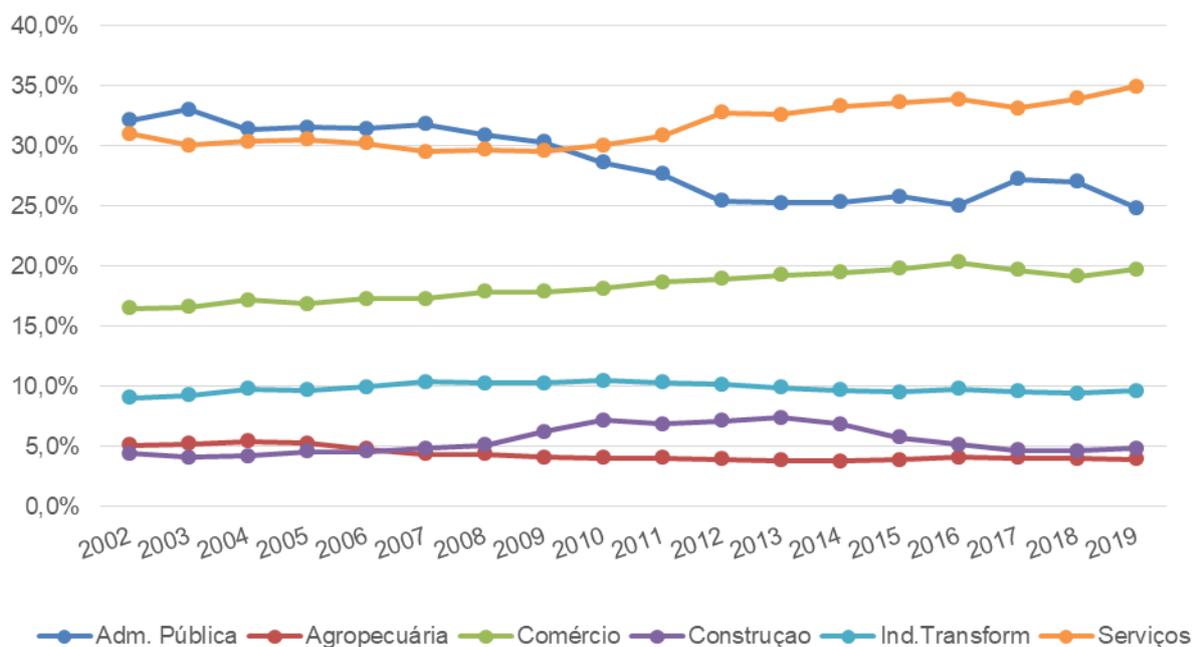
Tabela 2 – Taxas de variação do emprego formal na Bahia e Brasil por períodos (%)

Período	Situação	Bahia	Brasil
Variação pontual			
2002/2019	>	70,5%	65,8%
2002/2009	>	52,7%	43,7%
2010/2019	<	4,4%	7,9%
2002/2008	>	42,1%	37,5%
2009/2014	<	18,7%	20,3%
2015/2019	>	-3,5%	-1,1%
2017/2019	<	0,4%	2,7%
Média das variações anuais por período			
2002-2019	>	3,5%	3,2%
2002-2009	>	6,5%	5,3%
2010-2019	<	1,2%	1,5%
2002-2008	>	6,4%	5,5%
2009-2014	>	4,2%	3,9%
2015-2019	>	-1,2%	-0,8%
2017-2019	<	0,9%	1,1%

Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Já a análise do emprego formal setorial evidencia que o setor que mais concentrava emprego formal no início dos anos 2000 era o da administração pública, seguido de serviços, comércio, indústria de transformação e construção civil. De 2010 em diante, serviços passa a responder por mais trabalhadores formais do que a administração pública, cuja participação no emprego entra em acentuada queda. O comércio também passa a ganhar maior participação, assim como a construção civil nos anos de 2009 a 2014. A agropecuária, ao contrário, perde participação neste mesmo subperíodo. A indústria de transformação, após ter sua participação ligeiramente elevada entre 2005-2011, volta ao patamar em que se encontrava no início dos anos 2000. De certo modo, pode-se dizer que a participação da indústria apresentou relativa estabilidade no decurso de 2002 a 2019.

Gráfico 7 - Distribuição do emprego formal por setores na Bahia (%)



Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

2. Feira de Santana (BA): uma análise realizada do município conjuntamente a Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista.

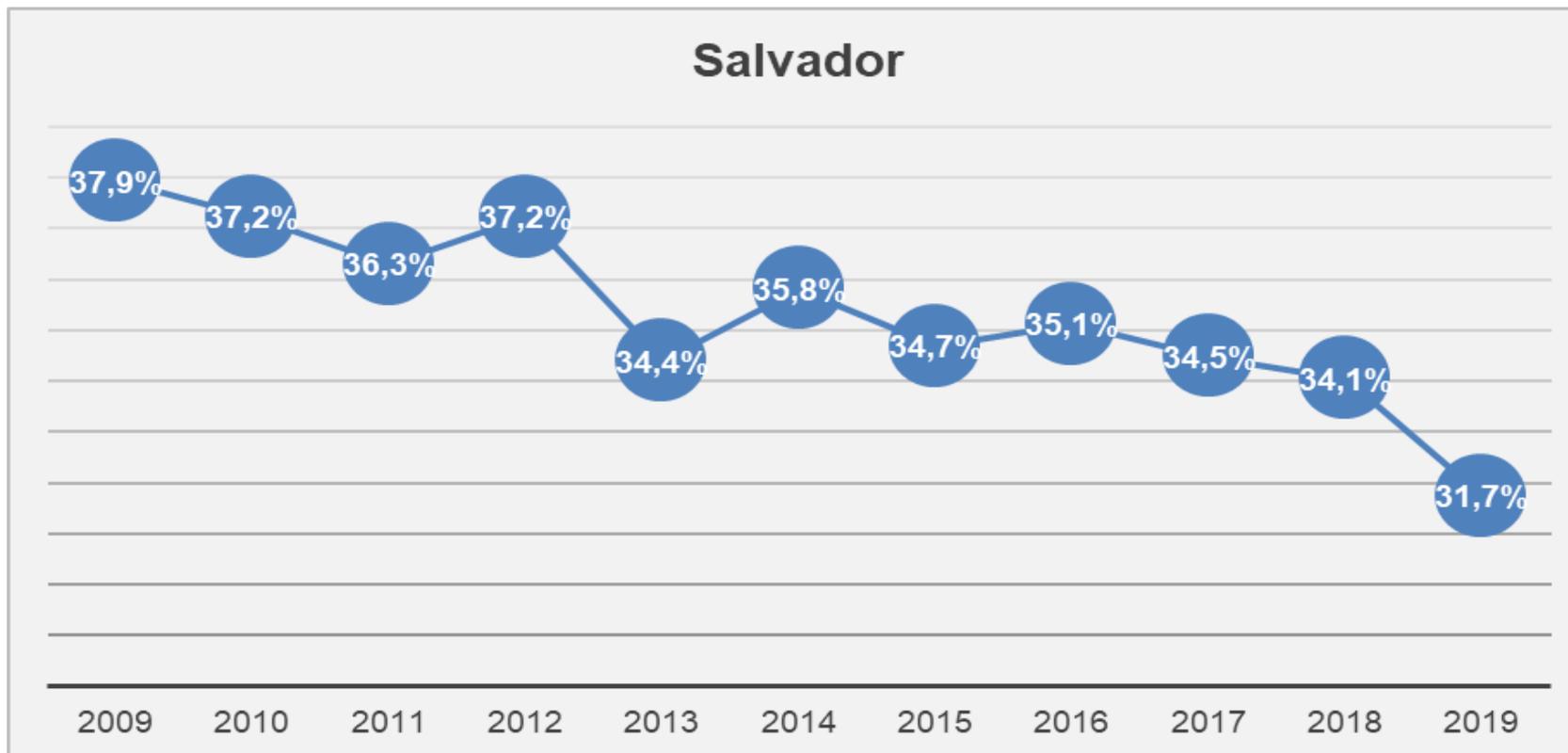
Entre 2009 e 2019, apenas cinco municípios responderam, em média, por 52% de todo o emprego formal do estado da Bahia e, dentre eles, encontra-se Feira de Santana –, além dos outros três municípios anunciados para análise comparativa. Pelos últimos quatro anos seguidos, Feira de Santana se destacou como o município baiano que registrou o maior quantitativo de estoque de emprego formal (vínculos empregatícios formais ativos), com exceção apenas da capital baiana. Essa posição já havia sido ocupada anteriormente pelo município de Lauro de Freitas, mas, conforme mostra a Tabela 3, passa então a ser de Feira de Santana a partir de 2016, denotando que, embora também tenha sofrido retrações com a crise econômico-política de 2015-2016, parece ter registrado um impacto menor em seu mercado formal, relativamente a Lauro de Freitas.

Tabela 3 – Evolução do número de pessoas empregadas formalmente nos cinco municípios com maior estoque de emprego formal da Bahia

Ano	1º	2º/3º	2º/3º	4º	5º
	Salvador	Feira de Santana	Lauro de Freitas	Camaçari	Vitória da Conquista
2009	758.599	92.732	93.086	65.567	51.044
2010	796.556	103.904	101.801	76.411	56.443
2011	822.477	107.162	116.992	78.297	62.668
2012	840.300	117.868	122.678	75.642	64.568
2013	796.438	124.566	132.456	77.524	66.921
2014	849.895	124.594	139.010	81.646	69.347
2015	802.284	122.954	139.697	77.160	68.034
2016	762.743	115.959	114.187	70.361	66.792
2017	766.796	114.484	104.419	71.397	68.186
2018	770.251	117.012	110.132	73.677	70.879
2019	708.744	120.602	109.862	75.539	71.926

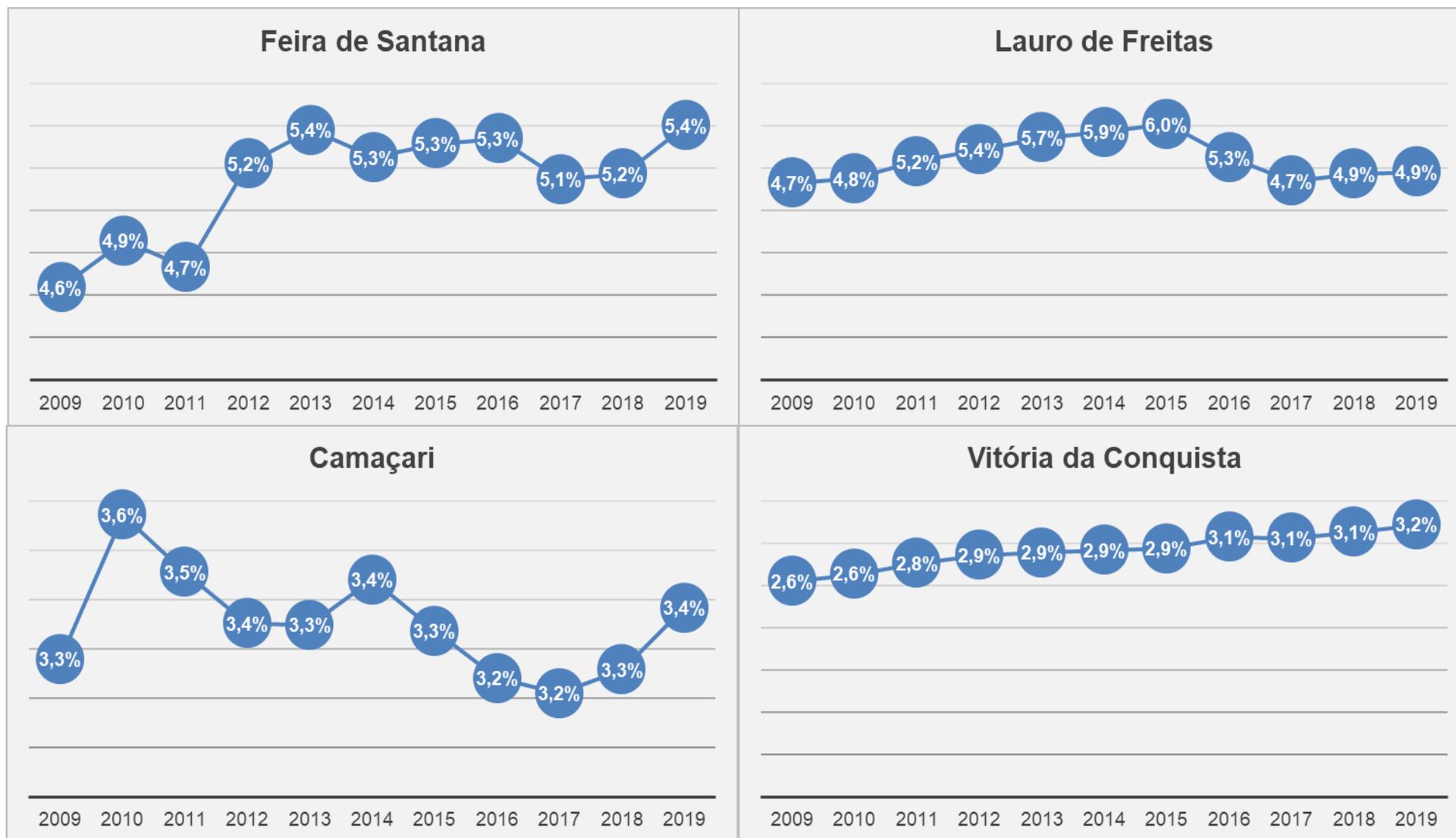
Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU

Nota-se que, ao longo do período analisado, Salvador tem perdido participação no total de emprego formal, ao passo que os outros quatro municípios têm ganhado. O grande destaque, quando se compara 2009 e 2019, cabe a Feira de Santana, que ganhou 0,8 pontos percentuais, seguido de Vitória da Conquista com ganho de 0,7. A participação de Feira de Santana se eleva, especialmente, no subperíodo 2009-2014, ao passo que a de Vitória da Conquista apresenta um aumento gradual no interregno 2009-2019.

Gráfico 8 – Taxa de participação de Salvador (capital) no total de emprego da Bahia (%)

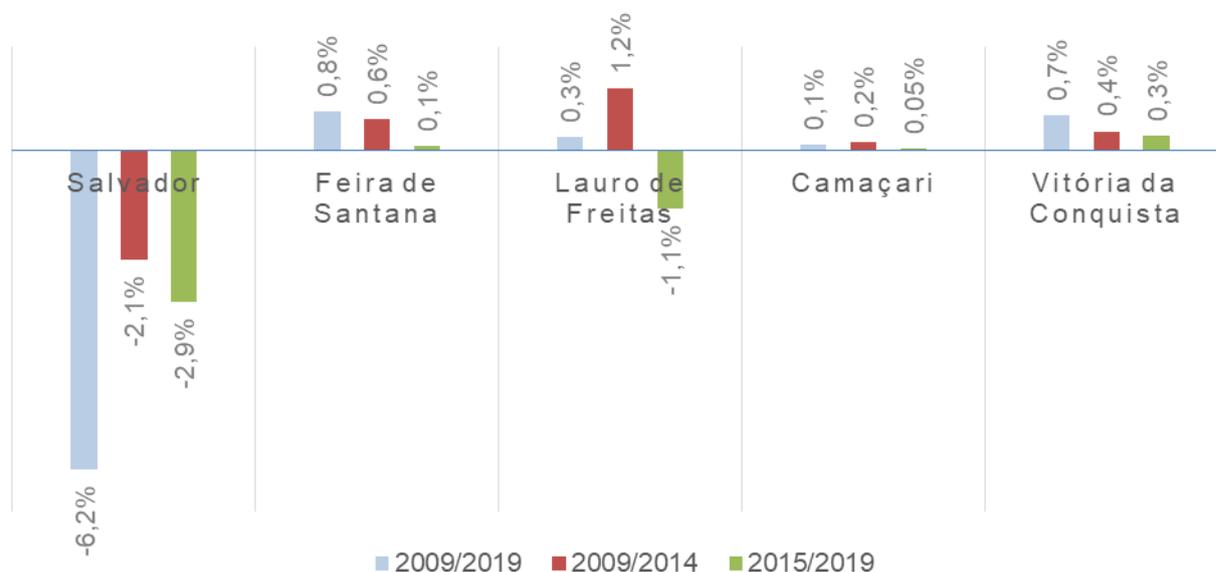
Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Figura 7 – Taxa de participação dos quatro maiores municípios no total de emprego da Bahia (%)



Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Gráfico 9 – Variação na taxa de participação de cada município no total de emprego da Bahia (%)



Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Após esta breve introdução a respeito da participação de Feira de Santana e dos municípios Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista no total do emprego formal no estado da Bahia, a análise do mercado de trabalho formal será detalhada nas duas seções seguintes, a saber:

- . 2.1 - Análise da estrutura geral do emprego formal – Bahia e municípios selecionados: em que será estudada a distribuição do emprego formal por setor e subsetor de atividade econômica; por tamanho do estabelecimento, e por vínculo empregatício;
- . 2.2 - Análise do perfil do trabalhador formal – Bahia e municípios selecionados: com estudo a respeito do sexo do empregado, raça e cor, idade, grau de escolaridade e remuneração – segundo o sexo e segundo raça e cor.

2.1 Análise da estrutura geral do emprego formal – Bahia e municípios selecionados

Em análise do quadro geral do estoque de emprego formal nos municípios em estudo, como já dito, Feira de Santana é o segundo com maior estoque de emprego – com participações relativas entre 4% e 5% no total do estado, entre 2002 e 2019 –, depois de Salvador, capital baiana, que registrou percentuais entre 32% e 42% nesses

anos. Em seguida, e com participações relativas próximas, estão os municípios Camaçari e Vitória da Conquista – enquanto o primeiro apresentou percentuais variando entre 3% e 4%, no segundo os resultados ficaram entre 2% e 3% (Tabela 4).

Tabela 4 – Evolução do estoque de emprego formal em 31/12 e participação relativa (%) – Bahia, Feira de Santana e municípios selecionados, 2002 a 2019

Ano	Bahia	Feira de Santana	Camaçari		Salvador		Vitória da Conquista		
	Nº Emp.	Nº Emp.	Partic.(%) na Bahia	Nº Emp..	Partic.(%) na Bahia	Nº Emp..	Partic.(%) na Bahia	Nº Emp.	Partic.(%) na Bahia
2002	1.309.717	57.623	4,40	39.138	2,99	554.971	42,37	30.300	2,31
2003	1.379.609	58.609	4,25	44.512	3,23	565.376	40,98	30.117	2,18
2004	1.458.315	62.620	4,29	50.525	3,46	588.863	40,38	32.109	2,20
2005	1.596.990	68.018	4,26	52.944	3,32	634.026	39,70	38.378	2,40
2006	1.681.473	73.449	4,37	62.552	3,72	658.145	39,14	41.273	2,45
2007	1.784.626	76.296	4,28	61.862	3,47	688.087	38,56	44.245	2,48
2008	1.861.452	83.443	4,48	66.762	3,59	719.993	38,68	44.997	2,42
2009	1.999.632	92.732	4,64	65.567	3,28	758.599	37,94	51.044	2,55
2010	2.139.232	103.904	4,86	76.411	3,57	796.556	37,24	56.443	2,64
2011	2.265.618	107.162	4,73	78.297	3,46	822.477	36,30	62.668	2,77
2012	2.256.621	117.868	5,22	75.642	3,35	840.300	37,24	64.568	2,86
2013	2.314.907	124.566	5,38	77.524	3,35	796.438	34,40	66.921	2,89
2014	2.372.583	124.594	5,25	81.646	3,44	849.895	35,82	69.347	2,92
2015	2.312.404	122.954	5,32	77.160	3,34	802.284	34,69	68.034	2,94
2016	2.171.345	115.959	5,34	70.361	3,24	762.743	35,13	66.792	3,08
2017	2.223.775	114.484	5,15	71.397	3,21	766.796	34,48	68.186	3,07
2018	2.261.558	117.012	5,17	73.677	3,26	770.251	34,06	70.879	3,13
2019	2.232.576	120.602	5,40	75.539	3,38	708.744	31,75	71.926	3,22

Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Obs.: Emp. = número de empregos formais.

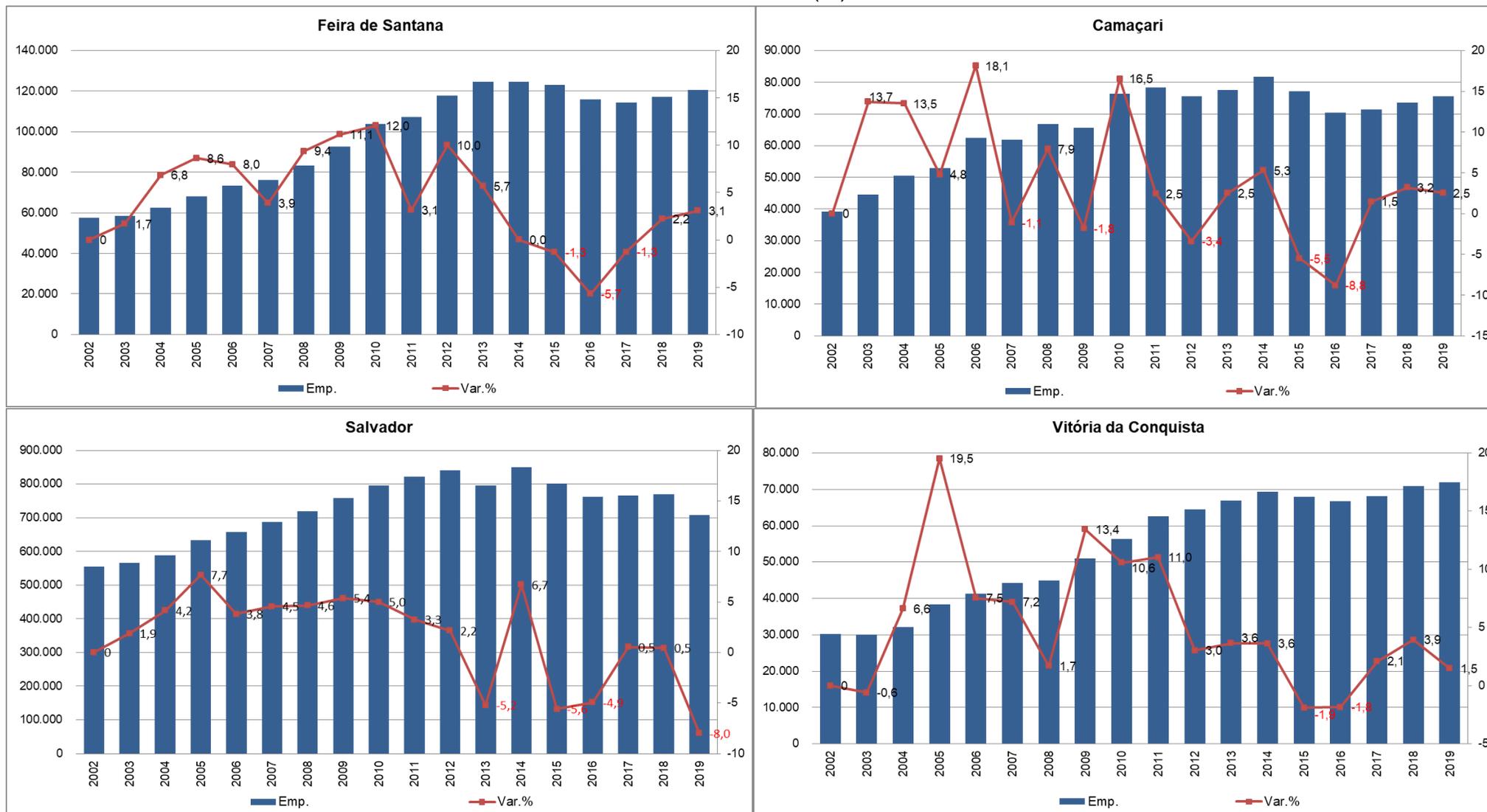
Importante observar as variações anuais nos anos considerados porque possibilita perceber as oscilações na geração de empregos formais no estado e nos municípios. A Tabela 5 traz esses resultados para o período 2002 a 2019. Em adição, a Figura 8 permite a visualização da evolução do estoque de emprego formal em conjunto com as variações anuais percentuais nesse mesmo período.

Tabela 5 – Variações absoluta e relativa anuais do estoque de emprego formal: Bahia, Feira de Santana e municípios selecionados, 2002 a 2019 (%)

Ano	Bahia		Feira de Santana		Camaçari		Salvador		Vitória da Conquista	
	Var.abs.	Var. rel.(%)	Var.abs.	Var. rel.(%)	Var.abs.	Var. rel.(%)	Var.abs.	Var. rel.(%)	Var.abs.	Var. rel.(%)
2002	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2003	69.892	5,34	986	1,71	5.374	13,73	10.405	1,87	-183	-0,60
2004	78.706	5,70	4.011	6,84	6.013	13,51	23.487	4,15	1.992	6,61
2005	138.675	9,51	5.398	8,62	2.419	4,79	45.163	7,67	6.269	19,52
2006	84.483	5,29	5.431	7,98	9.608	18,15	24.119	3,80	2.895	7,54
2007	103.153	6,13	2.847	3,88	-690	-1,10	29.942	4,55	2.972	7,20
2008	76.826	4,30	7.147	9,37	4.900	7,92	31.906	4,64	752	1,70
2009	138.180	7,42	9.289	11,13	-1.195	-1,79	38.606	5,36	6.047	13,44
2010	139.600	6,98	11.172	12,05	10.844	16,54	37.957	5,00	5.399	10,58
2011	126.386	5,91	3.258	3,14	1.886	2,47	25.921	3,25	6.225	11,03
2012	-8.997	-0,40	10.706	9,99	-2.655	-3,39	17.823	2,17	1.900	3,03
2013	58.286	2,58	6.698	5,68	1.882	2,49	-43.862	-5,22	2.353	3,64
2014	57.676	2,49	28	0,02	4.122	5,32	53.457	6,71	2.426	3,63
2015	-60.179	-2,54	-1.640	-1,32	-4.486	-5,49	-47.611	-5,60	-1.313	-1,89
2016	-141.059	-6,10	-6.995	-5,69	-6.799	-8,81	-39.541	-4,93	-1.242	-1,83
2017	52.430	2,41	-1.475	-1,27	1.036	1,47	4.053	0,53	1.394	2,09
2018	37.783	1,70	2.528	2,21	2.280	3,19	3.455	0,45	2.693	3,95
2019	-28.982	-1,28	3.590	3,07	1.862	2,53	-61.507	-7,99	1.047	1,48

Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Figura 8 – Evolução do estoque de emprego formal e variação anual percentual: Feira de Santana e municípios selecionados, 2002 a 2019 (%)



Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Observa-se, inicialmente, na Tabela 5, que as maiores variações positivas no número de empregos formais aconteceram entre os anos 2002 e 2010, tomando-se 2002 como referência para o cálculo das variações anuais. A partir de 2011, tanto no Estado da Bahia quanto em quase todos os municípios estudados – com exceção de Vitória da Conquista –, as variações anuais percentuais mostraram desaceleração no crescimento do emprego formal, chegando à redução no número de vagas geradas em 2015 e 2016 nos quatro municípios e no estado. Nesses dois anos, o país vivenciou grave crise econômico-política, como já mencionado anteriormente. Nos anos pós-crise (2017 a 2019), embora marcadamente de lenta recuperação da economia brasileira – com baixo crescimento do Produto Interno Bruto nesses três anos⁹ –, é verificada a volta de variações anuais positivas, ainda que em percentuais muito abaixo daqueles registrados nos primeiros oito anos da série aqui analisada.

As variações absolutas e relativas no estoque de emprego formal de Salvador apresentou quadro semelhante ao verificado para a Bahia, porém, evidenciando, nos últimos três anos, menores percentuais de incremento de vagas de empregos formais – com variações relativas positivas de 0,53% e 0,45% em 2017 e 2018, respectivamente, frente às variações de 2,41% e 1,7% no estado, na mesma ordem –, chegando à variação anual negativa de -7,99%, em 2019, *vis-à-vis* o resultado de -1,28% na Bahia.

Dentre os demais municípios estudados, nota-se que, nos anos iniciais da série, Camaçari se destaca com variações anuais relativas elevadas, especialmente em 2003 (13,73%), 2004 (13,51%) e 2006 (18,15%), enquanto Feira de Santana apresenta resultados menores, ainda que significativos – variando entre 7% e 9%. Vitória da Conquista também acompanha esse movimento, com sensível elevação no estoque de emprego em 2005, cuja variação anual chegou a 19,52%.

Entre 2008 e 2010, Feira de Santana manteve o crescimento do estoque de emprego em ritmo ascendente – 9,37% (2008); 11,13% (2009) e 12,05% (2010). Camaçari, embora tenha passado por redução do estoque de emprego em 2009, registrou expressiva variação positiva em 2010 (16,54%). Vitória da Conquista manteve a geração positiva de empregos nesses anos, com destaque para as variações anuais relativas em 2009 (13,44%) e 2010 (10,58%).

⁹ De acordo com o IBGE, o crescimento do PIB em 2017 foi de 1,3% em relação ao ano anterior; em 2018, foi de 1,8% e, em 2019, de 1,2%. Esses resultados foram insuficientes para reverter a queda acumulada no biênio 2015-2016, de 6,7%.

A partir de 2011, com exceção de Vitória da Conquista, que apresentou variação anual percentual de 11,03% em 2011, relativamente a 2010, e Feira de Santana, com resultado de 9,99% em 2012 em relação a 2011, observa-se, de maneira geral, a desaceleração do crescimento do emprego formal nos municípios. Em 2015 e 2016, todos eles explicitaram resultados negativos, evidenciando os impactos da crise econômica na geração de emprego.

De 2017 a 2019 são observadas variações absolutas e relativas positivas nos quatro municípios estudados – com exceção de Feira de Santana, em 2017, e Salvador em 2019 –, apontando aumento na geração de emprego formal de um ano para o outro, ainda que em níveis abaixo daqueles observados em outros anos da série. Em 2019, último ano com dados disponíveis da RAIS até este momento, Feira de Santana registrou a maior variação anual relativa (3,07%), comparada às variações dos demais municípios: Camaçari (2,53%), Salvador (-7,99%) e Vitória da Conquista (1,48%).

A Tabela 6 traz a média das variações anuais do estoque de emprego formal, subdividindo a série analisada (2002 a 2019) em três períodos: 2002-2008; 2009-2014 e 2015-2019, conforme marco temporal explicado no item 1.2 deste volume.

Tabela 6 – Média das variações anuais do estoque de emprego formal: Bahia, Feira de Santana e nos municípios selecionados – 2002 a 2019* (%).

Período	Bahia	Feira de Santana	Camaçari	Salvador	Vitória da Conquista
2002-2019	3,26	4,55	4,21	1,55	5,36
2002-2008	6,05	6,40	9,50	4,45	7,00
2009-2014	4,16	7,00	3,61	2,88	7,56
2015-2019	-1,16	-0,60	-1,42	-3,51	0,76

Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

*Ano de referência: 2002.

Constata-se que é nos anos compreendidos no período 2002-2008 que se tem as maiores médias de variações anuais para o estado da Bahia (6,05%) e para dois dos municípios analisados: Camaçari (9,5%) e Salvador (4,45%). Feira de Santana e Vitória da Conquista registraram maiores (ainda que próximas) médias de suas variações anuais no período 2009-2014: 7% e 7,56%, respectivamente, certamente devido ao significativo crescimento do estoque de emprego observado nos anos 2009 e 2010, nesses municípios. Ainda nesse período, tanto os demais municípios quanto o estado explicitaram redução de suas médias em razão da desaceleração na geração de emprego formal.

Em 2015-2019, todas as médias de variações anuais resultaram negativas, à exceção da média apurada para o município de Vitória da Conquista (0,76%). Entre os demais municípios, Salvador se destacou com a média negativa mais alta (-3,51%), seguido de Camaçari (-1,42%) e de Feira de Santana (-0,60%). Esses resultados denotam que, embora as variações anuais relativas dos últimos anos (2017 a 2019) tenham sido positivas para três dos municípios estudados, os efeitos da crise e da recessão econômica dos anos 2015 e 2016 tornaram a média negativa nesse período, indicando, portanto, que não se processou uma recuperação efetiva do emprego ao nível verificado antes da crise de 2015-2016. Soma-se a isto o processo de redução da formalização do trabalho, que foi acentuado a partir da Reforma Trabalhista iniciada em 2017, como discutido anteriormente.

2.1.1 Emprego formal segundo o setor e subsetor de atividade econômica

Os dados analisados nesta seção, também oriundos da RAIS, foram extraídos tendo por base os oito setores definidos pelo IBGE, quais sejam: administração pública; agropecuária (compreendendo também extração vegetal, caça e pesca); comércio; construção civil; extrativa mineral; indústria de transformação; serviços industriais de utilidade pública e serviços. A partir desses setores é possível a desagregação em subsetores, com maior detalhamento dos dados, para a indústria de transformação e serviços. Os subsetores da indústria de transformação são: alimentos e bebidas; borracha, fumo, couros; elétrico e comunicação; indústria de calçados; indústria mecânica; indústria metalúrgica; indústria química; indústria têxtil; madeira e mobiliário; material de transporte; papel e gráfica; e produto mineral não metálico. Em serviços, os subsetores são: administração técnica profissional; alojamento e comunicação; ensino; instituição financeira; serviços médicos, odontológicos e veterinários; e transporte e comunicações.

Para a análise da evolução do estoque de emprego formal nos municípios estudados foram elaboradas as Tabelas 7 a 10, que trazem a participação relativa do número de empregos formais e as variações anuais percentuais, segundo os setores de atividade econômica, nos anos 2009 a 2019. Os números absolutos que originaram os cálculos estão dispostos na Tabela A-1 do Anexo.

Em Feira de Santana (Tabela 7), observando a série histórica, constata-se que os setores mais expressivos são comércio e serviços, seguidos do setor da indústria de

transformação. Juntos, esses setores foram responsáveis por mais de 80% do estoque de emprego nos anos 2009 a 2019.

Ao longo desses anos, no entanto, é perceptível uma mudança de conformação dos setores. O setor comércio, que detinha a maior participação relativa no total de vínculos ativos em 2009 (32,76%), passou a ser o segundo a partir de 2012, quando o setor serviços passou a ter participação mais elevada, com percentuais acima de 39% de 2015 a 2019, seguindo assim nos anos posteriores. Juntos, os setores comércio e serviços, contavam, em 2019, com mais de 70% do total de postos de trabalho formais do município.

A indústria de transformação é o terceiro setor que mais empregou no período analisado, mesmo apresentando decréscimo em sua participação relativa no total de vínculos ativos – de 19,25%, em 2009, para 15,37% em 2019. Essa é uma tendência que pode ser verificada em quase todos os municípios selecionados, bem como no país, e que tem suscitado, por parte de diversos estudiosos do tema, a tese de desindustrialização precoce no Brasil, ou seja, de redução da participação da indústria na economia no país, em favor do setor de serviços. O termo “precoce” é utilizado para se fazer referência ao fato de que a indústria brasileira não se encontra ainda em um estágio maduro e bem desenvolvido (em termos de complexidade e de grau de encadeamento), como ocorre nas economias avançadas, para justificar um processo de ampla desconcentração em favor do setor de serviços (Bresser-Pereira, 2008; Oreiro e Feijó, 2010; Filgueiras et al, 2012).

Também cumpre destacar que a participação da indústria na geração de empregos do município de Feira de Santana é a segunda maior entre os analisados, atrás apenas da registrada por Camaçari (o qual conta com o grande Polo Industrial de Camaçari, que se estende do município até Dias d'Ávila, configurando o maior do estado e abrigando diversas indústrias químicas, petroquímicas e automobilísticas). Ambos experimentam uma elevada perda na participação desse setor na conformação de emprego, de modo que Feira de Santana, cuja participação se distanciava de modo relevante do município que evidenciava a terceira maior (Vitória da Conquista), passa a exibir um percentual bastante próximo deste.

Feira de Santana também registrou participações em queda nos setores: agropecuária, construção civil e administração pública. A agropecuária já tinha baixa participação relativa no total de empregos – pouco mais de 1% em 2009 e 2010 e menos de 1% nos outros anos analisados. O setor da construção civil, desde 2015,

apresenta diminuição relativa expressiva em sua participação percentual no estoque de emprego formal (aproximadamente 4 pontos percentuais), mostrando leve aumento em 2018 e 2019, mas ainda com percentuais longe daqueles observados até 2014. Sabe-se que a construção civil, em âmbito nacional, recebeu um impacto relevante do “Programa Minha Casa Minha Vida” (PMCMV), o que, possivelmente, também teve alguma influência no desempenho do setor no município, sobretudo até 2014 – de 2015 em diante, verifica-se, nacionalmente, uma redução no programa, de modo que o número de unidades habitacionais entregues em todo país cai 32% somente entre 2014 e 2015.

O setor de administração pública, em Feira de Santana, registrou baixa participação no emprego formal, com percentuais variando entre 4% e 8% entre 2009 e 2019. Observa-se que essa participação diminuiu ao longo da série – em 2009 e 2010, era de 7,59% e 6,73%, respectivamente, chegando a 5,26% em 2019. A redução da administração pública na geração de empregos também configura uma tendência nacional durante o segundo subperíodo analisado.

O Estado brasileiro, sob a hipótese de que o gasto público estaria elevando a razão Dívida-PIB e, com isso, prejudicando a trajetória de crescimento econômico do país, tem endossado, cada vez mais, medidas que primam pelo “enxugamento” da máquina pública, adotando, por exemplo, no âmbito de diversas unidades subnacionais, outras modalidades de contratação de empregados e, contribuindo, assim, para a redução dos gastos com pessoal. Sem entrar no mérito de defesa ou contestação dessa prática, apenas cabe ressaltar que o emprego público estatutário, em geral, é o único que não responde de forma cíclica em momentos de crise (como ocorreu recentemente com a pandemia da Covid-19, quando os dados da Pnad-C revelaram que apenas a categoria de servidores públicos não sofreu retração), contribuindo, assim, para a manutenção de renda e da demanda interna em momentos críticos.

Já com relação às variações anuais percentuais setoriais, os dados da Rais mostram que, de 2009 a 2013, os resultados foram positivos para quase todos os setores, à exceção de alguns em um ano ou outro em que houve decréscimo do estoque de emprego, destacando-se os setores administração pública em 2012, com variação anual negativa de -12,51%; agropecuária em 2011 (-12,02%) e em 2013 (-13,55%); construção civil em 2011 (-20,42%) e serviços industriais de utilidade pública em 2011 (59,56%).

Nos anos 2014 a 2017 são observadas variações anuais negativas para quase todos os setores, sendo piores os três últimos anos, quando foram registradas as variações percentuais negativas totais de -1,32%, -5,69% e -1,27%, respectivamente, denotando retração na geração de emprego formal nesses anos.

Em 2018 e 2019 as variações anuais voltam a ser positivas para sete dos oito setores, à exceção da agropecuária, com percentuais de -15,12% e -5,72%, naquela ordem. Mesmo que positivas, no entanto, a maioria dessas variações se mostrou muito abaixo daquelas registradas nos anos iniciais da série.

Tabela 7 – Feira de Santana: participação relativa do número de empregos formais e variação anual percentual, segundo o setor de atividade econômica, 2009 a 2019

Setores	Participação relativa do número de empregos formais (%)										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Adm. Pública	7,59	6,73	6,43	5,12	5,58	5,46	5,01	4,45	5,30	5,23	5,26
Agropecuária*	1,22	1,15	0,98	0,95	0,77	0,75	0,88	0,82	0,95	0,79	0,72
Comércio	32,76	31,97	32,62	31,82	31,35	32,28	32,35	32,69	32,23	31,57	31,30
Const. Civil	9,81	10,88	8,39	9,08	10,83	8,33	6,81	6,50	5,95	6,11	6,43
Extrativa mineral	0,21	0,17	0,19	0,14	0,18	0,16	0,18	0,17	0,15	0,16	0,15
Indústria de transf.	19,25	19,16	19,14	17,82	17,43	16,49	15,43	15,42	15,52	15,49	15,37
Serv. Ind. Util. Pub.	0,92	0,83	0,32	0,28	0,27	0,70	0,69	0,74	0,73	0,88	1,04
Serviços	28,24	29,12	31,92	34,79	33,58	35,84	38,65	39,21	39,17	39,77	39,72
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Variação anual percentual (%)										
Adm. Pública	-	-0,64	-1,46	-12,51	15,34	-2,27	-9,33	-16,29	17,48	1,04	3,54
Agropecuária*	-	5,31	-12,02	6,40	-13,55	-3,22	16,42	-12,44	14,84	-15,12	-5,72
Comércio	-	9,35	5,23	7,29	4,14	2,97	-1,11	-4,68	-2,66	0,10	2,18
Const. Civil	-	24,24	-20,42	19,01	26,04	-23,10	-19,32	-9,97	-9,67	4,98	8,56
Extrativa mineral	-	-9,84	17,24	-17,65	30,95	-10,91	13,27	-9,01	-14,85	6,98	0,54
Indústria de transf.	-	11,50	3,03	2,43	3,36	-5,37	-7,67	-5,77	-0,60	2,04	2,23
Serv. Ind. Util. Pub.	-	1,06	-59,56	-4,32	0,60	162,57	-3,08	1,53	-2,67	22,26	22,49
Serviços	-	15,54	13,06	19,87	2,02	6,74	6,42	-4,33	-1,37	3,78	2,95
Total	-	12,05	3,14	9,99	5,68	0,02	-1,32	-5,69	-1,27	2,21	3,07

Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

*inclui extrativa vegetal, caça e pesca.

Obs.: O ano de referência para o cálculo da variação anual percentual é 2009.

Em Camaçari (Tabela 8), o setor com maior estoque de emprego, no período 2009-2019, foi a indústria de transformação, confirmando sua predominância na estrutura produtiva do município, com participações relativas superiores a 35%. Mesmo passando por flutuações relativas, seu percentual de emprego esteve, pelo menos, 10 pontos percentuais (p.p.) acima dos demais. Quanto às flutuações, são observadas quedas e aumentos das participações relativas em nível de 2 a 3 p.p., aproximadamente a cada dois ou três anos, porém, observa-se decréscimo persistente nos dois últimos anos da série.

Em seguida, o setor serviços registrou percentual praticamente estável no total de vínculos empregatícios ativos – de 25% a 26% –, apresentando flutuações para cima e para baixo de aproximadamente 1 p.p. apenas. Já o comércio apresentou menor participação percentual no estoque de emprego relativamente aos demais municípios estudados, porém, percebe-se crescimento nessa proporção, que passou de 10,18%, em 2009, para 15,41% em 2019. O setor construção civil, por outro lado, teve maior participação relativa nesse município do que nos três outros municípios, registrando, no entanto, a mesma tendência de decréscimo dessa participação no comparado com Feira de Santana nos anos 2015 a 2017, e voltando a crescer em 2018 e 2019, mesmo que com percentuais abaixo daqueles observados entre 2009 e 2014 (alcançando 12,21% em 2019). A administração pública manteve estáveis as participações relativas nesses anos, ficando em torno de 9% a 10%, um pouco superiores às de Feira de Santana e muito abaixo das registradas em Salvador e Vitória da Conquista. A agropecuária teve baixos percentuais no estoque de emprego do município (menos de 0,5%).

Ainda na Tabela 8, a observação das variações anuais percentuais permite perceber, em 2010, relativamente a 2009, que quase todos os setores tiveram aumento na quantidade de emprego, exceto o setor extrativa mineral, que registrou elevada variação negativa (-85,43%). Nesse ano, a variação anual total em Camaçari foi a maior da série (16,54%). A partir de 2011, de forma geral, são notadas diminuições expressivas nos percentuais relativos em todos os setores de atividade econômica. Mesmo aqueles que explicitaram resultados positivos, esses estiveram muito abaixo daqueles verificados em 2010.

Novamente, os anos de 2015 e 2016 trouxeram redução do emprego formal em Camaçari. Assim como observado em Feira de Santana, as variações anuais totais

foram negativas em -5,49% (2015) e -8,81% (2016). Todavia, enquanto esse último município apresentou resultado negativo também em 2017, em Camaçari foi positivo (1,47%), com alguns setores registrando participações positivas na geração de emprego, como construção civil, extrativa mineral, indústria de transformação e serviços. O ano 2018 mostrou resultados melhores em relação a 2017, com apenas dois setores explicitando variações percentuais negativas (extrativa mineral e serviços industriais de utilidade pública). Em 2019, a variação anual total (2,53%) contou com a contribuição principal da construção civil, cujo crescimento do número de pessoas empregadas foi 5,64 p.p. maior do que o já verificado no ano anterior.

Tabela 8 – Camaçari: participação relativa do número de empregos formais e variação anual percentual, segundo o setor de atividade econômica, 2009 a 2019

Setores	Participação relativa do número de empregos formais (%)										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Adm. Pública	9,76	9,65	9,06	8,85	8,95	9,16	9,66	10,16	9,56	9,80	10,22
Agropecuária*	0,34	0,32	0,29	0,31	0,33	0,43	0,48	0,44	0,26	0,28	0,28
Comércio	10,18	9,68	9,70	11,79	12,46	12,65	13,63	14,74	14,33	14,84	15,41
Const. Civil	13,87	16,56	19,05	14,15	14,55	14,67	11,85	10,25	10,77	11,16	12,21
Extrativa mineral	1,09	0,14	0,13	0,43	0,19	0,12	0,09	0,16	0,22	0,10	0,05
Indústria de transf.	37,13	34,87	34,54	37,44	34,91	35,65	36,60	37,71	38,10	35,91	35,02
Serv. Ind. Util. Pub.	2,15	2,24	1,95	2,05	2,15	2,09	1,96	1,40	1,26	1,10	0,97
Serviços	25,49	26,54	25,28	24,98	26,46	25,22	25,72	25,14	25,51	26,81	25,84
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Variação anual percentual (%)										
Adm. Pública	-	15,24	-3,76	-5,60	3,57	7,83	-0,31	-4,16	-4,49	5,83	6,82
Agropecuária*	-	10,71	-7,26	3,48	7,14	38,43	5,38	-17,20	-38,96	10,11	0,97
Comércio	-	10,82	2,66	17,42	8,31	6,96	1,78	-1,37	-1,35	6,86	6,50
Const. Civil	-	39,17	17,86	-28,22	5,36	6,20	-23,64	-21,14	6,56	6,97	12,14
Extrativa mineral	-	-85,43	-4,81	225,25	-54,35	-34,69	-29,17	64,71	37,50	-52,60	-47,95
Indústria de transf.	-	9,46	1,49	4,72	-4,42	7,53	-2,97	-6,04	2,51	-2,73	-0,01
Serv. Ind. Util. Pub.	-	21,49	-10,68	1,31	7,48	2,58	-11,41	-34,81	-8,71	-10,21	-9,15
Serviços	-	21,33	-2,39	-4,54	8,59	0,39	-3,63	-10,87	2,96	8,46	-1,17
Total	-	16,54	2,47	-3,39	2,49	5,32	-5,49	-8,81	1,47	3,19	2,53

Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

*inclui extrativa vegetal, caça e pesca.

Obs.: O ano de referência para o cálculo da variação anual percentual é 2009.

Na capital do estado da Bahia, Salvador (Tabela 9), os setores com maior estoque de emprego formal são serviços, administração pública e comércio. Essa configuração, apesar de observadas flutuações, se mantém inalterada por quase toda a série histórica analisada (2009 a 2019), com exceção do ano de 2013, quando o comércio ultrapassou o setor de administração pública com maior participação no total de emprego formal, porém por menos de 0,5 p.p. Ao todo, esses três setores somaram, aproximadamente, 85% do emprego formal no município ao longo dos anos analisados.

O setor serviços se destacou com mais de 40% dos vínculos ativos, tendo explicitado crescimento em suas participações relativas de 2009 a 2019, passando de 40,98% para 49,93%, respectivamente. Também cumpre destacar que municípios que são capitais, em geral, tendem a concentrar a maior parte do seu emprego no setor de serviços, tendo em vista a maior oferta de atividades nas áreas de educação e saúde, por exemplo. De outra parte, a administração pública, segundo setor em quantidade de empregos formais, evidenciou participações relativas que variaram durante os anos, mas apresentando redução de 2009 (28,14%) para 2019 (19,74%). O setor comércio, por sua vez, manteve participações relativas quase estáveis, variando entre 16% e 18% ao longo dos anos considerados.

Importante setor em geração de empregos, a construção civil manteve participações relativas em torno de 9% a 10% no total de vínculos entre 2009 e 2013. A partir de 2014, nota-se diminuição nessas participações de forma contínua, com piores resultados em 2017 (5,94%) e 2018 (5,55%), encerrando 2019 com 6,02%. Além dos já mencionados efeitos do PMCMV sobre a construção civil – que, no período de maior aporte de investimentos do programa, impactou positivamente na situação do emprego do setor –, cabe mencionar que esse setor acompanha muito de perto as oscilações da economia, se beneficiando fortemente de períodos de maior aquecimento da renda e, por conseguinte, demanda e, por outro lado, sofrendo na mesma magnitude nos momentos de retração ou de baixo dinamismo¹⁰.

Ainda na capital baiana constata-se baixa participação da indústria de transformação no volume de emprego formal – com percentuais em torno de 4% a 5%

¹⁰ Um momento que foge um pouco à referida dinâmica diz respeito ao crescimento do setor durante a pandemia, mas que, neste caso, pode ser justificado tendo em vista a trajetória de queda da taxa de juros no ano anterior.

no período, passando por decréscimo a partir de 2015. Por fim, a agropecuária teve participações relativas no total de empregos que não chegaram a 0,5% no município.

Por meio da análise das variações anuais percentuais, calculadas para o período 2009-2019 (ainda na Tabela 9), verifica-se, inicialmente, que, entre 2010 e 2013, houve crescimento do emprego formal na maioria dos setores de atividade econômica no município de Salvador, com variações anuais totais positivas, embora decrescentes – 5% em 2010; 3,25% em 2011 e 2,17% em 2012. De 2014 em diante, o quadro do emprego formal no município se deteriorou muito, com variações anuais negativas em todos os setores (em 2015 e 2016, anos de crise econômica) e com um ensaio de recuperação em 2017 e 2018, porém, ainda com diminuição de postos de trabalho na maioria dos setores. Em 2019, constata-se a redução do emprego em seis dos oito setores, totalizando uma variação anual total de -7,99%.

Tabela 9 – Salvador: participação relativa do número de empregos formais e variação anual percentual, segundo o setor de atividade econômica, 2009 a 2019

Setores	Participação relativa do número de empregos formais (%)										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Adm. Pública	28,14	26,67	25,14	23,21	17,73	23,11	23,61	24,40	25,83	26,24	19,74
Agropecuária*	0,14	0,14	0,16	0,13	0,16	0,15	0,15	0,16	0,15	0,15	0,16
Comércio	16,09	16,41	16,14	16,54	17,80	16,63	16,93	16,69	16,39	15,82	17,71
Const. Civil	9,02	10,17	9,13	9,54	10,04	8,49	7,88	6,77	5,94	5,55	6,02
Extrativa mineral	0,43	0,08	0,09	0,35	0,38	0,35	0,29	0,28	0,27	0,24	0,25
Indústria de transf.	3,91	4,09	4,35	4,12	4,68	4,17	4,15	4,04	3,75	3,64	3,85
Serv. Ind. Util. Pub.	1,29	1,29	1,46	1,42	1,62	1,51	1,55	1,61	1,62	1,87	2,35
Serviços	40,98	41,15	43,53	44,69	47,59	45,59	45,44	46,06	46,06	46,50	49,93
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Variação anual percentual (%)										
Adm. Pública	-	-0,47	-2,68	-5,69	-27,60	39,13	-3,55	-1,78	6,43	2,06	-30,78
Agropecuária*	-	1,09	21,80	-17,31	15,03	1,63	-4,90	-0,97	-8,61	2,13	-1,65
Comércio	-	7,10	1,55	4,68	2,01	-0,29	-3,91	-6,27	-1,26	-3,07	3,01
Const. Civil	-	18,40	-7,26	6,78	-0,28	-9,82	-12,37	-18,30	-11,71	-6,25	-0,19
Extrativa mineral	-	-81,13	23,98	284,47	3,76	-2,37	-20,30	-9,37	-3,27	-12,14	-3,19
Indústria de transf.	-	9,86	9,62	-3,09	7,60	-4,87	-6,22	-7,41	-6,74	-2,46	-2,63
Serv. Ind. Util. Pub.	-	5,24	17,02	-0,75	8,27	-0,91	-2,70	-1,45	1,01	16,34	15,60
Serviços	-	5,43	9,21	4,90	0,93	2,23	-5,93	-3,63	0,53	1,41	-1,21
Total	-	5,00	3,25	2,17	-5,22	6,71	-5,60	-4,93	0,53	0,45	-7,99

Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

*inclui extrativa vegetal, caça e pesca.

Obs.: O ano de referência para o cálculo da variação anual percentual é 2009.

Vitória da Conquista (Tabela 10) apresenta quadro semelhante ao de Feira de Santana no que se refere aos movimentos de diminuição da participação relativa do comércio e de aumento da participação do setor serviços, embora este último já estivesse, nesse município, em primeiro lugar no total de vínculos ativos em 2009 (33,81%), alcançando o percentual de 38,66% em 2019. Neste ano, em conjunto, comércio e serviços responderam por 65% do total de empregos formais.

A administração pública, terceiro setor que mais emprega no município, evidenciou percentual relativo superior em relação a Feira de Santana e Camaçari, passando por leve queda em alguns anos, após o percentual de 15,84%, registrado em 2009. A indústria de transformação manteve a participação relativa nesses anos, ficando em torno de 14%. A construção civil registrou sensível elevação no total de vínculos ativos entre 2010 e 2013, mas, à semelhança dos outros municípios, apresentou redução contínua a partir de 2014, chegando à taxa de 5,3% em 2019. A agropecuária, nesse município, tem participação relativa mais elevada no total de empregos formais do que nos demais municípios estudados, porém, também registrou movimento de queda nos percentuais, saindo de 2,83% em 2009 para 1,92% em 2019.

Ao observar os números referentes às variações anuais, percebe-se que Vitória da Conquista também foi um município impactado pela crise econômica em 2015 e 2016, anos em que as variações anuais totais foram negativas: -1,89% e -1,83%, naquela ordem. Contudo, o município teve variações anuais positivas nos outros anos, principalmente em 2010 e 2011, ainda que, a partir deste último ano, essas variações tenham sido decrescentes. Em 2018 e 2019, mesmo com totais positivos, estes se mostraram ainda muito baixos quando comparados àqueles verificados no início da série – fator que também foi verificado nos outros municípios analisados e que reforça a noção de que a reforma trabalhista não atingiu seu objetivo maior e declarado de esboçar uma retomada efetiva do emprego em níveis elevados.

Tabela 10 – Vitória da Conquista: participação relativa do número de empregos formais e variação anual percentual, segundo o setor de atividade econômica, 2009 a 2019

Setores	Participação relativa do número de empregos formais (%)											
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Adm. Pública	15,84	13,98	13,87	13,26	12,57	11,45	12,19	11,66	12,57	13,01	13,07	
Agropecuária*	2,83	2,55	2,34	2,47	2,27	2,24	2,08	2,34	2,09	2,11	1,92	
Comércio	28,09	27,95	26,67	27,22	26,84	26,97	26,89	26,79	26,51	26,08	26,11	
Const. Civil	4,29	7,18	11,96	11,31	10,53	8,48	7,95	7,61	6,70	7,30	5,30	
Extrativa mineral	0,34	0,31	0,28	0,25	0,30	0,32	0,31	0,31	0,27	0,24	0,24	
Indústria de transf.	14,44	14,17	13,07	13,13	12,90	13,80	14,00	14,49	15,04	14,60	14,26	
Serv. Ind. Util. Pub.	0,36	0,56	0,29	0,44	0,50	0,43	0,46	0,49	0,60	0,71	0,43	
Serviços	33,81	33,31	31,51	31,92	34,09	36,31	36,11	36,31	36,21	35,95	38,66	
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	
	Varição anual percentual (%)											
Adm. Pública	-	-2,40	10,14	-1,48	-1,79	-5,62	4,52	-6,15	10,12	7,53	1,98	
Agropecuária*	-	-0,62	2,16	8,79	-5,01	2,37	-8,82	10,59	-8,81	4,90	-7,88	
Comércio	-	10,02	5,97	5,14	2,19	4,14	-2,21	-2,19	1,04	2,24	1,60	
Const. Civil	-	85,06	85,07	-2,63	-3,47	-16,59	-7,93	-6,02	-10,20	13,36	-26,31	
Extrativa mineral	-	0,58	-0,57	-8,09	28,30	8,82	-4,05	-2,82	-12,08	-7,69	2,38	
Indústria de transf.	-	8,49	2,45	3,50	1,83	10,86	-0,50	1,57	5,98	0,89	-0,83	
Serv. Ind. Util. Pub.	-	71,20	-41,90	54,10	19,50	-10,98	5,00	3,81	25,99	22,57	-38,42	
Serviços	-	8,96	5,02	4,39	10,67	10,39	-2,44	-1,27	1,81	3,21	9,12	
Total	-	10,58	11,03	3,03	3,64	3,63	-1,89	-1,83	2,09	3,95	1,48	

Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

*inclui extrativa vegetal, caça e pesca.

Obs.: O ano de referência para o cálculo da variação anual percentual é 2009.

A partir das variações anuais referentes ao estoque de emprego formal, segundo o setor de atividade econômica, analisadas para os quatro municípios em estudo, foram calculadas as médias dessas variações para os subperíodos 2009 a 2014 e 2015 a 2019 e, também, para o período completo 2009-2019, tomando como referência o ano 2009 (Tabela 11).

De início, observa-se que o interregno 2009-2014 foi o mais promissor em termos de crescimento do emprego formal nos municípios, que totalizaram médias positivas. Esse quadro foi mais favorável para Vitória da Conquista, Feira de Santana e Camaçari, que alcançaram médias mais elevadas – 6,38%, 6,18% e 4,68%, respectivamente –, enquanto em Salvador, a média foi de 2,38%.

Tabela 11 – Média das variações anuais do estoque de emprego formal, segundo o setor de atividade econômica: Feira de Santana e municípios selecionados, 2009 a 2019, 2009 a 2014 e 2015 a 2019 (%).

Setores	Médias das variações anuais (%)					
	Feira de Santana			Camaçari		
	2009-2019	2009-2014	2015-2019	2009-2019	2009-2014	2015-2019
Adm. Pública	-0,51	-0,31	-0,71	2,10	3,46	0,74
Agropecuária*	-1,91	-3,42	-0,41	1,28	10,50	-7,94
Comércio	2,28	5,79	-1,23	5,86	9,23	2,49
Const. Civil	0,04	5,15	-5,08	2,13	8,07	-3,82
Extrativa mineral	0,67	1,96	-0,61	1,85	9,19	-5,50
Indústria de transf.	0,52	2,99	-1,95	0,95	3,76	-1,85
Serv. Ind. Util. Pub.	14,09	20,07	8,11	-5,21	4,44	-14,86
Serviços	6,47	11,44	1,49	1,91	4,67	-0,85
Total	2,79	6,18	-0,60	1,63	4,68	-1,42
	Salvador			Vitória da Conquista		
Adm. Pública	-2,49	0,54	-5,52	1,69	-0,23	3,60
Agropecuária*	0,83	4,45	-2,80	-0,23	1,54	-2,00
Comércio	0,36	3,01	-2,30	2,79	5,49	0,10
Const. Civil	-4,10	1,56	-9,76	11,03	29,49	-7,42
Extrativa mineral	18,04	45,74	-9,66	0,48	5,81	-4,85
Indústria de transf.	-0,64	3,82	-5,09	3,43	5,43	1,42
Serv. Ind. Util. Pub.	5,77	5,77	5,76	11,09	18,38	3,79
Serviços	1,39	4,54	-1,76	4,98	7,88	2,08
Total	-0,56	2,38	-3,51	3,57	6,38	0,76

Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

*inclui extrativa vegetal, caça e pesca.

Obs.: O ano de referência para o cálculo da variação anual percentual é 2009.

No segundo interregno (2015-2019), como dito anteriormente, estão presentes os anos de 2015 e 2016 (anos de grave crise econômico-política, com retração do PIB brasileiro) e os anos pós-crise, nos quais se esboça uma lenta retomada da atividade econômica. Nesse contexto, a retração na geração de emprego formal é evidenciada

nas variações negativas verificadas para os municípios, exceto para Vitória da Conquista, embora com média inferior a 1%. Destaca-se que Salvador registrou a pior média (-3,51%) relativamente a Camaçari (-1,42%) e Feira de Santana (-0,6%).

As médias referentes ao período completo 2009-2019 resultaram positivas para Vitória da Conquista (3,57%), Feira de Santana (2,79%) e Camaçari (1,63%), mas negativa para Salvador (-0,56%). Novamente, nota-se que a capital baiana parece ter apresentado uma trajetória menos favorável para o emprego durante todo o interregno analisado, sobretudo comparativamente aos municípios selecionados.

Por meio da observação das médias por setor de atividade econômica, vê-se que, em Feira de Santana, entre 2009 e 2014, seis dos oito setores tiveram médias positivas, indicando aumento no estoque de emprego – com destaque para as maiores médias em serviços industriais de utilidade pública (20,07%), serviços (11,44%), comércio (5,79%) e construção civil (5,15%) –, enquanto a agropecuária e administração pública exibiram resultados negativos de -3,42% e -0,31%, na mesma ordem. Entre 2015 e 2019, em sentido contrário, seis dos oito setores tiveram médias negativas, apontando diminuição de postos de trabalho nesses anos, principalmente nos setores construção civil (-5,08%), indústria de transformação (-1,95%) e comércio (-1,23%). Serviços industriais de utilidade pública (8,11%) e serviços (1,49%) foram os setores que alcançaram médias positivas.

Em Camaçari, as médias das variações anuais foram positivas para todos os setores no subperíodo 2009-2014, sendo mais elevadas nos seguintes: agropecuária (10,5%), comércio (9,23%), extrativa mineral (9,19%) e construção civil (8,07%). Entre 2015 e 2019, apenas dois setores chegaram a médias positivas – e muito menores do que no interregno anterior: comércio (2,49%) e administração pública (0,74%) –, ao mesmo tempo em que as médias negativas nos demais setores foram mais elevadas para serviços industriais de utilidade pública (-14,86%) e agropecuária (-7,94%).

Como em Camaçari, Salvador exibiu médias de variações anuais positivas para todos os setores entre 2009 e 2014, porém, em patamares mais baixos do que naquele município. Destaca-se a média do setor extrativista mineral (45,74%), que se distanciou mesmo das outras variações mais elevadas: serviços industriais de utilidade pública (5,77%), serviços (4,54%) e agropecuária (4,45%). Em 2015-2019, exceto no setor serviços industriais de utilidade pública (5,76%), nos demais setores as variações médias foram negativas, tendo percentuais mais elevados: construção civil (-9,76%),

extrativa mineral (-9,66%), administração pública (-5,53%) e indústria de transformação (-5,09%).

Em Vitória da Conquista, no subperíodo 2009-2014, sete dos oito setores de atividade econômica tiveram médias positivas. Chamam atenção as médias exibidas pelos setores construção civil (29,49%) e serviços industriais de utilidade pública (18,38%), indicando significativo aumento do estoque de emprego formal nesses anos, complementado por resultados positivos como os dos setores serviços (7,88%), extrativa mineral (5,81%), comércio (5,49%) e indústria de transformação (5,43%). No interregno 2015-2019, diferente dos demais municípios em estudo, que apresentaram variações negativas para a quase totalidade dos setores, em Vitória da Conquista apenas três setores dentre os oito tiveram médias negativas – construção civil (-7,42%), extrativa mineral (-4,85%) e agropecuária (-2,0%) –, enquanto nos demais as médias se mostraram positivas, ainda que em patamares mais baixos do que os verificados no subperíodo anterior, apontando desaceleração relativa no crescimento do emprego formal.

Os dados sobre a distribuição percentual do número de empregos formais nos subsetores da Indústria de Transformação e de Serviços, no período 2009 a 2019, são apresentados nas Tabelas 12 a 15, que se referem a cada um dos quatro municípios em estudo. As Tabelas A-3 a A-6, no Anexo deste volume, trazem os números absolutos referentes a essas informações.

Dentre os doze subsetores da indústria de transformação do município de Feira de Santana (Tabela 12), Alimentos e Bebidas tem maior participação relativa no número de empregos formais, com percentuais superiores a 20% ao longo da série, alcançando 24,13% em 2019 (subsetor que mais emprega no país também). Em seguida, está o subsetor Borracha, Fumo, Couros, que assume o segundo lugar com o maior estoque de emprego em 2010 (com percentuais entre 14% e 16%), permanecendo nessa posição até 2019, com 16,23%.

A Indústria Têxtil seguia de perto o setor Borracha, Fumo, Couros nos dois primeiros anos da série (com 14,6%), mas começa a passar por decréscimo contínuo de sua participação relativa, que se intensifica a partir de 2015, chegando em 2019 com o percentual de 8,31%. De outra parte, também a partir de 2015, nota-se o aumento da participação relativa da Indústria Química, que vinha com percentuais em torno de 7% entre 2011 e 2014, e alcança 15,3% em 2019, tornando-se o terceiro subsetor com maior estoque de emprego formal do município.

Outro subsetor que explicitou crescimento em seu percentual no total dos vínculos ativos foi Papel e Gráfica. De 2009 a 2013, as participações relativas ficaram em torno de 8% a 9%; a partir de 2014, tiveram crescimento contínuo até 2017, chegando a 12,39%, e finalizando 2019 com 11,72%. Nos demais setores, são verificadas pequenas variações, para cima ou para baixo, que não alteraram significativamente suas participações relativas no total de emprego.

No setor Serviços, o subsetor com maior participação relativa no estoque de emprego de Feira de Santana é Administração Técnica Profissional (fato também observado em nível nacional), com percentuais crescentes a partir de 2010 entre 23% e 33%, passando por leve decréscimo nos últimos dois anos, chegando a 29,1% em 2019. Em seguida está Alojamento e Comunicação, acompanhado de perto pelo subsetor Transporte e Comunicações – enquanto o primeiro mantém sua participação relativa no estoque de emprego em torno de 19% e 22%, o segundo passa por diminuição de 2015 em diante, finalizando a série com 15,8%. Os subsetores Ensino e Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários mantêm percentuais próximos e relativamente estáveis ao longo do período. O subsetor Instituição Financeira tem baixa participação relativa, passando a ser decrescente a partir de 2011, chegando em 2019 com percentual de 3,26%.

Tabela 12 – Feira de Santana: participação relativa do número de empregos formais nos subsetores da Indústria de Transformação e de Serviços, 2009 a 2019

Subsetores	Participação relativa do número de empregos formais (%)										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Indústria de Transformação											
Alimentos e Bebidas	20,85	21,42	21,03	20,60	23,18	23,68	25,30	24,88	24,22	24,52	24,13
Borracha, Fumo, Couros	13,91	14,67	15,10	16,12	15,35	16,16	16,08	16,61	16,41	16,54	16,23
Elétrico e Comunic	8,92	8,70	8,90	8,66	7,83	3,85	3,06	2,53	2,56	2,49	2,16
Indústria Calçados	1,36	0,53	0,49	0,37	0,42	0,50	0,40	0,39	0,22	0,23	0,18
Indústria Mecânica	2,49	2,35	2,60	2,75	1,99	2,33	2,16	1,96	2,72	2,28	4,31
Indústria Metalúrgica	8,82	9,71	10,12	10,28	10,77	10,99	10,61	9,67	8,68	8,15	7,40
Indústria Química	10,05	8,14	7,51	7,34	7,11	6,66	10,23	12,04	13,02	14,24	15,30
Indústria Têxtil	14,60	14,62	13,92	13,26	13,51	14,43	10,32	9,41	9,75	9,35	8,31
Madeira e Mobiliário	3,06	3,51	4,57	4,83	4,28	4,40	4,41	5,05	4,77	4,48	5,11
Material de Transporte	1,44	1,35	1,33	1,22	1,21	1,42	1,41	1,08	1,00	0,95	0,98
Papel e Gráf	7,97	8,30	9,03	8,95	8,94	10,42	10,97	11,71	12,39	12,37	11,72
Prod. Mineral Não Metálico	6,51	6,70	5,39	5,62	5,41	5,18	5,04	4,67	4,27	4,39	4,15
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Serviços											
Adm Técnica Profissional	19,21	22,50	23,53	29,65	28,34	28,27	32,78	29,61	31,02	29,47	29,10
Aloj Comunic	22,44	22,09	21,75	19,56	19,95	19,55	18,26	18,54	20,06	19,35	19,54
Ensino	18,89	17,61	17,39	15,48	15,22	16,37	15,64	17,46	16,37	16,45	15,58
Instituição Financeira	5,25	4,68	4,28	3,87	3,88	3,65	3,34	3,19	3,24	3,29	3,26
Médicos Odontológicos Vet	14,76	13,12	12,51	12,98	13,82	13,92	13,81	15,44	13,75	15,93	16,68
Transp. e Comunicações	19,45	20,02	20,55	18,46	18,78	18,25	16,16	15,75	15,56	15,51	15,84
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

O município de Camaçari, como já destacado, integra importante polo industrial do estado da Bahia, tendo em sua estrutura produtiva a predominância da indústria de transformação, com a presença de alguns segmentos em maior intensidade na geração de empregos formais.

A partir dos dados da Tabela 13 é possível atestar que, dentre os subsetores da indústria de transformação, a Indústria Química detém a maior participação relativa no estoque total de emprego em todos os anos do período 2009-2019, com percentuais que não são observados em nenhum outro município (entre o mínimo de 30% e máximo de 35%). Importante notar que, a partir de 2012, esses percentuais apresentaram decréscimo continuado, com pequenos aumentos entre 2015 e 2017, mas com volta a resultados mais baixos em 2018 e 2019, chegando, neste último ano, a 30%. Tendo chegado a cerca de 35% em 2011, este configura outro registro que atesta a redução das atividades industriais (sobretudo as de maior valor agregado) na conformação do emprego e na criação de valor no país. Tal situação gera preocupação na medida em que a indústria tem elevada potencialidade de geração de efeitos de encadeamento ou retroalimentação ao longo da estrutura produtiva¹¹, e abriga a produção de itens que possuem elevado valor agregado e alta elasticidade-renda da demanda¹², de modo que a maior presença¹² desses itens na pauta exportadora pode ser avaliada positivamente para o crescimento do país.

O segundo subsetor que se destaca na geração de empregos é Material de Transporte, com participações relativas que variaram entre 21% e 29%, em patamar praticamente estável nos anos considerados. Esse subsetor, juntamente com a Indústria Química, totaliza mais de 55% do estoque de emprego formal (dentro da indústria) em todos os anos. Nota-se, no entanto, que também o subsetor Material de

¹¹ Isso quer dizer que a produção industrial tem elevada capacidade de gerar demandas a montante (para produção de bens que serão insumos para aquele produto, ou seja, impactando na cadeia de fornecimento, por assim dizer) e a jusante (para a produção de bens a partir do produto em questão, por meio de novos aprimoramentos ou transformações nele). Como os bens industriais, em geral, possuem elevado teor de processamento, a produção de um item, geralmente, requer a elaboração de outros dentro e fora da indústria. Sua finalidade também tem múltiplas possibilidades, afetando, novamente, a possibilidade de articulação com outras atividades dentro e fora da indústria. Isso implica geração de maior valor agregado, em geral, e também mais estímulo à criação de empregos.

¹² A elasticidade-renda da demanda mede o quanto a demanda de um bem varia em função de um aumento da renda. Na literatura de crescimento econômico há, nesse sentido, a "Lei de Thirlwall" que afirma que o crescimento de longo prazo de um país depende das elasticidades – renda das exportações e importações. De acordo com essa base teórica, a elasticidade-renda das exportações tende a ser maior para produtos de maior valor agregado (como os bens industriais). Para ilustrar isso, basta imaginar que, à medida que a renda de um indivíduo aumenta, há uma tendência maior ao aumento de seu consumo por bens mais processados (industriais) do que de produtos primários agrícolas, por exemplo.

Transporte passou por decréscimo em sua participação relativa a partir de 2016, com pequeno crescimento em 2017, finalizando a série com o percentual de 25,44% em 2019.

O subsetor Alimentos e Bebidas ocupou, de 2010 a 2012, a terceira posição quanto ao maior estoque de emprego em Camaçari, comparando suas participações relativas às observadas para os subsetores Borracha, Fumo, Couros e Indústria Mecânica (em terceira posição em 2010 e 2011). A partir de 2013, tanto os percentuais relativos de Alimentos e Bebidas quanto os da Indústria Mecânica se mostram mais baixos frente aos exibidos pelo subsetor Borracha, Fumo, Couros, denotando o crescimento desse último no estoque de emprego. Em que pese as flutuações observadas para o subsetor Alimentos e Bebidas, este chega, em 2019, com o percentual de 8,07%, uma redução de 2,2 p.p. em relação àquele registrado em 2009 (10,29%). Já o subsetor Indústria Mecânica passou por decréscimo mais acentuado entre o início e o fim do período, com redução de 5,6 p.p., chegando com percentual de 2,98% em 2019 vis-à-vis 8,61% em 2009.

O subsetor Prod. Mineral Não Metálico foi outro que evidenciou decréscimo, ainda que pequeno, em sua participação relativa no estoque de emprego de Camaçari em 2019 relativamente a 2009 – diminuição de 1,2 ponto percentual. Os subsetores Indústria Metalúrgica, Indústria Têxtil e Papel e Gráfica, no entanto, registraram aumento em suas participações relativas em 2019 relativamente a 2009.

De um modo geral, é possível observar que a indústria de transformação de Camaçari evidenciou um movimento de redução das atividades industriais de maior valor agregado em detrimento de subsetores caracterizados pelo menor conteúdo tecnológico de seus produtos. Do ponto de vista do maior fomento à inovação e à criação de bens de alto valor (que poderiam, inclusive, contribuir positivamente para uma melhor inserção no comércio internacional), isso denota uma mudança desfavorável. Porém, como nada é tão simples de se qualificar na análise macroeconômica, algumas indústrias, embora menos tecnológicas, possuem alta capacidade de geração de emprego, o que, em um país com mão de obra excedente como o Brasil, deve ser entendido positivamente. Contudo, é claro, faz-se necessário avaliar a qualidade dos postos de trabalho gerados nas indústrias de menor conteúdo tecnológico comparativamente às de maior, a fim de identificar se, por outro lado, estas últimas não incorreriam na geração de oportunidades de trabalho mais qualificado.

No setor serviços, os subsetores Administração Técnica e Profissional, Transporte e Comunicações e Alojamento e Comunicação se mantiveram com as maiores porcentagens referentes ao estoque de emprego formal no município durante todos os anos analisados. Os demais subsetores possuem percentuais menos expressivos comparativamente, pois, em conjunto, os três subsetores citados somaram mais de 78% do emprego formal do setor serviços em Camaçari.

O subsetor Transporte e Comunicações, que registrou os maiores percentuais de emprego entre 2010 e 2014 (entre 31% e 33%), passou por decréscimo persistente a partir de 2015, finalizando a série com percentual de 19,88% em 2019, perdendo a posição para o subsetor Administração Técnica e Profissional, que contou com aumento em sua participação relativa de 2015 em diante, alcançando o percentual de 39,47% em 2019.

Ainda no município de Camaçari, cumpre destacar a crescente importância dos subsetores Ensino e Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários ao longo da série analisada. Com participação relativa de 3% no estoque de emprego formal em 2010, o subsetor Ensino passou a exibir aumento praticamente contínuo a partir de 2011, terminando com o percentual de 8,71% em 2019. Esta participação pode aumentar nos anos seguintes, sobretudo com o credenciamento do campus da Universidade Federal da Bahia no interior do município ocorrido em 2018. Na mesma direção, Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários, que já apresentavam maiores participações no emprego formal do município no início da série (7,62% em 2009), passa por leve decréscimo em 2010 e 2011, e voltam à trajetória ascendente de 2012 em diante, chegando, em 2019, com o percentual de 10,4%.

Tabela 13 – Camaçari: participação relativa do número de empregos formais nos subsetores da Indústria de Transformação e de Serviços, 2009 a 2019

Subsetores	Participação relativa do número de empregos formais (%)										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Indústria de Transformação											
Alimentos e Bebidas	10,29	9,30	8,88	9,05	5,46	8,88	7,09	7,23	7,10	6,46	8,07
Borracha, Fumo, Couros	6,16	6,93	7,58	7,89	9,44	9,08	9,37	10,84	11,06	11,74	11,96
Elétrico e Comunic	2,18	2,24	2,85	2,35	3,10	2,74	2,68	1,95	1,32	1,02	1,68
Indústria Calçados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria Mecânica	8,61	7,21	7,60	7,67	6,93	5,29	3,53	3,49	2,94	3,74	2,98
Indústria Metalúrgica	3,83	4,37	4,37	3,35	3,72	3,53	4,14	3,88	4,91	5,68	5,60
Indústria Química	31,65	34,56	34,70	33,76	30,44	30,26	30,97	31,81	31,50	30,16	29,52
Indústria Têxtil	4,87	4,48	3,86	3,86	4,19	4,85	3,79	5,74	5,48	6,17	5,28
Madeira e Mobiliário	0,92	0,88	0,78	0,79	0,89	0,91	0,85	0,99	0,81	0,66	0,74
Material de Transporte	23,43	22,22	21,32	23,25	26,98	25,24	28,66	25,71	26,83	26,22	25,44
Papel e Gráf	3,05	2,95	2,93	3,28	4,17	4,48	4,51	4,58	4,35	4,52	4,93
Prod. Mineral Não Metálico	5,02	4,87	5,11	4,75	4,70	4,74	4,42	3,78	3,68	3,63	3,80
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Serviços											
Adm Técnica Profissional	34,19	32,51	28,51	27,68	27,86	28,69	29,31	29,79	34,80	38,82	39,47
Aloj Comunic	22,84	22,30	25,50	26,63	24,18	22,12	25,57	25,05	23,49	20,76	18,98
Ensino	4,64	3,00	3,59	4,04	5,67	5,51	6,28	7,81	7,52	8,03	8,71
Instituição Financeira	2,35	2,38	2,51	3,05	3,23	3,28	3,25	3,49	3,36	2,53	2,55
Médicos Odontológicos Vet	7,63	6,72	6,80	7,09	7,92	8,15	8,70	9,71	9,45	10,12	10,40
Transp. Comunicações	28,35	33,09	33,09	31,50	31,15	32,25	26,89	24,15	21,37	19,73	19,88
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

No setor da indústria de transformação do município de Salvador (Tabela 14), o subsetor que apresenta maior participação relativa no estoque de emprego formal é Alimentos e Bebidas, com percentuais que exibiram crescimento ao longo da série analisada, principalmente a partir de 2011, chegando a 46,19% em 2019. Em seguida, os subsetores Indústria Química e Indústria Têxtil mostraram participações relativas próximas, alternando a segunda posição em percentual no total de empregos do município. A Indústria Química começa a série com participação relativa de 12,41%, passa por resultados mais elevados nos anos 2010 (chegando a 20,17%) e 2011 (17,77%), e registra decréscimo nos anos seguintes, com mais intensidade depois de 2013, finalizando o período com percentual de 8,47 % (3,9 p.p. a menos que em 2009). No caso da Indústria Têxtil, a diminuição da participação relativa se faz de forma mais gradual ao longo do período analisado, mas que, ao final, resulta em uma redução intensa. Tomando-se o percentual em 2019 (10,39%) e em 2009 (18,74%), registra-se um decréscimo de 8,35 p.p.

Com participações relativas superiores a 10% em 2009 e 2010, o subsetor Papel e Gráfica tinha maior estoque de emprego do que a Indústria Metalúrgica (entre 7% e 10%). Contudo, a partir de 2011 este último mostra maior crescimento do que aquele, ainda que com pequenas variações, chegando em 2019 com participação de 7,46% vis-à-vis 6,19% da Indústria Papel e Gráfica. Cabe destacar, ainda, que ambos os subsetores evidenciaram decréscimo no estoque de emprego depois de 2012, principalmente.

No setor de serviços, predominam os subsetores Administração Técnica Profissional, Alojamento e Comunicação e Transporte e Comunicações quanto às maiores participações relativas no estoque de emprego formal na capital baiana. Somente em 2019 é que se observa que o subsetor Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários passa à frente de Transporte e Comunicações. O subsetor Ensino também cresce percentualmente e passa a integrar o quarto lugar em volume de emprego.

Em Administração Técnica Profissional, os maiores percentuais relativos são percebidos de 2009 a 2014 – entre 33% e 36%. A partir desse ano, prevalece a diminuição do percentual de emprego formal nesse subsetor, que termina a série com 30,54%. O subsetor Alojamento e Comunicação apresenta resultados relativamente estáveis durante os anos estudados, com mínimo de 21% e máximo de 24%, mas com último percentual mais baixo, em 2019 (20,99%). O subsetor Transporte e

Comunicações cresceu percentualmente quanto ao emprego formal até 2014, apresentando queda relativa que continuou até 2019, com total de 12,65%.

Também em Salvador, os subsetores Ensino e Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários exibiram crescimento em suas participações relativas desde 2010 e 2011, ainda que com pequenas oscilações para baixo em alguns anos, totalizando, em 2019, no subsetor Ensino, 14,93% versus 10,88% em 2009, e 17,36% versus 12,57%, respectivamente, no subsetor Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários.

Tabela 14 – Salvador: participação relativa do número de empregos formais nos subsetores da Indústria de Transformação e de Serviços, 2009 a 2019

Subsetores	Participação relativa do número de empregos formais (%)										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Indústria de Transformação											
Alimentos e Bebidas	30,04	25,56	29,27	30,95	35,56	34,86	37,50	38,79	42,17	44,95	46,19
Borracha, Fumo, Couros	2,22	2,10	2,23	2,59	2,96	3,61	3,53	3,75	3,62	3,57	4,11
Elétrico e Comunic	1,33	1,32	1,71	1,34	1,29	1,37	1,31	1,32	1,48	1,22	1,67
Indústria Calçados	0,11	0,12	0,14	0,26	0,34	0,38	0,36	0,37	0,23	0,22	0,17
Indústria Mecânica	4,78	4,12	4,34	4,49	4,38	5,07	5,44	6,85	5,67	5,06	5,67
Indústria Metalúrgica	7,77	9,90	10,70	11,04	10,41	8,48	8,99	7,62	7,31	7,86	7,46
Indústria Química	12,41	20,17	17,77	13,39	11,84	12,14	10,75	10,60	10,36	8,28	8,47
Indústria Têxtil	18,74	16,38	13,53	14,70	12,14	12,34	12,39	11,31	11,08	10,67	10,39
Madeira e Mobiliário	6,44	5,33	5,57	6,69	6,28	6,94	6,38	6,72	7,62	7,50	5,40
Material de Transporte	0,90	0,81	0,94	0,93	2,52	1,29	0,96	1,27	1,23	0,94	1,22
Papel e Gráf	10,79	10,19	9,36	9,19	7,90	8,66	8,05	7,57	5,99	6,69	6,19
Prod. Mineral Não Metálico	4,48	3,99	4,44	4,44	4,37	4,87	4,34	3,83	3,24	3,04	3,05
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Serviços											
Adm Técnica Profissional	34,73	36,16	35,39	34,62	33,39	34,49	31,88	31,34	32,34	30,69	30,54
Aloj Comunic	24,01	23,81	22,02	22,31	22,89	21,96	22,38	21,66	20,56	20,60	20,99
Ensino	10,88	10,33	11,71	11,87	11,61	12,07	13,18	13,56	14,24	15,80	14,93
Instituição Financeira	3,84	3,79	3,59	3,44	3,41	3,43	3,62	3,62	3,41	3,34	3,54
Médicos Odontológicos Vet	12,57	12,69	12,40	12,52	12,85	12,80	14,49	15,85	16,48	16,84	17,36
Transp.e Comunicações	13,97	13,21	14,89	15,24	15,86	15,25	14,46	13,97	12,97	12,73	12,65
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Em Vitória da Conquista (Tabela 15), no período 2009-2019, os três subsetores da indústria de transformação com maiores participações relativas no total do emprego formal foram: Alimentos e Bebidas, Indústria de Calçados e Indústria Química. Em 2019, no entanto, ao final da série histórica (2019), o perfil do setor se modifica e os subsetores com as maiores participações passam a ser, respectivamente, Indústria Têxtil, Alimentos e Bebidas e Indústria de Calçados.

O subsetor de Alimentos e Bebidas apresenta modestas flutuações durante a série histórica analisada, mas o perfil geral é de crescimento da participação percentual até 2014; de 2015 em diante há decréscimo relativo, chegando, em 2019, com percentual de 20,63%, ou seja, 2,3 p.p. a menos do que em 2009 (22,93%). A Indústria de Calçados, cuja participação relativa em 2009 era de 28,56%, apresenta decréscimo na geração de empregos entre 2010 e 2015; exibe aumento em 2016, mas volta à redução nos três últimos anos da série, totalizando 17,86% em 2019. A participação relativa da Indústria Química se manteve quase inalterada ao longo dos anos estudados, com percentuais entre 15% e 16%.

O subsetor Indústria Têxtil apresentou crescimento expressivo, tanto relativo quanto absoluto, no estoque de emprego formal de Vitória da Conquista. Em 2015, ocorreu o primeiro pico de crescimento relativo do setor, com mais de 6 pontos percentuais para cima; novamente, em 2017, com o aumento de mais 4 pontos percentuais e, por fim, de 2018 para 2019, com outra variação positiva de mais 4 pontos percentuais. Esse quadro evolutivo acabou por colocar esse subsetor em primeira posição, com a maior participação relativa (23,64%) em relação aos demais. A indústria têxtil, que já é bastante proeminente no município, deve aumentar ainda mais sua participação nos próximos anos, se confirmada a instalação do Polo Têxtil de Vitória da Conquista que foi anunciado recentemente¹³.

No setor serviços, o subsetor Alojamento e Comunicação detinha a maior participação relativa no estoque de emprego em Vitória da Conquista no ano de 2009. A partir de 2010, essa posição passa a ser do subsetor Transporte e Comunicação (exceto em 2011), com percentuais entre 23% e 27%, porém, com trajetória decrescente de 2013 em diante, mas ainda chegando em 2019 com percentual de 23,05%, maior dentre os dos demais subsetores. Alojamento e Comunicação também passou por redução de sua participação relativa nos últimos anos, ficando em terceira

¹³ Para maiores informações acessar: <https://www.pmvc.ba.gov.br/projeto-do-polo-textil-de-vitoria-da-conquista-e-apresentado-a-empresarios-do-setor/>

posição quanto ao estoque de emprego em 2019 (18,07%). A segunda posição coube ao subsetor Ensino, o qual, depois de passar por variações em sua participação relativa após 2011, chegou em 2019 com um percentual de 18,71%.

Destaca-se o incremento observado na participação relativa do subsetor Administração Técnica e Profissional, saindo de 11,79% em 2009, alcançando os números de 20,28% em 2013; 23,07% em 2014 e 19,6% em 2015 e terminando a série, em 2019, com 18,52%. Dentro deste subsetor encontram-se atividades diversas, algumas das quais respondem pela maior geração de emprego no país, como as atividades administrativas (nas quais se verificam cargos de assistentes, auxiliares e técnicos). Também com trajetória ascendente ao longo da série, mesmo com algumas pequenas flutuações, o subsetor Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários foi o terceiro com maior percentual de postos de trabalho em 2019 (19,35%).

Tabela 15 – Vitória da Conquista: participação relativa do número de empregos formais nos subsetores da Indústria de Transformação e de Serviços, 2009 a 2019

Subsetores	Participação relativa do número de empregos formais (%)										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Indústria de Transformação											
Alimentos e Bebidas	22,93	22,30	23,48	24,20	23,29	25,48	23,46	21,48	20,04	20,42	20,63
Borracha, Fumo, Couros	2,52	2,38	3,28	3,55	2,98	2,98	2,87	2,37	1,85	1,70	1,74
Elétrico e Comunic	0,50	0,34	0,46	0,57	0,74	0,78	0,85	0,66	0,59	0,56	0,53
Indústria Calçados	28,56	25,47	21,93	19,15	19,64	20,88	17,50	24,72	23,62	22,46	17,86
Indústria Mecânica	0,87	1,33	0,87	0,90	0,83	0,80	1,04	0,92	0,88	0,44	0,57
Indústria Metalúrgica	5,81	6,46	6,73	6,93	7,85	6,41	5,74	4,72	4,71	3,98	4,48
Indústria Química	15,29	15,71	15,44	16,59	16,06	16,42	15,78	15,56	15,52	15,46	15,55
Indústria Têxtil	7,72	8,40	8,43	7,90	7,37	6,61	13,45	13,33	17,03	19,77	23,64
Madeira e Mobiliário	4,61	5,48	6,98	6,17	6,96	7,15	6,67	5,84	5,80	5,92	5,91
Material de Transporte	1,53	1,49	1,66	1,92	1,86	1,61	1,28	0,90	0,87	0,87	0,92
Papel e Gráf	2,67	2,91	2,69	3,21	3,00	3,07	3,15	2,89	2,47	2,17	2,40
Prod. Mineral Não Metálico	6,99	7,74	8,04	8,92	9,42	7,80	8,21	6,60	6,63	6,25	5,80
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Serviços											
Adm Técnica Profissional	11,79	16,20	17,81	18,08	20,28	23,07	19,60	17,93	18,45	18,52	18,26
Aloj Comunic	26,42	23,63	27,97	23,62	23,19	20,98	21,07	20,26	20,04	19,56	18,07
Ensino	19,34	18,85	11,20	11,64	10,38	11,28	12,64	13,39	13,94	14,52	18,71
Instituição Financeira	3,66	4,11	4,01	4,40	3,86	3,78	4,06	3,93	3,81	3,52	3,65
Médicos Odontológicos Vet	15,34	13,54	13,75	15,21	16,20	15,80	16,93	19,04	18,95	19,35	18,26
Transp. e Comunicações	23,45	23,67	25,27	27,04	26,09	25,08	25,70	25,45	24,81	24,54	23,05
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

2.1.2 Emprego formal segundo o tamanho dos estabelecimentos empregadores

Esta seção objetiva analisar a distribuição do estoque de emprego formal segundo o tamanho dos estabelecimentos empregadores. Para isto, foi feita a classificação do tamanho desses estabelecimentos em faixas de acordo com o número de pessoas ocupadas, tendo como referência a classificação do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) para a indústria, embora seja reconhecida a limitação desse procedimento, visto que, em se tratando de outros setores, como comércio e serviços, por exemplo, a delimitação do porte do estabelecimento segue outra estratificação. Contudo, uma vez que não se pretende realizar, aqui, uma análise exaustiva das especificidades de cada setor, optou-se por considerar as delimitações de porte para o setor industrial.

Assim, é definido como microempresa o estabelecimento empregador com até 19 pessoas ocupadas; pequena empresa, de 20 a 99; média, de 100 a 499; e grande, com 500 pessoas ocupadas ou mais. Nesta análise, a partir dos dados da RAIS, é considerado o número de empregados ativos em 31 de dezembro de cada ano para definir o tamanho do estabelecimento.

A Tabela 16 mostra a distribuição do emprego formal, segundo o tamanho dos estabelecimentos, em 2009, 2014 e 2019, nos municípios em estudo. A Figura 9 permite a visualização gráfica desses dados. No Anexo deste volume, a Tabela A-2 traz essas informações expostas para o período 2009 a 2019.

Nota-se, tanto em Feira de Santana quanto em Vitória da Conquista, que os estabelecimentos de menor porte – micro e pequenos (MPE) – registraram maior número de vínculos ativos nos três anos considerados, com participações relativas acima de 59%. Em Feira de Santana, essas participações apresentaram pequena redução – 63,8% em 2009; 63,12% em 2014 e 60,72% em 2019 –, enquanto em Vitória da Conquista houve leve crescimento entre 2009 (59,47%) e 2014 (62,66%), mas diminuindo em 2019 (61,14%).

Ressalta-se que, entre esses estabelecimentos MPE, as microempresas (com até 19 pessoas ocupadas) se destacaram comparativamente às pequenas (20 a 99) nos dois municípios, com percentuais praticamente estáveis em torno de 35% naqueles anos. Em se tratando das pequenas empresas, em Feira de Santana, elas estavam em segundo lugar (no total) como maiores empregadoras em 2009 (28,53%), em 2014

(28,98%) e em 2019 (26,12%), ainda que com percentuais decrescentes nesses anos. Em Vitória da Conquista, nos anos de 2014 e 2019, os pequenos estabelecimentos ficaram em segundo lugar, com participações relativas de 28,09% e 26%, respectivamente, também em queda, mas apresentando resultados próximos dos registrados pelos grandes estabelecimentos, cujos percentuais relativos ficaram em torno de 25% a 26%.

Ainda em Vitória da Conquista, nota-se que os estabelecimentos de porte médio são os que tiveram as menores participações no total de emprego formal – 14,51% em 2009, 12,38% em 2014 e 12,91% em 2019 –, quadro que se diferencia quando se observa Feira de Santana, onde os estabelecimentos médios mostraram maiores percentuais relativos comparados aos grandes – em torno de 22% nos três anos analisados vis-à-vis 15% a 17%, na mesma ordem. Deve-se destacar, no entanto, que, entre 2014 e 2019, em Feira de Santana houve aumento do número de empregados ligados às empresas de maior porte (com 500 ou mais empregados), com números absolutos que passaram de 18.136 vínculos ativos para 20.383, ao mesmo tempo em que os números referentes aos outros portes de estabelecimentos diminuíram. Em Vitória da Conquista, quase todos os portes de tamanho explicitaram aumento no número de vínculos de 2014 para 2019, exceto os pequenos.

Camaçari apresenta uma distribuição do emprego formal por porte dos estabelecimentos empregadores diferente daquelas dos municípios de Feira de Santana e Vitória da Conquista, porém relativamente próxima à de Salvador. As micro e pequenas empresas têm participações relativas mais baixas no total dos vínculos ativos, enquanto as médias e grandes têm os percentuais mais elevados. Essa distribuição certamente está relacionada à conformação da estrutura produtiva do município, com predomínio da indústria. Importante observar, ademais, o aumento do número de empregos formais no âmbito das micro e das pequenas empresas, com o crescimento de suas participações relativas entre os anos 2009, 2014 e 2019, principalmente entre esses dois últimos anos – os dois portes juntos (Total MPE) somaram 35,49% em 2009, 35,56% em 2014 e 40,34% em 2019, enquanto os estabelecimentos de tamanho médio tiveram participações relativas decrescentes – 30,27%, 29,17% e 24,22%, naquela ordem – e os grandes mantiveram percentuais relativamente estáveis em torno de 34% a 35% nesses anos.

Também em Salvador os pequenos negócios (micro e pequenas empresas) exibiram percentuais relativos menores que os grandes estabelecimentos no total de

empregos formais entre 2009 e 2019, porém, nota-se o crescimento desses percentuais, que passaram de 36,21% em 2009 para 42,79% em 2019, ao lado da diminuição dos percentuais registrados pelos grandes empregadores – que passaram de 46,38% para 38,81% nos mesmos anos – e da relativa manutenção das participações relativas dos estabelecimentos de tamanho médio, entre 17% e 18%. Importante observar ainda que, em termos de números absolutos, de 2009 para 2014, verifica-se o aumento do número de vínculos em todos os tamanhos de estabelecimentos, resultado que se altera de 2014 para 2019, quando se nota o decréscimo desse número também em todas as faixas da estratificação.

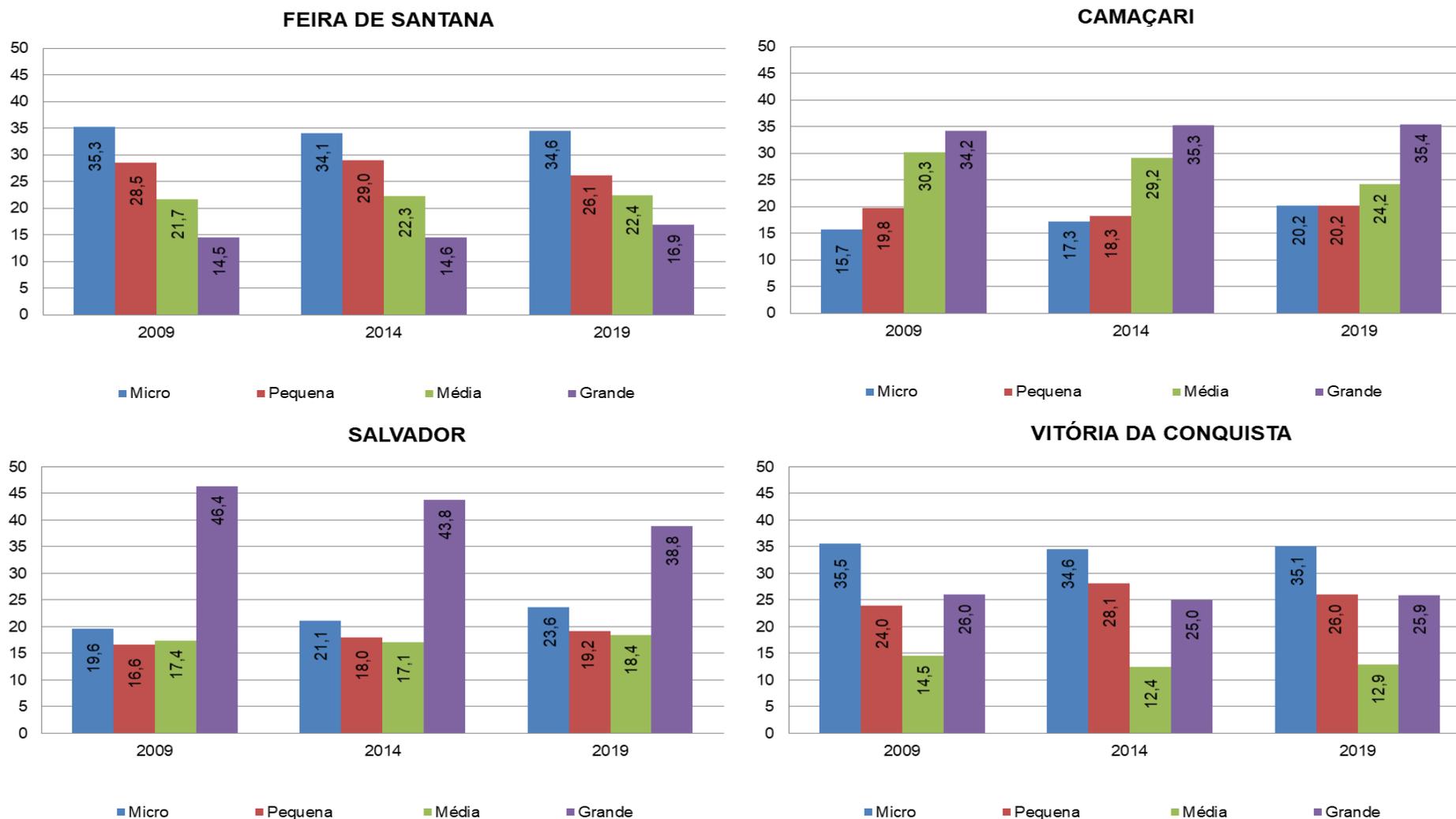
Tabela 16 – Número de empregos formais e participação relativa (%) segundo o tamanho do estabelecimento: Feira de Santana e municípios selecionados, 2009, 2014 e 2019

Tamanho do estabelecimento	2009		2014		2019	
	Nº Emp.	Part. (%)	Nº Emp.	Part. (%)	Nº Emp.	Part. (%)
Feira de Santana						
Microempresa	32.711	35,27	42.537	34,14	41.723	34,60
Pequena	26.452	28,53	36.103	28,98	31.504	26,12
Total MPE	59.163	63,80	78.640	63,12	73.227	60,72
Média	20.088	21,66	27.818	22,33	26.992	22,38
Grande	13.481	14,54	18.136	14,56	20.383	16,90
Total	92.732	100	124.594	100	120.602	100
Camaçari						
Microempresa	10.284	15,68	14.099	17,27	15.242	20,18
Pequena	12.985	19,80	14.938	18,30	15.233	20,17
Total MPE	23.269	35,49	29.037	35,56	30.475	40,34
Média	19.849	30,27	23.814	29,17	18.292	24,22
Grande	22.449	34,24	28.795	35,27	26.772	35,44
Total	65.567	100	81.646	100	75.539	100
Salvador						
Microempresa	148.946	19,63	179.720	21,15	167.105	23,58
Pequena	125.737	16,57	152.575	17,95	136.161	19,21
Total MPE	274.683	36,21	332.295	39,10	303.266	42,79
Média	132.114	17,42	145.239	17,09	130.436	18,40
Grande	351.802	46,38	372.361	43,81	275.042	38,81
Total	758.599	100	849.895	100	708.744	100
Vitória da Conquista						
Microempresa	18.122	35,50	23.979	34,58	25.278	35,14
Pequena	12.236	23,97	19.477	28,09	18.699	26,00
Total MPE	30.358	59,47	43.456	62,66	43.977	61,14
Média	7.408	14,51	8.583	12,38	9.288	12,91
Grande	13.278	26,01	17.308	24,96	18.661	25,94
Total	51.044	100	69.347	100	71.926	100

Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Obs.: Microempresa = Até 19 empregados; Pequena = De 20 a 99; Média = De 100 a 499; Grande = 500 ou mais.

Figura 9 – Participação relativa do emprego formal segundo o tamanho do estabelecimento: Feira de Santana e municípios selecionados, 2009, 2014 e 2019 (%)



Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Obs.: .Microempresa = Até 19 empregados; Pequena = De 20 a 99; Média = De 100 a 499; Grande = 500 ou mais.

A Tabela 17 mostra o cálculo da variação anual percentual do número de empregos formais segundo o tamanho dos estabelecimentos, no período 2009 a 2019. Esse cálculo foi feito a partir dos dados explicitados na Tabela A-2 do Anexo.

Tabela 17 – Variação anual percentual do número de empregos formais segundo o tamanho do estabelecimento: Feira de Santana e municípios selecionados – 2009 a 2019

Tamanho do estabelecimento	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Feira de Santana	-										
Microempresa	-	7,15	6,04	6,71	3,26	3,87	-1,26	-0,78	-0,69	-2,10	2,97
Pequena	-	8,86	5,24	2,93	9,11	6,08	-4,32	-12,42	-0,92	0,68	4,39
Total MPE	-	7,92	5,68	5,01	5,84	4,87	-2,66	-6,03	-0,79	-0,93	3,58
Média	-	20,43	4,71	15,31	0,20	-4,95	-8,26	-6,96	-4,16	6,09	11,79
Grande	-	17,70	-9,49	24,01	14,05	-10,71	15,16	-2,88	0,38	8,87	-8,05
Total	-	12,05	3,14	9,99	5,68	0,02	-1,32	-5,69	-1,27	2,21	3,07
Camaçari	-										
Microempresa	-	5,19	13,42	2,98	8,01	3,30	3,68	-2,24	-3,16	-0,65	10,86
Pequena	-	9,73	-4,27	5,26	4,03	0,01	1,60	-7,38	1,04	5,84	1,33
Total MPE	-	7,73	3,36	4,18	5,89	1,58	2,61	-4,86	-1,08	2,64	5,88
Média	-	10,43	8,86	-7,95	-1,26	9,81	-0,48	-20,44	-0,53	1,83	-4,23
Grande	-	31,07	-3,05	-6,46	2,13	5,66	-17,81	-2,15	6,22	4,87	3,78
Total	-	16,54	2,47	-3,39	2,49	5,32	-5,49	-8,81	1,47	3,19	2,53
Salvador	-										
Microempresa	-	4,75	4,27	7,16	1,47	1,59	0,11	-2,15	-2,81	-1,66	-0,68
Pequena	-	7,36	5,14	5,93	0,62	0,86	-6,82	-4,80	-1,12	-0,93	2,70
Total MPE	-	5,95	4,67	6,59	1,08	1,25	-3,07	-3,32	-2,08	-1,34	0,81
Média	-	10,54	-0,21	3,18	3,94	-7,06	-7,78	-7,77	2,31	0,92	2,26
Grande	-	2,19	3,51	-1,85	-14,59	19,36	-7,01	-5,33	2,34	1,90	-19,54
Total	-	5,00	3,25	2,17	-5,22	6,71	-5,60	-4,93	0,53	0,45	-7,99
Vitória da Conquista	-										
Microempresa	-	7,16	10,01	6,63	1,32	3,90	2,00	-1,70	0,26	1,79	3,02
Pequena	-	10,72	5,35	12,18	10,90	9,69	-6,20	-8,76	0,85	3,17	7,81
Total MPE	-	8,59	8,09	8,85	5,27	6,42	-1,68	-4,72	0,50	2,36	5,00
Média	-	38,84	20,10	-13,29	-1,45	-18,68	2,25	11,03	-10,87	11,92	-4,44
Grande	-	-0,66	11,30	2,64	3,07	11,44	-4,49	-1,18	13,76	3,73	-3,20
Total	-	10,58	11,03	3,03	3,64	3,63	-1,89	-1,83	2,09	3,95	1,48

Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Obs.: 1. Microempresa = Até 19 empregados; Pequena = De 20 a 99; Média = De 100 a 499; Grande = 500 ou mais.

2. O ano de referência para o cálculo da variação anual percentual é 2009.

Pode-se observar que os resultados de 2010, relativamente a 2009, foram positivos em todos os municípios e, nestes, também em quase todos os estabelecimentos, independente do porte – com exceção apenas para os estabelecimentos de grande porte em Vitória da Conquista, que registraram pequena variação anual negativa (-0,66%) naquele ano. Além de positivos, houve variações percentuais de destaque em alguns municípios, denotando crescimento do estoque de emprego formal nos diversos portes de empresas.

A partir de 2011 até 2014, as variações anuais se mantêm positivas, em sua maioria, porém em níveis decrescentes, indicando desaceleração do aumento da geração de emprego formal, embora tenham se destacado variações expressivas como em Feira de Santana, por exemplo, onde os estabelecimentos de tamanhos médio e grande tiveram crescimentos de 15,31% e 24,01% em 2012 relativamente a 2011.

Os anos de 2015 e 2016, como já apontado anteriormente, foram de retração no emprego, sendo possível constatar esse quadro também nas variações anuais negativas observadas para quase todos os tamanhos de estabelecimentos empregadores dos municípios estudados. Nos anos seguintes, 2018 e 2019 explicitam variações anuais positivas referentes ao aumento de vínculos ativos, mesmo que essas variações se mostrem ainda baixas, à exceção de alguns estabelecimentos empregadores em alguns dos municípios, como em Feira de Santana, onde os estabelecimentos de médio porte apresentaram variação de 11,79% em 2019 relativamente a 2018; e em Camaçari, onde as microempresas tiveram variação total de 10,86% nesse mesmo ano, as quais, junto com as pequenas empresas, alcançaram o percentual de 5,88%.

Uma análise mais específica para os subperíodos selecionados é apresentada por meio da Tabela 18 contendo a média das variações anuais para o interregno 2009-2019, 2009-2014 e 2015-2019. É possível observar que, em Feira de Santana, os grandes estabelecimentos foram os que mais cresceram no município, tanto considerando a média das variações anuais percentuais para todo o intervalo de 2009 a 2019, quanto tomando-se como referência os subperíodos de 2009 a 2014 e 2015 a 2019.

Já em Camaçari e Salvador, a situação é bem distinta. As microempresas apresentaram maiores taxas médias nos intervalos considerados (com exceção de 2009-2014, quando as pequenas empresas evidenciaram uma taxa ligeiramente

superior à exibida pelas microempresas). Os estabelecimentos classificados como grandes, por sua vez, registraram redução em Salvador no último subperíodo analisado e no intervalo total que compreende 2009 a 2019. Em Camaçari, a média negativa das variações anuais para essas empresas foi registrada apenas nos anos de 2015 a 2019.

Em Vitória da Conquista, as maiores médias das variações anuais couberam às pequenas empresas no conjunto dos anos de 2009 a 2019, bem como no subperíodo de 2009 a 2014. Já entre 2015 e 2019 essa posição ficou com os estabelecimentos de médio porte. Também chama a atenção, no caso deste município, que neste subperíodo apenas as pequenas empresas apresentaram média negativa (-0,6%), diferentemente dos outros municípios analisados em que se observou registros negativos em duas ou mais.

Tabela 18 – Média das variações percentuais anuais do número de empregos formais segundo o tamanho dos estabelecimentos: Feira de Santana e municípios selecionados – 2009 a 2019

Feira de Santana					
Período	Micro	Pequena	Total MPE	Média	Grande
2009-2019	2,5	2,0	2,2	3,4	4,9
2009-2014	5,4	6,4	5,9	7,1	7,1
2015-2019	-0,4	-2,5	-1,4	-0,3	2,7
Camaçari					
Período	Micro	Pequena	Total MPE	Média	Grande
2009-2019	4,1	1,7	2,8	-0,4	2,4
2009-2014	6,6	3,0	4,5	4,0	5,9
2015-2019	1,7	0,5	1,0	-4,8	-1,0
Salvador					
Período	Micro	Pequena	Total MPE	Média	Grande
2009-2019	1,2	0,9	1,1	0,0	-1,9
2009-2014	3,8	4,0	3,9	2,1	1,7
2015-2019	-1,4	-2,2	-1,8	-2,0	-5,5
Vitória da Conquista					
Período	Micro	Pequena	Total MPE	Média	Grande
2009-2019	3,4	4,6	3,9	3,5	3,6
2009-2014	5,8	9,8	7,4	5,1	5,6
2015-2019	1,1	-0,6	0,3	2,0	1,7

Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Obs.: 1. Microempresa = Até 19 empregados; Pequena = De 20 a 99; Média = De 100 a 499; Grande = 500 ou mais.

2.O ano de referência para o cálculo da variação anual percentual é 2009.

O crescimento das microempresas foi observado de forma mais intensa nos municípios de Camaçari e Vitória da Conquista, conforme mostram os dados. Um ponto

importante a se ressaltar é que essa categoria de estabelecimentos abriga também um número cada vez maior de trabalhadores autônomos que são denominados de MEI (Microempreendedor Individual), característica inexorável do atual processo de reestruturação do mercado de trabalho.

Alguns destes desvelam, na verdade, a existência de um processo de “pejotização” das relações trabalhistas (o qual se refere à contratação de um trabalhador por meio da abertura de firma jurídica, como se ele fosse uma empresa prestadora de serviço). Esse expediente tem possibilitado a redução dos custos de contratação por parte do empregador (e sonegação dos direitos trabalhistas). O recurso a esse tipo de contratação tornou-se ainda mais propício com a Reforma Trabalhista iniciada em 2017, já que, além da terceirização irrestrita, as modificações possibilitaram que uma pessoa jurídica preste serviço exclusivo a uma única firma por tempo indeterminado (caracterizando uma subordinação de tipo trabalhista, que antes era vedada pela justiça).

É muito difícil, por meio apenas dos dados abertos da Rais, a identificação, dentro da categoria de microempresas, dos MEIs (e quase impossível reconhecer os casos que possivelmente configuram a denominada pejotização). Por isso, não há como afirmar, com base apenas nas tabelas aqui apresentadas, que este processo esteja ocorrendo mais fortemente no âmbito dos dois municípios considerados. Mas permanece a dúvida, já que este processo tem se intensificado em todo o país.

Por fim, a análise da distribuição do estoque de emprego formal por tamanho dos estabelecimentos sugere também o quadro de lenta retomada da economia nos anos pós-crise econômico-política de 2015-2016, com nefastos impactos na geração de emprego e, ainda mais, na geração de emprego assalariado formal. Os efeitos mais críticos ficaram evidentes para quase todos os portes de estabelecimento em Feira de Santana (com uma situação um pouco melhor para as grandes); em todos os tamanhos no caso de Salvador; para as médias e grandes em Camaçari; e de forma mais contundente para as pequenas em Vitória da Conquista.

2.1.3 Emprego formal segundo o tipo de vínculo ativo

Nos registros da RAIS, ao captar a informação sobre o estoque de emprego formal segundo o tipo de vínculo de trabalho obtém-se a seguinte classificação:

1) contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), separados por vínculo urbano ou rural, por tempo determinado e indeterminado, tendo como empregador pessoa física ou jurídica; 2) contratos pelo regime estatutário em três categorias: a) estatutários sob Regime Jurídico Único, vinculados a Regime Próprio da Previdência, b) estatutários sob Regime Jurídico Único, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social; e c) estatutário não efetivo, admitido por meio de legislação especial, não regido pela CLT; 3) vínculos avulsos; 4) contratos temporários; 5) aprendizes; 6) contratos por prazo determinado; 7) contratos por tempo determinado; 8) contratos por Lei Municipal; 9) contratos por Lei Estadual, e 10) diretores sem vínculo empregatício, mas para os quais a empresa/entidade tenha optado por recolhimento ao FGTS ou Dirigente Sindical.

Na presente análise, após o agrupamento de algumas categorias, optou-se por trabalhar com aquelas dispostas nas tabelas que seguem, cabendo as seguintes observações: a) nos contratos de trabalho pela CLT, por vínculo urbano ou rural, com contrato de tempo indeterminado ou determinado, foram somados os que têm como empregador pessoa jurídica com os que têm como empregador pessoa física; 2) o tipo de vínculo Estatutário é o resultado da soma das categorias “estatutários sob Regime Jurídico Único, vinculados a Regime Próprio da Previdência” e “estatutários sob Regime Jurídico Único, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social”, e 3) em “Outros” estão somados todos os demais vínculos, exceto os vínculos tidos como avulsos, temporários e aprendizes, os quais, embora apresentem participação relativa baixa, são importantes para a averiguação do crescimento ou da queda no quantitativo de postos de trabalho com essa natureza.

As Tabelas 19 a 22 trazem o número de empregos formais e a participação relativa, segundo o tipo de vínculo ativo, no período 2009 a 2019, para cada um dos municípios estudados.

Constata-se, inicialmente, que em todos os municípios são preponderantes os vínculos originários do regime de trabalho celetista, incluindo tanto os do meio urbano (CLT/U) quanto os do meio rural (CLT/R), bem como os relativos a contratos indeterminados e determinados. Entre esses, mostraram ser maioria os contratos CLT/U/Indeterminado (ou seja, por tempo indeterminado). Em seguida, estão os vínculos estatutários e, em menores números de contratações, são observados os

demais vínculos – avulso, temporário e aprendiz. Porém, há algumas diferenças entre os municípios.

Em Feira de Santana (Tabela 19), o total de contratos celetistas ultrapassou 90% do total de vínculos ativos em todos os anos do período 2009-2019. Contribuiu para esse resultado o maior registro de contratos CLT, com prazo indeterminado no meio urbano (CLT/U/Indeterminado), cujas participações relativas ficaram entre 90% e 91%, à exceção do ano 2019, quando diminuiu para 80,37%. Neste último ano observou-se expressivo crescimento do número de empregos com contratos por prazo determinado (CLT/U/Determinado) – a participação relativa desse tipo de vínculo chegou a 11,02% frente a percentuais inferiores a 1% nos anos anteriores¹⁴.

Quanto aos vínculos estatutários, nesse município, são verificadas participações relativas significativamente mais baixas do que os vínculos celetistas, o que confirma a análise feita no Volume 2 deste estudo a respeito da menor participação do setor administração pública relativamente aos demais na estrutura produtiva local. A soma dos vínculos estatutários teve maior participação relativa nos anos iniciais da série (em torno de 9% no total de empregos), apresentando decréscimo dessa participação nos anos seguintes, chegando a 6,66% em 2019. Percebe-se esse decréscimo para ambas as categorias: estatutário e estatutário não efetivo.

No que se refere aos vínculos avulso, temporário e aprendiz, embora tenham percentuais relativos muito baixos, comparados aos outros tipos de vínculos, é possível notar variações importantes no período. Os números absolutos referentes aos vínculos temporários, por exemplo, mostraram aumento mais expressivo nos anos 2013 (51) e 2014 (48) em relação aos anos anteriores e, depois, em 2018 (50) e em 2019 (62). Merece destaque o crescimento dos vínculos do tipo “aprendiz”, cujas participações

¹⁴ Sobre os resultados da RAIS ano-base 2019, cabe lembrar que, a partir desse ano, as informações utilizadas passaram a ser aquelas inseridas no eSocial (Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas), no processo de modificação dos registros das movimentações no mercado de trabalho. Verificou-se, de modo geral na base, um aumento expressivo dos contratos por prazo determinado que, segundo a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, decorreu do esquecimento dos empregadores quanto à alteração do prazo determinado para o indeterminado após o período de 90 dias de uma contratação (período de experiência). Como as declarações no eSocial passaram a ser diárias, isso provavelmente ocasionou maior esquecimento por parte dos declarantes quanto às modificações ocorridas no intercurso de um ano. Na Rais anterior a 2019, os declarantes informavam a modificação apenas uma vez no ano, ao invés de ter a possibilidade diária e, então, aproveitavam esse momento para retomar todas as modificações/movimentações ocorridas no registro de seus funcionários lançando alterações como esta do contrato.

relativas vêm aumentando, de maneira geral, desde 2014, chegando a 1,64% em 2018 e 1,5% em 2019.

No município de Camaçari (Tabela 20), assim como em Feira de Santana, os vínculos celetistas são maioria entre os demais, com participações relativas acima de 85% em todos os anos do período analisado, destacando-se os vínculos CLT/U/Indeterminado, também com percentuais acima de 85%, exceto em 2019, quando apresenta decréscimo (73,2%). Nesse mesmo ano, assim como notado em Feira de Santana, observa-se aumento expressivo do número de contratações com o tipo de vínculo CLT/U/Determinado (9.176), com participação relativa de 12,15%.

Os vínculos estatutários têm percentuais relativos um pouco maiores no total do emprego formal em Camaçari do que em Feira de Santana, girando em torno de 10%, e com a diferença de que, em Camaçari, esses percentuais se mantiveram praticamente estáveis ao longo da série, enquanto em Feira de Santana se reduziram. Ainda, dentre os vínculos estatutários, destaca-se a categoria “estatutário” comparativamente a “estatutário não efetivo”, embora aquela tenha explicitado leve decréscimo em suas participações relativas nos últimos anos – passando de 8,13%, em 2017, para 7,92% em 2018 e 7,6% em 2019 –, enquanto a última voltou a crescer – de 1,55%, em 2017, para 1,63% em 2018 e 2,26% em 2019.

Entre os tipos de vínculos com menores participações relativas no total de empregos, verifica-se que, também em Camaçari, o tipo “aprendiz” vem crescendo ao longo dos anos, chegando a resultados próximos de 2% a partir de 2017. O tipo “temporário” começou a apresentar aumento mais expressivo nos números absolutos a partir de 2013, chegando a ter picos de maior crescimento de 2016 a 2018, e voltando ao patamar anterior em 2019.

Em Salvador (Tabela 21), da mesma forma que nos municípios anteriores, o tipo de vínculo com maior incidência nos postos de trabalho é o celetista – principalmente, o tipo “CLT U/ Indeterminado” –, porém, com menor participação relativa do que se viu em Feira de Santana e Camaçari – entre 70% e 79% no período 2009-2019. Isto porque, nesse município, o vínculo estatutário tem participação significativamente maior – mais de 25% em quase todos os anos. Esse quadro condiz com o fato de Salvador, como sede do poder público estadual, concentrar mais postos de trabalho na esfera pública do que nos outros municípios. Do total de vínculos

estatutários, o tipo que se refere a “estatutário” tem maior percentual em relação ao tipo “estatutário não efetivo”, mas ambos registraram decréscimo em 2019.

Dentre os demais tipos de vínculos, “temporário” e “aprendiz” tiveram maiores participações relativas no total de empregos em Salvador do que foi visto em Camaçari e Feira de Santana, registrando, também, variação positiva crescente em 2018 e 2019.

Com distribuição semelhante a Feira de Santana, Vitória da Conquista (Tabela 22) evidencia uma participação relativa elevada de vínculos celetistas no total de empregos formais no período considerado – variando entre 83% e 96% –, ainda que com diminuição a partir de 2014. Entre esses vínculos também se destaca o tipo “CLT U/ Indeterminado”, que, igualmente aos municípios anteriores, teve decréscimo em 2019, enquanto o tipo “CLT U/ Determinado” registrou aumento nesse mesmo ano. Ademais, cabe observar que, diferentemente dos demais municípios, o tipo de vínculo estatutário mostrou crescimento de sua participação relativa a partir de 2014, com percentuais superiores a 10%. O tipo de vínculo “aprendiz”, também nesse município, tem evidenciado aumento nos últimos anos.

Outra questão que merece destaque é a trajetória comum evidenciada pelos vínculos celetistas (totais) nos quatro municípios analisados. Verifica-se uma tendência forte de incremento desse tipo de vínculo ao longo do período 2009-2014, redução nos anos da crise de 2015-2016 (como era de se esperar), e retomada lenta nos anos seguintes, a níveis bastante inferiores aos registrados no subperíodo anterior.

Em Feira de Santana os vínculos celetistas cresceram expressivamente entre 2009 e 2013; a partir de 2014 passaram a cair até o ano de 2017. Apesar do leve crescimento em 2018 e 2019, o total de vínculos celetistas, neste último ano, ainda foi inferior ao observado nos anos de 2013 a 2015.

Em Camaçari, esses vínculos cresceram de 2009 até 2014 (sendo este último o ano o maior ponto da série, com mais de 72 mil empregados), caíram em 2015 e 2016, e voltaram a crescer em 2017, porém, com intensidade bastante inferior à verificada anteriormente de modo que, em 2019, o estoque celetista foi ainda inferior ao nível registrado em 2010.

Em Salvador, o número de empregados celetistas cresceu até 2013 (pico da série com mais de 631 mil), depois passou a cair ininterruptamente até 2018. Em 2019, houve um ligeiro aumento de 0,04% em relação ao ano anterior, mostrando que, na capital baiana, esses vínculos evidenciaram maior dificuldade de se recuperar.

Em Vitória da Conquista o emprego celetista cresceu fortemente até 2013, passando a uma trajetória de queda nos anos 2014, 2015 e 2016. O ano de 2017 registrou um leve incremento em relação ao ano anterior, e 2018 e 2019 mantiveram a tendência de crescimento, porém em intensidade muito abaixo da observada no primeiro subperíodo, de modo que o estoque celetista de 2019 praticamente se iguala ao alcançado no ano de 2011.

Tabela 19 – Feira de Santana: Número de empregos formais e participação relativa, por tipo de vínculo ativo, 2009 a 2019 (%)

Tipos de vínculos	Número de empregos										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
CLT U/ Indeterminado	82.266	93.394	96.488	107.771	112.786	112.141	111.205	105.183	103.311	105.774	96.929
CLT R/ Indeterminado	555	445	356	400	408	353	460	361	409	354	308
CLT U/ Determinado	206	245	358	396	839	1.073	1.199	911	1.049	667	13.288
CLT R/ Determinado	10	3	6	12	6	12	3	4	6	7	36
Total Celetista	83.037	94.087	97.208	108.579	114.039	113.579	112.867	106.459	104.775	106.802	110.561
Estatutário	6.837	6.786	6.766	6.675	6.763	6.609	6.656	6.925	6.263	6.054	6.407
Estatutário não Efetivo	2.387	2.409	2.355	1.605	2.563	2.603	1.790	1.044	1.727	2.007	1.628
Total Estatutário	9.224	9.195	9.121	8.280	9.326	9.212	8.446	7.969	7.990	8.061	8.035
Avulso	4	7	5	2	2	1	2	0	0	1	0
Temporário	23	5	24	18	51	48	28	17	19	50	62
Aprendiz	368	473	618	790	941	1.521	1.482	1.327	1.571	1.915	1.809
Outros	76	137	186	199	207	233	129	187	129	183	135
Total	92.732	103.904	107.162	117.868	124.566	124.594	122.954	115.959	114.484	117.012	120.602
	Participação relativa (%)										
CLT U/ Indeterminado	88,71	89,88	90,04	91,43	90,54	90,01	90,44	90,71	90,24	90,40	80,37
CLT R/ Indeterminado	0,60	0,43	0,33	0,34	0,33	0,28	0,37	0,31	0,36	0,30	0,26
CLT U/ Determinado	0,22	0,24	0,33	0,34	0,67	0,86	0,98	0,79	0,92	0,57	11,02
CLT R/ Determinado	0,01	0,003	0,01	0,01	0,005	0,01	0,002	0,003	0,01	0,01	0,03
Total Celetista	89,55	90,55	90,71	92,12	91,55	91,16	91,80	91,81	91,52	91,27	91,67
Estatutário	7,37	6,53	6,31	5,66	5,43	5,30	5,41	5,97	5,47	5,17	5,31
Estatutário não Efetivo	2,57	2,32	2,20	1,36	2,06	2,09	1,46	0,90	1,51	1,72	1,35
Total Estatutário	9,95	8,85	8,51	7,02	7,49	7,39	6,87	6,87	6,98	6,89	6,66
Avulso	0,004	0,007	0,005	0,002	0,002	0,001	0,002	-	-	0,001	-
Temporário	0,02	0,005	0,02	0,02	0,04	0,04	0,02	0,01	0,02	0,04	0,05
Aprendiz	0,40	0,46	0,58	0,67	0,76	1,22	1,21	1,14	1,37	1,64	1,50
Outros	0,08	0,13	0,17	0,17	0,17	0,19	0,10	0,16	0,11	0,16	0,11
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Tabela 20 – Camaçari: Número de empregos formais e participação relativa, por tipo de vínculo ativo, 2009 a 2019 (%)

Tipos de vínculos	Número de empregos										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
CLT U/ Indeterminado	57.125	65.972	68.937	66.783	67.925	72.079	67.458	61.632	62.240	63.480	55.292
CLT R/ Indeterminado	111	116	92	133	115	124	109	82	72	73	179
CLT U/ Determinado	668	1.406	419	292	236	234	264	220	733	976	9.176
CLT R/ Determinado	1	2	1	0	2	0	1	0	0	4	3
Total Celetista	57.905	67.496	69.449	67.208	68.278	72.437	67.832	61.934	63.045	64.533	64.650
Estatutário	4.415	5.552	5.762	5.864	6.051	5.734	6.219	5.657	5.804	5.838	5.743
Estatutário não Efetivo	2.513	2.380	1.935	1.427	1.662	1.847	1.615	1.071	1.106	1.201	1.709
Total Estatutário	6.928	7.932	7.697	7.291	7.713	7.581	7.834	6.728	6.910	7.039	7.452
Avulso	0	1	0	4	4	1	0	0	0	1	0
Temporário	26	12	3	7	54	51	51	470	104	379	53
Aprendiz	467	644	923	942	983	1.106	1.105	1.028	1.251	1.422	1.415
Outros	241	326	225	190	492	470	338	201	87	303	1.969
Total	65.567	76.411	78.297	75.642	77.524	81.646	77.160	70.361	71.397	73.677	75.539
	Participação relativa (%)										
CLT U/ Indeterminado	87,12	86,34	88,05	88,29	87,62	88,28	87,43	87,59	87,17	86,16	73,20
CLT R/ Indeterminado	0,17	0,15	0,12	0,18	0,15	0,15	0,14	0,12	0,10	0,10	0,24
CLT U/ Determinado	1,02	1,84	0,54	0,39	0,30	0,29	0,34	0,31	1,03	1,32	12,15
CLT R/ Determinado	0,002	0,003	0,001	-	0,003	-	0,001	-	-	0,01	0,004
Total Celetista	88,31	88,33	88,70	88,85	88,07	88,72	87,91	88,02	88,30	87,59	85,58
Estatutário	6,73	7,27	7,36	7,75	7,81	7,02	8,06	8,04	8,13	7,92	7,60
Estatutário não Efetivo	3,83	3,11	2,47	1,89	2,14	2,26	2,09	1,52	1,55	1,63	2,26
Total Estatutário	10,57	10,38	9,83	9,64	9,95	9,29	10,15	9,56	9,68	9,55	9,87
Avulso	-	0,001	-	0,005	0,01	0,001	-	-	-	0,001	-
Temporário	0,04	0,02	0,004	0,01	0,07	0,06	0,07	0,67	0,15	0,51	0,07
Aprendiz	0,71	0,84	1,18	1,25	1,27	1,35	1,43	1,46	1,75	1,93	1,87
Outros	0,37	0,43	0,29	0,25	0,63	0,58	0,44	0,29	0,12	0,41	2,61
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Tabela 21 – Salvador: Número de empregos formais e participação relativa, por tipo de vínculo ativo, 2009 a 2019 (%)

Tipos de vínculos	Número de empregos										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
CLT U/ Indeterminado	532.075	563.889	588.849	617.266	624.056	622.475	586.218	551.814	539.069	535.033	466.598
CLT R/ Indeterminado	801	874	749	649	819	579	529	408	360	336	1.067
CLT U/ Determinado	4.623	9.109	6.125	7.000	6.781	7.235	6.591	7.307	10.521	12.057	79.919
CLT R/ Determinado	15	11	12	8	13	11	19	14	7	6	68
Total Celetista	537.514	573.883	595.735	624.923	631.669	630.300	593.357	559.543	549.957	547.432	547.652
Estatutário	177.419	180.950	182.628	179.231	128.457	174.676	169.537	162.727	161.919	161.850	130.794
Estatutário não Efetivo	34.642	30.952	30.181	24.975	20.505	27.831	26.984	30.087	43.847	49.218	17.399
Total Estatutário	212.061	211.902	212.809	204.206	148.962	202.507	196.521	192.814	205.766	211.068	148.193
Avulso	1.343	1.243	1.158	1.026	1.000	773	628	567	596	578	574
Temporário	902	1.241	1.150	1.375	1.276	1.218	879	748	968	826	726
Aprendiz	3.466	4.682	6.509	6.868	6.728	6.906	7.522	6.307	7.054	7.631	8.981
Outros	3.313	3.605	5.116	1.902	6.803	8.191	3.377	2.764	2.455	2.716	2.618
Total	758.599	796.556	822.477	840.300	796.438	849.895	802.284	762.743	766.796	770.251	708.744
	Participação relativa (%)										
CLT U/ Indeterminado	70,14	70,79	71,59	73,46	78,36	73,24	73,07	72,35	70,30	69,46	65,83
CLT R/ Indeterminado	0,11	0,11	0,09	0,08	0,10	0,07	0,07	0,05	0,05	0,04	0,15
CLT U/ Determinado	0,61	1,14	0,74	0,83	0,85	0,85	0,82	0,96	1,37	1,57	11,28
CLT R/ Determinado	0,002	0,001	0,001	0,001	0,002	0,001	0,002	0,002	0,001	0,001	0,01
Total Celetista	70,86	72,05	72,43	74,37	79,31	74,16	73,96	73,36	71,72	71,07	77,27
Estatutário	23,39	22,72	22,20	21,33	16,13	20,55	21,13	21,33	21,12	21,01	18,45
Estatutário não Efetivo	4,57	3,89	3,67	2,97	2,57	3,27	3,36	3,94	5,72	6,39	2,45
Total Estatutário	27,95	26,60	25,87	24,30	18,70	23,83	24,50	25,28	26,83	27,40	20,91
Avulso	0,18	0,16	0,14	0,12	0,13	0,09	0,08	0,07	0,08	0,08	0,08
Temporário	0,12	0,16	0,14	0,16	0,16	0,14	0,11	0,10	0,13	0,11	0,10
Aprendiz	0,46	0,59	0,79	0,82	0,84	0,81	0,94	0,83	0,92	0,99	1,27
Outros	0,44	0,45	0,62	0,23	0,85	0,96	0,42	0,36	0,32	0,35	0,37
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Tabela 22 – Vitória da Conquista: Número de empregos formais e participação relativa, por tipo de vínculo ativo, 2009 a 2019 (%)

Tipos de vínculos	Número de empregos										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
CLT U/ Indeterminado	44.415	49.772	57.807	59.768	61.660	55.999	54.961	54.526	55.457	57.424	49.846
CLT R/ Indeterminado	1.187	1.112	1.057	1.183	1.091	1.068	939	970	926	927	737
CLT U/ Determinado	427	267	369	767	1.014	1.363	790	747	498	398	9.021
CLT R/ Determinado	15	13	35	25	10	17	39	46	43	80	38
Total Celetista	46.044	51.164	59.268	61.743	63.775	58.447	56.729	56.289	56.924	58.829	59.642
Estatutário	1.687	1.752	1.809	1.885	2.126	7.187	7.842	7.563	7.799	7.827	7.705
Estatutário não Efetivo	2.872	3.023	702	163	123	2.612	2.440	1.966	2.451	3.131	3.151
Total Estatutário	4.559	4.775	2.511	2.048	2.249	9.799	10.282	9.529	10.250	10.958	10.856
Avulso	142	139	160	177	192	213	135	121	98	129	155
Temporário	1	4	204	11	26	141	86	10	16	6	4
Aprendiz	275	325	385	523	581	684	784	830	881	917	1.158
Outros	23	36	140	66	98	63	18	13	17	40	111
Total	51.044	56.443	62.668	64.568	66.921	69.347	68.034	66.792	68.186	70.879	71.926
	Participação relativa (%)										
CLT U/ Indeterminado	87,01	88,18	92,24	92,57	92,14	80,75	80,78	81,64	81,33	81,02	69,30
CLT R/ Indeterminado	2,33	1,97	1,69	1,83	1,63	1,54	1,38	1,45	1,36	1,31	1,02
CLT U/ Determinado	0,84	0,47	0,59	1,19	1,52	1,97	1,16	1,12	0,73	0,56	12,54
CLT R/ Determinado	0,029	0,023	0,056	0,039	0,015	0,025	0,057	0,069	0,063	0,113	0,05
Total Celetista	90,20	90,65	94,57	95,62	95,30	84,28	83,38	84,28	83,48	83,00	82,92
Estatutário	3,30	3,10	2,89	2,92	3,18	10,36	11,53	11,32	11,44	11,04	10,71
Estatutário não Efetivo	5,63	5,36	1,12	0,25	0,18	3,77	3,59	2,94	3,59	4,42	4,38
Total Estatutário	8,93	8,46	4,01	3,17	3,36	14,13	15,11	14,27	15,03	15,46	15,09
Avulso	0,28	0,25	0,26	0,27	0,29	0,31	0,20	0,18	0,14	0,18	0,22
Temporário	0,002	0,01	0,33	0,02	0,04	0,20	0,13	0,01	0,02	0,01	0,01
Aprendiz	0,54	0,58	0,61	0,81	0,87	0,99	1,15	1,24	1,29	1,29	1,61
Outros	0,05	0,06	0,22	0,10	0,15	0,09	0,03	0,02	0,02	0,06	0,15
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

A evolução do emprego celetista deve ser observada de perto nos próximos anos no país, sobretudo a partir da crise da Covid-19 que se iniciou em 2020. A referida crise, à luz de um cenário de já elevada tendência à flexibilização das leis do trabalho, com incorporação de novas modalidades de contrato fora do regime celetista, compôs um cenário ainda mais propício à queda dessa modalidade de contratação e sua substituição, tanto por novas formas instituídas como formais quanto também dentro da informalidade. Com respeito a esta última, sabe-se que ela cresceu significativamente no Brasil ao longo de 2021, tendo chegado a 41,1% no trimestre móvel de junho a agosto deste ano, segundo as informações da Pnad-C. Será, novamente, este o caminho de recuperação do emprego a ser seguido?

2.2 Análise do perfil do trabalhador formal – Bahia e municípios selecionados

Analisar o perfil dos trabalhadores constitui uma etapa fundamental para apreensão da situação do emprego em uma dada localidade. A partir desse tipo de análise é possível verificar de que modo a evolução do mercado de trabalho afeta diretamente os indivíduos, considerando recortes importantes como sexo, cor e raça, idade, entre outros fatores. Sendo o Brasil um país cuja herança colonial e escravocrata tem um peso relevante na conformação de uma estrutura social e econômica marcada por desigualdades, a análise do perfil dos trabalhadores retrata um pouco do modo como essas assimetrias têm evoluído no mundo do trabalho, tornando-se, pois, indispensável dentro dos estudos ligados à economia e sociologia do trabalho.

Conforme foi visto nas seções anteriores, o mercado de trabalho formal baiano evoluiu positivamente, em termos de elevação do seu estoque de emprego, no período analisado, sobretudo quando se considera o primeiro subperíodo de 2009 a 2014 – anos em que o emprego formal mais cresceu. O que se visa identificar, a partir de agora, é o modo como essa evolução se deu para distintos grupos de trabalhadores, no âmbito dos municípios enfocados.

Terá, por exemplo, a participação feminina aumentado, contribuindo, assim, para a redução das desigualdades de gênero? De mesmo modo, o que poderá ser dito sobre as diferenças salariais entre homens e mulheres? O que dizer, então, a respeito das desigualdades raciais? Ocorreu alguma mudança? Como estará, também, a situação dos jovens, considerando as mais elevadas taxas de desemprego para esta faixa etária? E quanto ao grau de escolaridade dos trabalhadores? Terá aumentado em

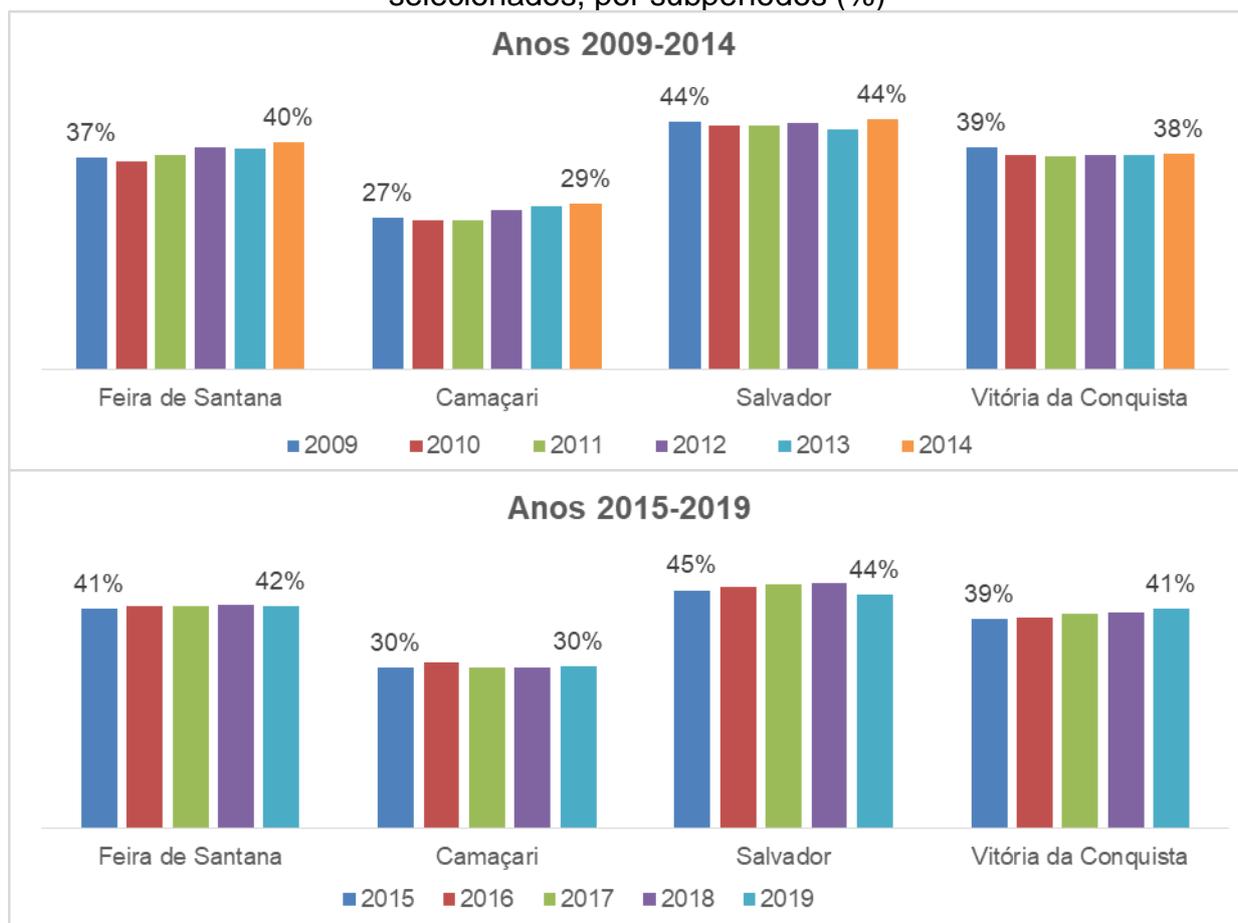
consonância com a maior escolarização que ocorreu no país nas últimas duas décadas? Enfim, são essas as questões mais gerais sobre as quais esta seção se esforça para lançar algumas luzes.

O primeiro recorte que será contemplado é o de gênero. Sabe-se que, apesar dos avanços que as últimas décadas registraram em termos de redução das desigualdades de gênero, ainda há muitos elementos sexistas que necessitam ser superados, sobretudo quando se pensa a noção mais ampla de desenvolvimento, a qual pressupõe justiça social, igualdade e eficiência econômica na alocação de recursos e indivíduos. Um aspecto importante para esta análise trata-se da participação das mulheres na economia, ou seja, sua inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, ganho de autonomia econômico-financeira. Claro que este não é um elemento que totaliza a apreensão da situação das mulheres no mundo do trabalho, mas já traz um indicativo relevante para esse estudo.

Em 2009, 41,4% da população formalmente empregada, no país, era de mulheres e, em 2019, 43,9%. Na Bahia, a participação do sexo feminino no total de mão de obra do mercado formal era um pouco maior que a do Brasil: 42,3%. No entanto, em 2019, essa proporção, apesar de ter se elevado, o fez apenas ligeiramente, chegando a 42,8%, ficando, então, atrás do verificado em nível nacional.

No âmbito dos municípios analisados, a participação feminina na mão de obra formal assume menores valores em Camaçari e maiores em Salvador (Figura 10). Em 2009, o percentual de mulheres no emprego formal foi de 27% em Camaçari, 37% em Feira de Santana, 44% em Salvador, e 39% em Vitória da Conquista. No entanto, analisando o subperíodo 2009-2014, percebe-se que Feira de Santana é o que registra maior elevação dessa participação, que terminou em 40%. Camaçari aumentou para 29%, ao passo que Salvador manteve os 44% e Vitória da Conquista reduziu para 38%.

Figura 10 – Participação feminina no mercado de trabalho formal nos municípios selecionados, por subperíodos (%)



Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

No subperíodo 2015-2019, Feira de Santana se mantém como município com maior percentual de mulheres na mão de obra formal (atrás apenas da capital baiana). Em 2015, a participação das mulheres era de 41% e termina em 2019 com 42%. Salvador, que inicia com 45%, fecha o subperíodo com 44%, Camaçari inicia e encerra com 30% e Vitória da Conquista eleva de 39% para 41%. Cumpre registrar que Feira de Santana teve o maior incremento de participação feminina quando analisamos esse percentual em 2009 (37%) vis-à-vis 2019 (41,5%). A participação feminina no município de Feira de Santana registra níveis mais elevados no segundo subperíodo analisado, qual seja, 2015-2019, mas também maior estabilidade em torno destes.

Considerando apenas os anos de 2009 e 2019 (ano inicial e ano final do período analisado), o número de mulheres empregadas formalmente cresceu em três municípios: 48,1% em Vitória da Conquista; 45,3% em Feira de Santana; e 30,8% em Camaçari. Conforme denota a Tabela 23, esse aumento é maior que o observado para

o sexo masculino. Por outro lado, em Salvador, o estoque de mulheres empregadas formalmente decresce 6,6% (assim como o de homens).

Tabela 23 – Taxa de crescimento do total de pessoas empregadas (formalmente?), segundo o sexo, nos municípios selecionados, por período (%)

Ano	Feira de Santana		Camaçari		Salvador		Vitória da Conquista	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Média 2009-2019	2,1%	3,9%	1,2%	2,9%	-0,6%	-0,5%	3,3%	4,0%
Média 2009-2014	5,3%	7,7%	4,0%	6,4%	2,2%	2,7%	6,8%	5,7%
Média 2015-2019	-1,1%	0,2%	-1,7%	-0,7%	-3,4%	-3,7%	-0,3%	2,4%
Var. 2009/2019	21,0%	45,3%	9,5%	30,8%	-6,6%	-6,6%	36,3%	48,1%
Var. 2009/2014	28,6%	44,2%	20,4%	35,9%	11,0%	13,3%	38,4%	32,0%
Var. 2015/2019	-2,5%	-1,1%	-2,4%	-1,4%	-10,2%	-13,5%	2,4%	10,9%

Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Já entre 2009 e 2014, Feira de Santana se destaca pelo maior incremento de mulheres formalmente empregadas (44,2%), seguido de Camaçari (30,9%), Vitória da Conquista (32%) e Salvador (13,3%). Cumpre ressaltar que, no caso de Vitória da Conquista, a variação positiva foi maior para os homens (38,4%). Por fim, entre 2015 e 2019, o número de mulheres e de homens formalmente empregados sofre uma retração em todos os casos analisados, com exceção do município de Vitória da Conquista. A maior queda ocorre em Salvador, -13,5%, no caso das mulheres, e -10,2%, no dos homens. Os números apresentados para Feira de Santana mostram que há uma evolução mais favorável para o estoque de emprego feminino do que masculino, nos dois subperíodos analisados. Aumentar a participação feminina no mercado de trabalho, sobretudo formal, é algo relevante para a redução das desigualdades de gênero. Muito embora esse indicador não seja suficiente para qualificar a inserção das mulheres no mercado de trabalho – visto que é necessário olhar para outros dados que denotem a qualidade desses postos que passam a ser ocupados por elas –, trata-se, de todo modo, de uma estatística que desvela um pouco do ganho de autonomia econômico-financeira pelo sexo feminino.

As médias anuais de variação da mão de obra por período denotam percentuais mais favoráveis às mulheres que aos homens no referido município, especialmente no intervalo de 2009 a 2014. O mesmo se pode dizer acerca das

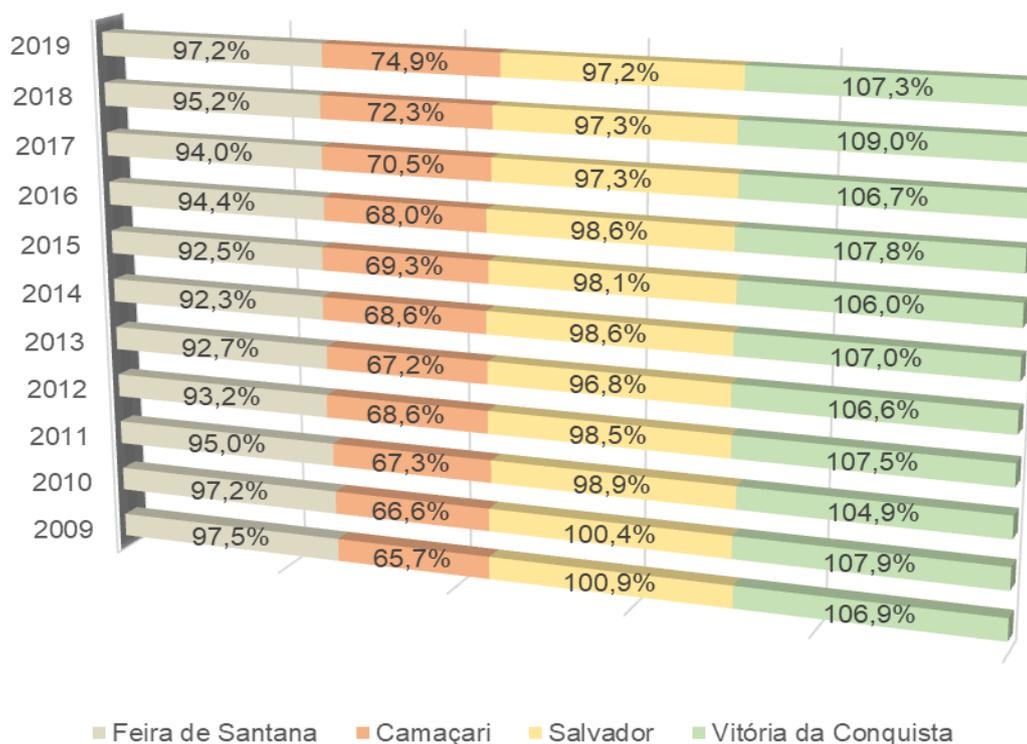
variações entre um ano inicial e final de um determinado período (ainda quando se considera a variação negativa registrada entre 2015 e 2019, percebe-se que ela é menor para o sexo feminino relativamente ao masculino). Essa mesma análise se aplica aos outros municípios, com exceção de Salvador, em que a retração ocorrida no número de mulheres empregadas entre 2015 e 2019 é maior que a observada para os homens, indicando, portanto, uma situação pior para elas.

Outro indicador importante a ser analisado dentro do recorte de gênero trata-se dos rendimentos auferidos por cada sexo. No Brasil, as mulheres ganharam, em média, 84% do salário médio dos homens, no período de 2009 a 2019. Na Bahia a correspondência entre os salários médios femininos e masculinos é maior, registrando 93,3% no intervalo mencionado. Esse dado indica, portanto, uma situação de maior proximidade entre o salário médio feminino e o masculino no estado baiano.

Nos municípios analisados, com exceção de Camaçari, é possível observar um percentual de correspondência ainda mais elevado entre as remunerações. No caso de Vitória da Conquista, a remuneração média das mulheres ultrapassa a dos homens. Em Feira de Santana, as mulheres ganhavam em média 97,5% da remuneração média masculina no ano de 2009. Após uma tendência de declínio nesse percentual até 2015, ele retoma níveis mais elevados terminando em 97,2% em 2019.

Os dados também mostram que as menores médias salariais (em R\$) para o sexo feminino foram registradas em Feira de Santana, ao passo que as maiores couberam a Salvador e, logo em seguida, ao município de Camaçari. O Gráfico 10 apresenta as informações acerca da correspondência entre os salários para cada sexo e a Tabela 24 mostra a remuneração média real no período 2009-2019.

Gráfico 10 – Percentual do salário médio feminino em relação ao masculino (%)



Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Tabela 24 – Salário médio real (a preços de setembro de 2021), segundo o sexo, nos municípios selecionados, 2009-2019

Ano	Sexo do Trabalhador	Município			
		Feira de Santana	Camaçari	Salvador	Vitória da Conquista
2009	Feminino	1.787,62	2.819,83	3.273,82	1.932,44
	Masculino	1.833,55	4.290,09	3.245,00	1.808,31
2010	Feminino	1.846,93	2.874,91	3.321,60	1.995,41
	Masculino	1.899,33	4.316,08	3.307,92	1.849,30
2011	Feminino	1.892,28	3.001,36	3.400,73	2.048,42
	Masculino	1.991,38	4.462,74	3.437,38	1.953,46
2012	Feminino	1.920,83	3.132,57	3.429,42	2.112,04
	Masculino	2.060,58	4.569,48	3.483,07	1.964,22
2013	Feminino	1.991,32	3.194,11	3.480,94	2.186,56
	Masculino	2.149,25	4.751,58	3.595,71	2.051,36
2014	Feminino	2.073,68	3.225,23	3.740,84	2.266,06
	Masculino	2.247,83	4.698,14	3.795,01	2.117,91
2015	Feminino	2.022,52	3.174,99	3.744,85	2.219,82
	Masculino	2.187,46	4.584,19	3.818,49	2.094,97

Continua

Ano	Sexo do Trabalhador	Município			
		Feira de Santana	Camaçari	Salvador	Vitória da Conquista
2016	Feminino	2.151,03	3.174,64	3.834,43	2.291,35
	Masculino	2.277,81	4.669,45	3.889,01	2.124,73
2017	Feminino	2.197,47	3.310,19	3.904,07	2.400,95
	Masculino	2.337,74	4.694,93	4.011,79	2.249,87
2018	Feminino	2.203,55	3.263,60	3.858,81	2.425,19
	Masculino	2.315,08	4.513,63	3.963,96	2.225,32
2019	Feminino	2.223,34	3.284,09	3.872,06	2.382,95
	Masculino	2.288,33	4.385,99	3.985,27	2.221,74

Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Também é interessante olhar para outras estatísticas ligadas à remuneração média dos trabalhadores e trabalhadoras, como a soma dos salários, o mínimo e máximo observados, desvio padrão e variância. A tabela a seguir mostra essas informações para os municípios nos anos de 2009 e 2019.

Em 2009, a soma dos salários do sexo feminino (massa salarial) é menor que a do sexo masculino em todos os municípios analisados, sendo essa diferença maior em Camaçari e menor em Vitória da Conquista. A soma dos salários das mulheres correspondeu a quase 58% da dos homens em Feira de Santana. Em 2019, esse percentual se eleva em todos os municípios, com exceção de Salvador, que registra uma redução. Feira de Santana, por exemplo, passa a 70,5%, fruto de um aumento na massa salarial feminina, que resulta tanto do aumento das remunerações como também da maior incorporação de mulheres no emprego formal.

Enquanto o mínimo registrado de salário para mulheres e homens apresenta relativa paridade, o mesmo não se pode dizer com respeito ao máximo. Em Feira de Santana, o máximo recebido pelas mulheres correspondeu a 40% do máximo recebido pelo sexo masculino no ano de 2009, e, embora esse percentual tenha se elevado em 2019, ainda permaneceu em 58%, indicando, portanto, um traço de desigualdade que ainda persiste entre homens e mulheres no quesito salarial. Nos outros municípios, o salário máximo registrado para o sexo feminino também correspondeu a uma porção inferior ao observado para o masculino, mas esse diferencial foi menor para estes municípios do que o verificado em Feira de Santana.

Com respeito ao desvio padrão das remunerações em relação à média, nota-se que, com exceção de Camaçari, homens e mulheres perceberam desvios relativamente

próximos. Em 2019, Feira de Santana e Vitória da Conquista registraram desvios ligeiramente maiores para as mulheres do que para os homens.

Tabela 25 – Diferença entre as remunerações, segundo o sexo (percentual do feminino que corresponde ao masculino)

2009							
Município	Soma	Freq	Média	Mínimo	Máximo	Desvio	Variância
Feira de Santana	57,8%	59,2%	97,5%	100,4%	40,0%	93,5%	87,4%
Camaçari	24,1%	36,7%	65,7%	90,2%	71,8%	54,4%	29,6%
Salvador	78,2%	77,5%	100,9%	99,4%	69,4%	90,0%	80,9%
Vitória da Conquista	68,8%	64,4%	106,9%	104,1%	62,5%	105,2%	110,6%
2019							
Município	Soma	Freq	Média	Mínimo	Máximo	Desvio	Variância
Feira de Santana	70,5%	72,5%	97,2%	99,7%	58,0%	102,7%	105,5%
Camaçari	33,0%	44,0%	74,9%	99,7%	63,2%	69,3%	48,1%
Salvador	76,1%	78,3%	97,2%	99,8%	77,7%	93,8%	88,0%
Vitória da Conquista	75,8%	70,7%	107,3%	102,0%	74,1%	111,8%	125,1%

Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

De um modo geral, os dados analisados revelam, de um lado, a persistência de desigualdades de gênero no mercado de trabalho dos municípios, a qual pode ser atestada, principalmente, pelos diferenciais ligados aos rendimentos do trabalho, e, de outro lado, uma trajetória de redução dessas disparidades, denotada por uma evolução relativamente mais positiva para o sexo feminino, em termos de sua inserção no emprego formal. Essa última constatação é especialmente evidenciada em Feira de Santana, Vitória da Conquista e Camaçari. Com respeito à capital baiana, cumpre destacar que esta já se deparava com uma situação de melhor distribuição do emprego entre homens e mulheres que os demais, mas, mesmo neste quadro, havia espaço para melhora, o que não parece ter ocorrido de modo significativo. Inclusive, com respeito às remunerações foi possível observar que Salvador saiu de uma condição de maior igualdade salarial (na qual praticamente inexistiam diferenças entre a média de remunerações das mulheres e dos homens) para um estágio de pequeno diferencial em desfavor do sexo feminino no segundo subperíodo analisado e que, não se sabe ainda, se pode se tornar mais significativo ao longo dos próximos anos.

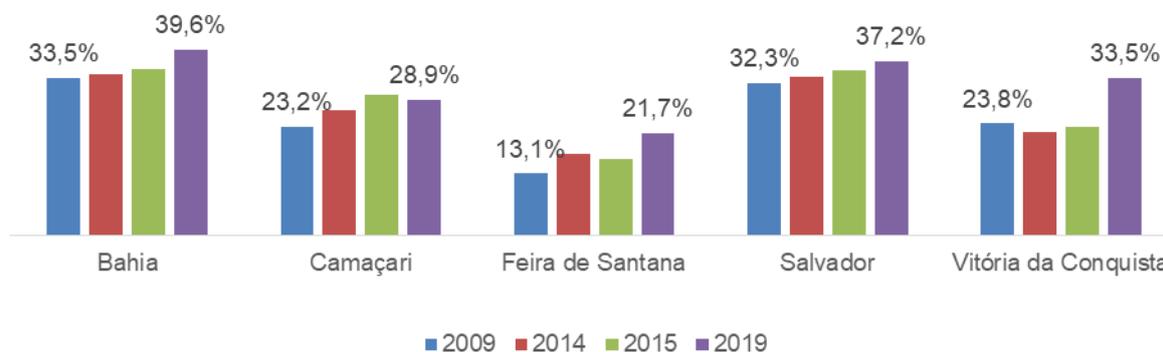
O aumento da participação feminina no mercado de trabalho, conforme foi dito anteriormente, é extremamente importante, na medida em que introduz fissuras na dependência econômica das mulheres. Contudo, é sempre bom reforçar que a maior inserção desse grupo no trabalho assalariado “também ressalta a permanência de

dinâmicas de discriminação que se reatualizam” (ABREU et al, 2016, p. 9). Neste sentido, destaca-se a existência de diversos outros elementos a serem considerados para uma análise mais ampla e detida acerca da reprodução das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, a exemplo da distribuição setorial do emprego entre homens e mulheres, e da concentração em determinados cargos e atividades. É abundante na literatura de economia do trabalho a constatação, baseada em dados, de que, embora haja cada vez mais mulheres no mercado, elas, em geral, ocupam empregos mais precários, concentrando-se em atividades e setores que são tradicionalmente feminilizados (como as atividades de cuidado), e constituem minoria em cargos de chefia e gerência (ABRAMO e VALENZUELA, 2016; ANTUNES, 2018; DANIEL, 2011; LAVINAS et al., 2016; MELO e THOMÉ, 2018; TEIXEIRA, 2017).

Outro recorte que se interliga fortemente à questão de gênero refere-se ao fator cor e raça. Cumpre destacar que a declaração das informações relativas aos trabalhadores na Rais é realizada por heteroidentificação, ou seja, uma terceira pessoa informa os dados do trabalhador. A heteroatribuição na RAIS configura uma limitação, visto que os informantes não possuem (presume-se) treinamento formal para conduzir esse preenchimento. Ademais, há estudos concretos que identificam um viés nos resultados por esse método, causando um desvio para o embranquecimento da população (OSÓRIO, 2003).

Outra questão que merece ser pontuada diz respeito ao elevado número de declarações que compõem os “não identificados” e “ignorados”. No tocante ao quesito cor e raça, infelizmente, há um grande número de declarações que o preenchedor da informação não conseguiu atribuir uma cor ou raça ao trabalhador ou que, simplesmente, optou por ignorar essa informação. Essas declarações não foram, então, consideradas para a análise aqui presente, mas é importante destacar que, no Estado da Bahia, elas somaram 33,5% em 2009, e em 2019 compuseram um percentual ainda maior, qual seja, de 40% (uma proporção tão elevada como esta pode prejudicar a análise). No âmbito dos municípios selecionados, Salvador foi o que apresentou o maior número de não identificados ou ignorados (32% em 2009 e 37% em 2019) e Feira de Santana, o menor (13% em 2009 e 22% em 2019).

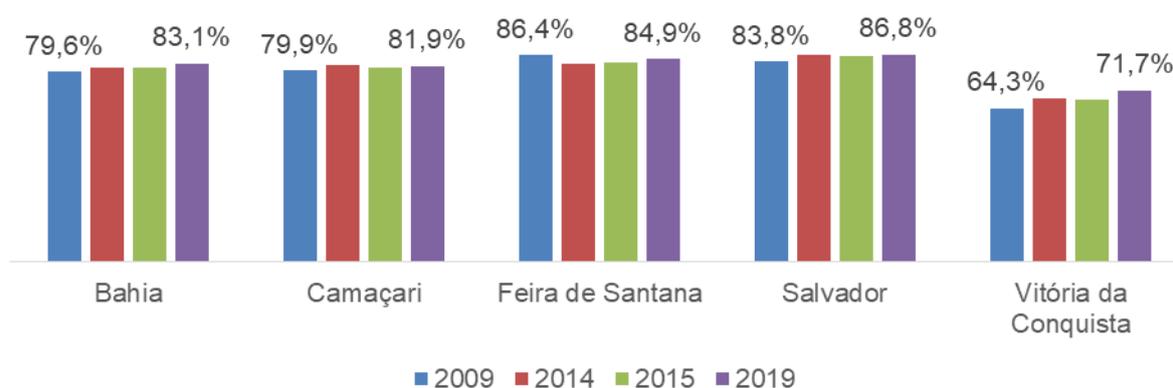
Gráfico 11 – Percentual de não identificados ou de ignorados nas declarações da Rais



Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Destacadas todas essas limitações, passa-se, então, à análise do recorte racial, dando continuidade ao delineamento do perfil do trabalhador dos municípios enfocados. No Brasil, a participação da população negra (pretos e pardos) no mercado de trabalho era de aproximadamente 36% em 2009, e 44,8% em 2019. Na Bahia, a proporção de trabalhadores declarados negros é muito maior, o que também se deve à maior participação destes no total da população baiana. Em 2009, 79,6% dos empregados formalmente eram declarados negros no estado e, em 2019, esse número aumenta, passando a 83,1% (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Percentual da população negra no emprego formal (2009, 2014, 2015 e 2019)



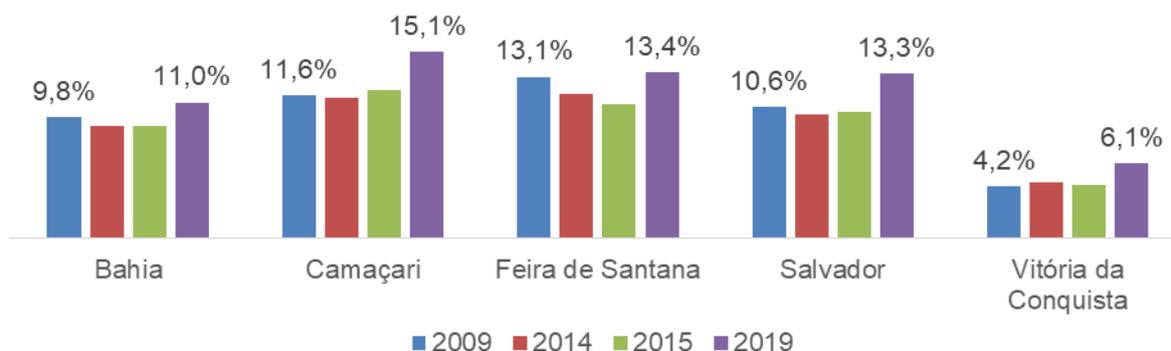
Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Entre os municípios selecionados, Feira de Santana apresentava, em 2009, o maior percentual de negros no mercado de trabalho formal (86,4%) e Vitória da Conquista, o menor (64,3%). Já em 2019, Salvador passa a registrar o maior número

(86,8%). Todos os municípios evidenciaram uma elevação na proporção da população negra no estoque de emprego formal, entre 2009 e 2019, com exceção de Feira de Santana, que registrou um decréscimo, passando a 84,9%. O maior aumento observado na proporção de negros formalmente empregados foi apresentado por Vitória da Conquista, cuja elevação entre 2009 e 2019 foi de 7,5 pontos percentuais.

Se considerados apenas aqueles que foram declarados de cor preta (Gráfico 13), verifica-se que a maior proporção destes no emprego formal era evidenciada por Feira de Santana (13,1%), em 2009, e a menor, como analisado anteriormente, em Vitória da Conquista (4,2%). Porém, em 2019, Camaçari passou a apresentar, então, o maior percentual de declarados pretos na mão de obra total do mercado formal (15,1%). Feira de Santana, após uma queda dessa proporção nos anos de 2014 e 2015, teve esse percentual novamente elevado em 2019, registrando 13,4% (número ligeiramente maior que o de 2009).

Gráfico 13 – Percentual dos declarados pretos no emprego formal (2009, 2014, 2015 e 2019)



Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Analisando-se a variação entre o número de pessoas empregadas formalmente declaradas pretas e pardas entre anos selecionados para os dois subperíodos adotados (Tabela 26), é possível identificar um claro aumento dos declarados pretos, nos dois recortes temporais (especialmente em Vitória da Conquista). Esse incremento é maior entre 2015 e 2019 para todos os municípios selecionados, exceto Feira de Santana, e também para a Bahia. Já no caso dos declarados pardos, entre 2009 e 2014 há um aumento expressivo desses trabalhadores (novamente, o maior é registrado por Vitória da Conquista), porém, no segundo subperíodo, verifica-se uma redução em todos os municípios analisados e, também, no estado.

Tabela 26 – Variação da quantidade de trabalhadores declarados pretos e pardos (%)

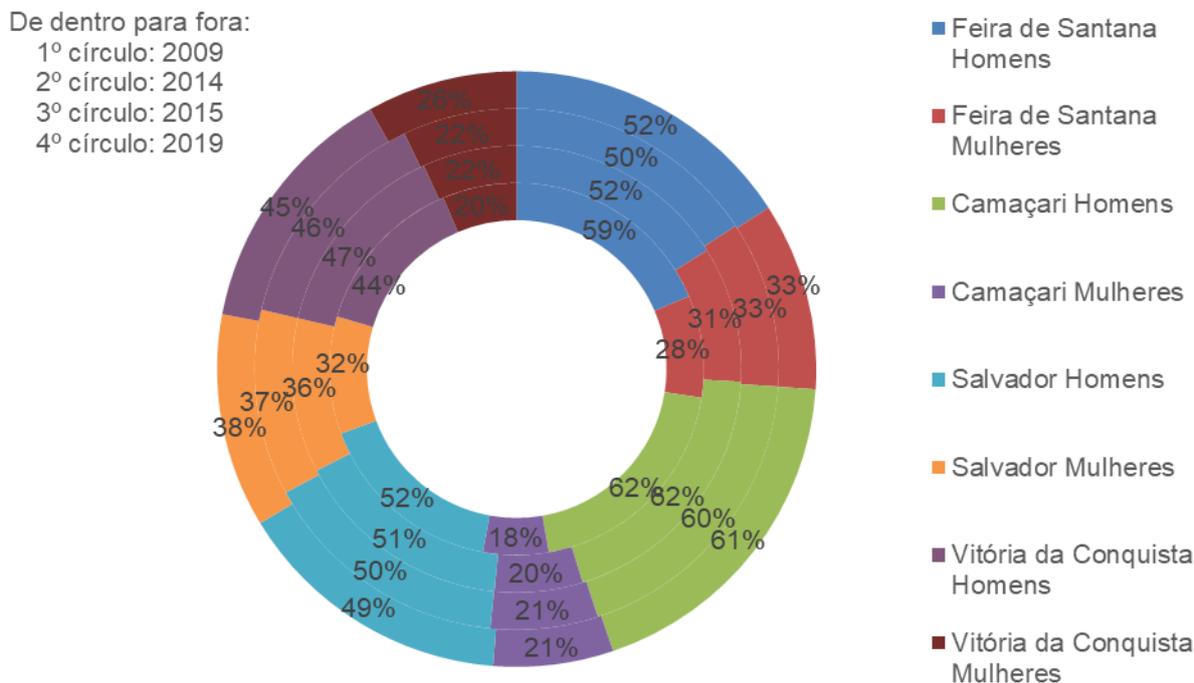
	Pretos		Pardos	
	2009/2014	2015/2019	2009/2014	2015/2019
Bahia	8,2%	10,2%	20,8%	-9,7%
Feira de Santana	14,5%	13,2%	24,4%	-9,6%
Camaçari	17,3%	25,2%	23,4%	-4,5%
Salvador	3,5%	11,9%	14,9%	-17,3%
Vitória da Conquista	49,0%	30,2%	47,9%	-5,9%

Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Analisando a participação da população negra no emprego formal dos referidos municípios juntamente com o recorte de gênero, é possível notar que as mulheres negras perfazem um total bem inferior de empregados em cada município, relativamente aos homens negros, conforme revela o Gráfico 14. Em Feira de Santana, as mulheres negras respondiam por 28% do total de emprego formal em 2009, ao passo que os homens negros por 59%. Nos anos seguintes, a participação delas aumentou, passando a 31%, em 2014, e a 33% em 2019. De todo modo, mais da metade do emprego formal continua concentrada em homens negros (52% em 2019). Em Camaçari, a inserção de mulheres negras no mercado formal é ainda mais baixa assumindo, respectivamente, as seguintes proporções nos anos analisados: 18%, 20%, 21% e 21%. Já a dos homens é igual ou superior a 60% nos mesmos anos.

Na capital baiana, as mulheres negras perfazem 32% do total de empregados no ano inicial (2009) e 38% no final (2019), enquanto para os homens esses números são de 52% e 49%, denotando um incremento relevante das primeiras que não é feito integralmente em detrimento destes últimos. Por fim, em Vitória da Conquista, as mulheres negras representavam 20% da mão de obra formal no ano de 2009, passando para 26% em 2019, enquanto os homens negros responderam, respectivamente, por 44% e 45%, revelando que o aumento delas também não foi feito em detrimento deles.

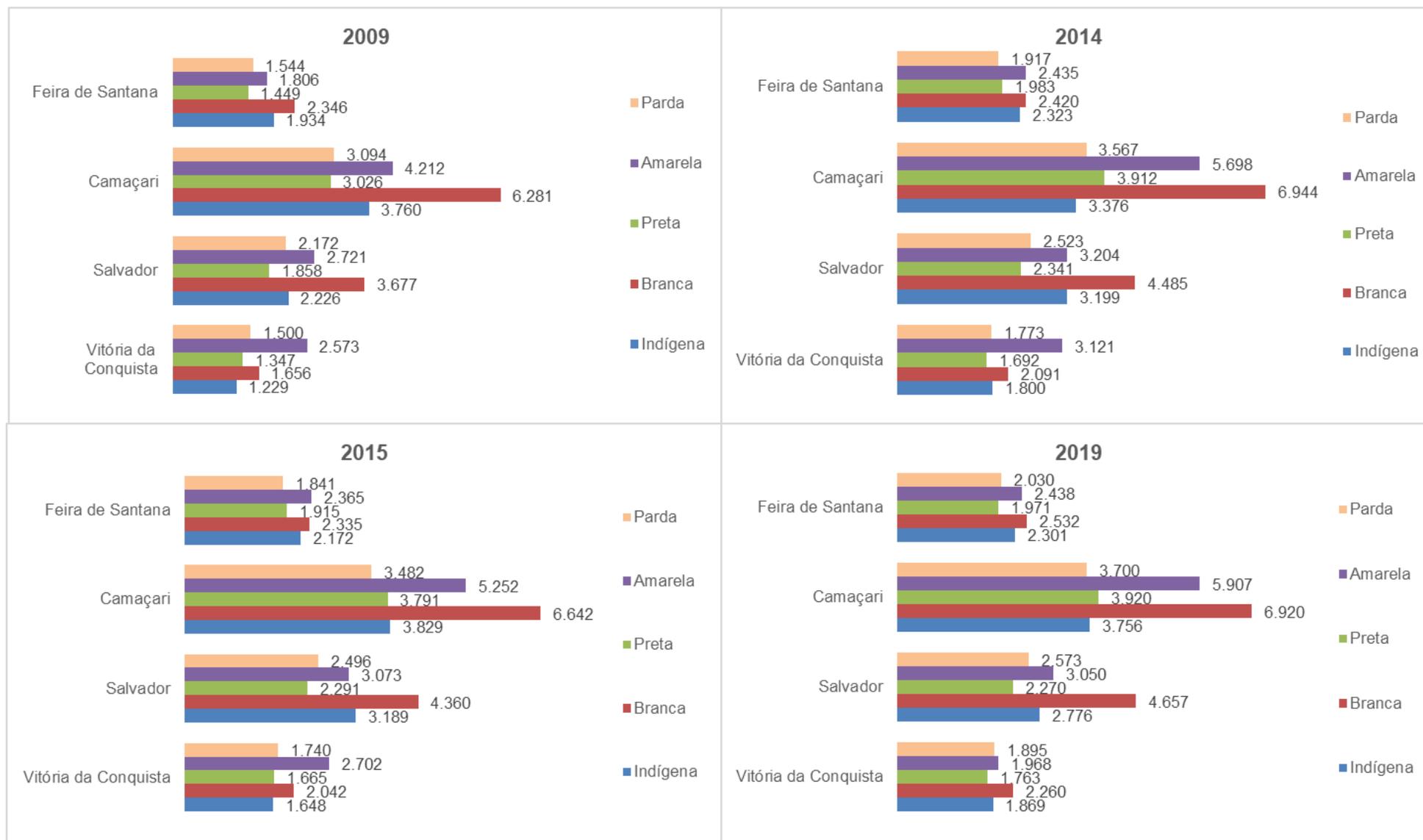
Gráfico 14 – Percentual da população negra empregada formalmente nos municípios selecionados, segundo o sexo, nos anos 2009, 2014, 2015 e 2019



Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Além das desigualdades de cor e raça ligadas ao fator gênero, os dados da Rais também oferecem uma visão acerca das desigualdades salariais dentro do recorte racial. A Figura 11 evidencia a remuneração média real (a preços de setembro de 2021) por cor e raça nos municípios.

Figura 11 – Remuneração média real (a preços de setembro de 2021) por cor e raça, nos municípios selecionados (R\$)



Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Em 2009, Feira de Santana, Camaçari e Salvador registraram menor remuneração média para os declarados pretos, e maior para os brancos. Já em Vitória da Conquista, a menor média coube aos indígenas, ao passo que a mais elevada aos declarados de cor amarela. Em 2014, os empregados de todas as cores e raças tiveram aumento real de suas remunerações relativamente ao registrado em 2009 (a única exceção foi para os indígenas em Camaçari). O aumento da remuneração média para os declarados de cor preta foi maior em Feira de Santana (37%), assim como para os pardos (24%). De todo modo, pretos e pardos seguiram apresentando as menores médias salariais no referido município, assim como em Salvador e Vitória da Conquista. Em Camaçari a menor média salarial coube aos indígenas. Amarelos e brancos foram os que apresentaram os maiores salários médios nos municípios analisados, em 2014.

Entre 2015 e 2019, verifica-se que Feira de Santana foi o único município analisado onde não ocorreu retração das médias salariais por cor e raça. Vitória da Conquista apresentou uma queda representativa na remuneração média dos declarados amarelos, Salvador evidenciou decréscimo na média salarial dos indígenas e dos amarelos, e Camaçari, dos indígenas, também. Uma questão importante a se pontuar é que, em Feira de Santana, entre 2009 e 2014 a média salarial dos declarados pretos cresceu muito mais do que a dos declarados brancos. Contudo, entre 2015 e 2019, o crescimento da média de salários daqueles foi menor que a desses últimos. Com isso, a diferença de salários médios de pretos e brancos voltou a crescer no município no ano de 2019, chegando a cerca de R\$ 562 (tendo sido de R\$898 em 2009, R\$437 em 2014, e R\$ 419 em 2015). Ainda assim, a diferença salarial entre pretos e brancos decresceu no município entre o ano inicial (2009) e o ano final analisado (2019).

O mesmo não se pode dizer com respeito a Vitória da Conquista e Salvador. No caso do primeiro município, a diferença era de aproximadamente R\$ 300 no primeiro ano analisado e termina em quase R\$ 500 em 2019. Salvador registrou uma diferença de aproximadamente R\$ 1.800 (a favor dos brancos) e de quase R\$ 2.400 no último ano selecionado. Camaçari, embora tenha evidenciado uma leve redução na desigualdade de salários médios entre pretos e brancos, apresenta o maior diferencial comparativamente aos demais municípios. Em 2009, os declarados brancos ganhavam, em média, cerca de R\$ 3.200 a mais que os declarados pretos, e, em 2019, aproximadamente R\$ 3.000.

À luz dos dados de raça e cor, pode-se dizer que, apesar da representatividade da população negra na mão de obra formal dos municípios selecionados, assumindo proporções que ultrapassam 80% do total de empregados, os trabalhadores pretos e pardos, em média, ganham menos do que os brancos, crescendo-se, ainda, que os primeiros, quase sempre, respondem pelos menores salários médios registrados. Poder-se-ia imaginar que a menor remuneração da população negra teria alguma relação com o fato de comporem a maior proporção (sobretudo os pardos) no total de empregados formais, contribuindo, assim, para deprimir a razão salário/número de empregados.

No entanto, sabe-se que este não é caso na economia brasileira – um país com assimetrias estruturais e históricas que remontam a um passado colonial e escravocrata. No Brasil, mesmo constituindo 44,8% da população (percentual bem inferior ao registrado pelos municípios analisados), a população negra historicamente ganha salários, em média, inferiores aos da população branca, situação que atesta, então, a persistência das desigualdades raciais no mercado de trabalho – as quais têm sido reforçadas com a pandemia que se instaurou no Brasil em 2020 (DIEESE, 2020).

Feita esta breve análise do perfil dos trabalhadores pelos recortes de gênero, cor e raça, passa-se, então, à apreensão da distribuição do emprego formal por faixas etárias. No Brasil, as faixas etárias que mais sofrem com o desemprego são as dos mais jovens: 14 a 17 anos, e 18 a 24. Para se ter uma ideia, no primeiro trimestre de 2020, a taxa de desocupação dessas duas faixas foi, respectivamente, de 44% e 27%, valores muito acima da taxa geral que foi de 12,2% no referido trimestre. É natural que, na primeira faixa, o desemprego seja mais elevado, tendo em vista que uma boa parte desses indivíduos se encontra no ensino médio, fazendo com que eles tenham que procurar por empregos que contratem para um período de realização do trabalho diferenciado, ou que não exijam um conhecimento técnico muito específico.

Neste sentido, é bom ressaltar que o mercado de trabalho para os mais jovens possui características distintas, apresentando maior receptividade a novas formas de contratos, uma necessidade de aprendizado quase que constante e, também, maior inserção dos indivíduos no mundo digital (LIMA E OLIVEIRA, 2017; ANTUNES, 2018). De todo modo, o que se observa no país é que esse mercado, qual seja, dos mais jovens, tende a sofrer mais com as oscilações do emprego. Sendo assim, o desemprego entre os jovens tende a se elevar mais que para a média da população.

Uma possível hipótese para isso seria a tese do “trabalhador adicional”, segundo a qual, em períodos recessivos, mais jovens buscam emprego com vistas a complementar a renda domiciliar (CORSEUIL, POLOPONSKY E FRANCA, 2018). De tal modo, ocorre o aumento da oferta de mão de obra, explicando o avanço do desemprego mais acelerado entre os mais jovens.

Para se ter uma ideia de como a crise repercute de forma mais intensa para essa faixa etária, no Brasil, os trabalhadores formais que tinham entre 15 e 29 anos, em 2009, respondiam por 35,4% do total de pessoas empregadas no mercado formal. Em 2015 esse número era de 30,6% e, em 2019, de 27,4%. Isso pode apontar, pelo menos, dois fatores: uma maior dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho em vista da crise econômico-política de 2015-2016, a qual não foi seguida por uma retomada efetiva do emprego nos anos seguintes; e uma maior transição para o mercado informal. Segundo a OIT (2020), em seu “Monitor da OIT: o COVID-19 e o mundo do trabalho”, os jovens são os mais presentes na informalidade, relativamente a outras faixas etárias.

Na Bahia, a faixa etária de 15 a 29 anos representava 31% do total de empregados formais no estado e, em 2019, 23%. A faixa que mais concentra trabalhadores empregados é a de 30 a 49 anos, que supera 50% durante todo o período analisado. Além disso, cumpre destacar que a faixa de 50 a 64 anos foi a que mais se elevou, saltando de aproximadamente 13%, em 2009, para 17%, em 2019.

De forma análoga, em todos os municípios analisados, a faixa etária que mais concentrava trabalhadores era a de 30 a 49 anos, a qual também ultrapassava 50% do total de empregados, além de apresentar um crescimento no período. Entre 2009 e 2014, todas as faixas etárias registraram incremento de trabalhadores, com exceção da de 15 a 29 anos em Salvador, que retraiu 2%. A faixa que mais teve aumento, nos quatro municípios analisados, foi a de 64 anos ou mais, o que denota a maior permanência das pessoas idosas no mercado de trabalho (seja por necessidade econômico-financeira, ou por outras razões). Já entre 2015 e 2019 a faixa etária dos jovens (de 15 a 29 anos de idade) sofreu redução em todos os casos observados, tendo sido registradas as maiores quedas em Camaçari e Salvador. A capital baiana também apresentou redução na população empregada de 30 a 49 anos e de 50 a 64 anos.

Se, de um lado, a faixa etária de 30 a 49 anos revelou não somente concentrar a maior parte das pessoas empregadas, mas também registrar um crescimento dessa

proporção, a faixa dos mais jovens teve sua participação reduzida no total de emprego nos municípios selecionados. Em Feira de Santana, esses indivíduos respondiam por aproximadamente 40% do emprego formal em 2009, e passaram a 30% em 2019. Em Camaçari a redução é ainda maior, passando de 37% para 24%. Em Salvador, a proporção sai de 30% para 22% e, em Vitória da Conquista, de 39% para 30%. Em 2009, Feira era o município com maior proporção de jovens no total de empregados e, em 2019, a despeito da queda, continuou ocupando esta posição, juntamente com Vitória da Conquista.

Tabela 27 – Distribuição dos trabalhadores por faixa etária (2009, 2014, 2015 e 2019).

Faixa etária		15 a 29 anos	30 a 49 anos	50 a 64 anos	65 ou mais	Total
Feira de Santana	2009	37.065	46.662	8.612	391	92.730
	2014	45.569	65.312	13.072	634	124.587
	2015	43.030	65.790	13.392	734	122.946
	2019	35.826	68.818	14.948	1.007	120.599
Camaçari	2009	24.274	34.026	7.066	199	65.565
	2014	25.630	46.533	9.044	433	81.640
	2015	22.486	45.243	8.981	449	77.159
	2019	17.997	46.897	9.922	721	75.537
Salvador	2009	223.998	404.301	121.018	9.249	758.566
	2014	220.260	466.764	150.170	12.645	849.839
	2015	192.063	449.794	147.849	12.539	802.245
	2019	153.152	405.273	135.534	14.764	708.723
Vitória da Conquista	2009	20.089	25.829	4.923	196	51.037
	2014	25.082	36.337	7.548	373	69.340
	2015	23.584	36.263	7.777	406	68.030
	2019	21.791	40.120	9.408	602	71.921

Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Tabela 28 – Distribuição percentual dos trabalhadores por faixa etária (2009, 2014, 2015 e 2019).

Faixa etária		15 a 29 anos	30 a 49 anos	50 a 64 anos	65 ou mais	Total
Feira de Santana	2009	40,0%	50,3%	9,3%	0,4%	100%
	2014	36,6%	52,4%	10,5%	0,5%	100%
	2015	35,0%	53,5%	10,9%	0,6%	100%
	2019	29,7%	57,1%	12,4%	0,8%	100%
Camaçari	2009	37,0%	51,9%	10,8%	0,3%	100%
	2014	31,4%	57,0%	11,1%	0,5%	100%
	2015	29,1%	58,6%	11,6%	0,6%	100%
	2019	23,8%	62,1%	13,1%	1,0%	100%
Salvador	2009	29,5%	53,3%	16,0%	1,2%	100%
	2014	25,9%	54,9%	17,7%	1,5%	100%
	2015	23,9%	56,1%	18,4%	1,6%	100%
	2019	21,6%	57,2%	19,1%	2,1%	100%
Vitória da Conquista	2009	39,4%	50,6%	9,6%	0,4%	100%
	2014	36,2%	52,4%	10,9%	0,5%	100%
	2015	34,7%	53,3%	11,4%	0,6%	100%
	2019	30,3%	55,8%	13,1%	0,8%	100%

Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Outro ponto que merece ser ressaltado com respeito à redução na participação dos jovens no mercado de trabalho diz respeito à hipótese de que estes estejam prolongando a continuidade dos estudos (inclusive em cursos de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*) com a possibilidade de se manterem fora do mercado de trabalho, seja pelo recebimento de bolsas, ou pela própria condição da renda familiar do domicílio onde se encontram. Esse também pode ter sido o caso no país, sobretudo quando se considera o primeiro subperíodo de análise (2009-2014), ou seja, um momento que antecede à crise econômico-política e que também registra um aumento impressionante das matrículas nos cursos de graduação e pós-graduação, bem como a disponibilidade de bolsas em um número muito maior do que o que se observa no interregno seguinte¹⁵.

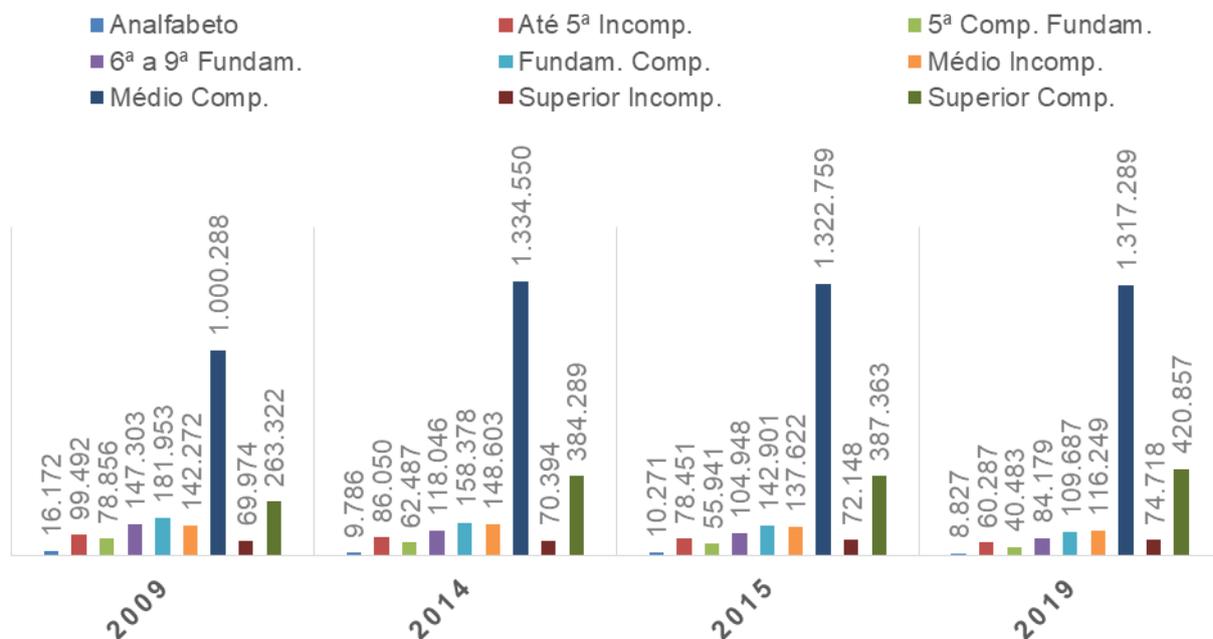
E, por falar em maior escolarização, chega-se, então, ao último aspecto a ser contemplado para delineamento do perfil dos trabalhadores dos quatro municípios baianos: o grau de instrução escolar dos seus empregados. No Brasil, os que possuem

¹⁵ Ver matérias do Jornal da USP <https://jornal.usp.br/universidade/cnpq-vai-pagar-so-13-das-bolsas-aprovadas-em-edital-e-frustra-jovens-cientistas/> e do Jornal O Globo: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/cnpq-tem-menor-orcamento-do-seculo-21-corta-bolsas-afeta-pesquisas-em-meio-pandemia-25038771>

ensino médio completo representam a maior parte da população formalmente empregada, de modo que, em 2009, esse número era de 40%; em 2014, 46%, e em 2019, 50%. Em seguida, os que possuem o superior completo concentram a segunda maior porção do mercado formal, com os seguintes números, respectivamente: 16%, 20% e 23%. No estado da Bahia a porção dos que possuem ensino médio completo é um pouco maior (em 2009, 50%, em 2014, 56%, e em 2019, 59%), e a dos que possuem o ensino superior um pouco menor (13%, 16% e 19%, nos referidos anos).

O que se observa, portanto, é um aumento do grau de escolaridade da população empregada no mercado formal, sobretudo durante o primeiro subperíodo analisado. No caso do ensino médio completo, na Bahia, entre 2009 e 2014, o número de pessoas empregadas aumentou em 33%, saltando de 1 milhão, aproximadamente, para pouco mais de 1,3. Já entre 2015 e 2019, registrou-se uma redução dos trabalhadores empregados com ensino médio completo de 0,4%, fazendo com que o número caísse de 1.322.759 para 1.317.289. No caso dos que possuíam ensino superior completo, entre 2009 e 2014, registrou-se um crescimento de 46% dos empregados formais e, entre 2015 e 2019, de 9%.

Gráfico 15 – Número de pessoas empregadas formalmente por grau de escolaridade na Bahia



Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Reproduzindo a tendência observada para o país e para a Bahia, a maior parte da mão de obra formal dos municípios selecionados possui ensino médio completo. Esse percentual é de no mínimo 50% em todos os anos analisados, exceto em 2009 no município de Vitória da Conquista.

Em Feira de Santana, a participação dos que possuíam ensino médio completo, em 2009, era de 55%, aumentando no ano de 2014 e 2015 e mantendo-se estável em 2019 (66,4%). Outro grau de escolaridade que aumentou expressivamente sua parcela no total de emprego formal foi o superior completo que, em 2009, era de apenas 8,1% e, em 2019, passou para 13,4%. Apesar disso, cumpre destacar que o município evidenciou o menor percentual de sua mão de obra com ensino superior completo, dentre os selecionados nesta análise. Percebe-se que somente esses dois níveis de escolarização, quais sejam, ensino médio completo e superior completo (além do superior incompleto) apresentaram elevação na sua participação nos anos analisados, de modo que todas as demais faixas (de menor escolaridade) evidenciaram uma diminuição.

Camaçari também apresentou aumento da população trabalhadora com ensino médio completo, de modo que a participação deste grupo passou de 55,7%, em 2009, para 69,2% em 2019 (um aumento de quase 14 pontos percentuais). A parcela dos empregados com ensino superior completo, embora tenha crescido ligeiramente entre 2009 e 2014 (chegando a 19,2% neste último ano), caiu em 2015, reduzindo-se ainda mais entre 2015 e 2019 (terminando em 16,9%).

Apesar disso, cumpre destacar que o percentual de trabalhadores empregados com superior completo deste município é um dos maiores, ficando atrás apenas do apresentado pela capital baiana. No entanto, a diferença entre as duas foi se alargando nos anos analisados (em 2009, Camaçari tinha quase 18% de sua mão de obra com superior completo, e Salvador quase 20%, e, em 2019, esses números passam, respectivamente, a aproximadamente 17% e 25%).

Em Salvador, as faixas de escolaridade abaixo do ensino médio completo também tiveram participação reduzida no período analisado, enquanto as faixas de médio e superior completo aumentaram suas participações em quase 6 pontos percentuais cada uma. Os trabalhadores com ensino médio completo representavam quase 52% da população formalmente empregada em 2009, e passaram a cerca de 58% em 2019, ao passo que os que tinham ensino superior completo representavam aproximadamente 20% e, depois, pouco mais de 25%.

Vitória da Conquista também experimentou uma trajetória de elevação da participação de trabalhadores com maior grau de escolaridade. Em 2009, o município era o que apresentava menor percentual de empregados com ensino médio completo (38,1%), passando, nos anos seguintes, a um incremento elevado de trabalhadores com esse grau de formação. Somente entre 2009 e 2014, o ganho foi de cerca de 11 pontos percentuais; depois, entre 2015 e 2019, de quase 4 pontos, fazendo com que o município alcançasse, no último ano analisado, o total de 55,2% de sua mão de obra com ensino médio completo. A porção de trabalhadores com superior completo também aumentou, saltando de 10,3%, em 2009, para 14,6% em 2019. Cumpre ressaltar que esse ganho de participação dos empregados com esse grau de escolaridade foi maior entre 2015 e 2019 do que entre 2009 e 2014.

Tabela 29 – Distribuição dos trabalhadores por grau de escolaridade, Feira de Santana

Escolaridade Agregada após 2005	2009		2014		2015		2019	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Analfabeto	452	0,5%	319	0,3%	352	0,3%	280	0,2%
Até 5ª Incompleto	4.082	4,4%	3.589	2,9%	3.071	2,5%	2.558	2,1%
5ª Completo Fundamental	3.356	3,6%	2.166	1,7%	2.010	1,6%	1.422	1,2%
6ª a 9ª Fundamental	6.482	7,0%	5.544	4,4%	4.735	3,9%	3.935	3,3%
Fundamental Completo	8.863	9,6%	8.406	6,7%	8.117	6,6%	5.401	4,5%
Médio Incompleto	8.530	9,2%	8.226	6,6%	7.382	6,0%	6.519	5,4%
Médio Completo	50.904	54,9%	81.217	65,2%	81.876	66,6%	80.067	66,4%
Superior Incompleto	2.583	2,8%	3.193	2,6%	3.337	2,7%	4.201	3,5%
Superior Completo	7.480	8,1%	11.934	9,6%	12.074	9,8%	16.219	13,4%
Total	92.732	100%	124.594	100%	122.954	100%	120.602	100%

Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Tabela 30 – Distribuição dos trabalhadores por grau de escolaridade, Camaçari

Escolaridade Agregada após 2005	2009		2014		2015		2019	
	Nº absoluto	%						
Analfabeto	180	0,3%	94	0,1%	114	0,1%	126	0,2%
Até 5ª Incompleto	1.101	1,7%	1.812	2,2%	1.105	1,4%	568	0,8%
5ª Completo Fundamental	1.495	2,3%	889	1,1%	709	0,9%	513	0,7%
6ª a 9ª Fundamental	3.113	4,7%	2.044	2,5%	1.825	2,4%	1.384	1,8%
Fundamental Completo	5.026	7,7%	4.121	5,0%	3.561	4,6%	2.963	3,9%
Médio Incompleto	4.090	6,2%	3.918	4,8%	3.456	4,5%	2.551	3,4%
Médio Completo	36.525	55,7%	50.657	62,0%	49.341	63,9%	52.258	69,2%
Superior Incompleto	2.316	3,5%	2.462	3,0%	2.469	3,2%	2.393	3,2%
Superior Completo	11.721	17,9%	15.649	19,2%	14.580	18,9%	12.783	16,9%
Total	65.567	100%	81.646	100%	77.160	100%	75.539	100%

Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Tabela 31 – Distribuição dos trabalhadores por grau de escolaridade, Salvador

Escolaridade Agregada após 2005	2009		2014		2015		2019	
	Nº absoluto	%						
Analfabeto	1.730	0,2%	963	0,1%	1.097	0,1%	898	0,1%
Até 5ª Incompleto	16.978	2,2%	14.833	1,7%	13.454	1,7%	8.801	1,2%
5ª Completo Fundamental	18.345	2,4%	12.931	1,5%	10.963	1,4%	6.994	1,0%
6ª a 9ª Fundamental	40.941	5,4%	29.534	3,5%	24.186	3,0%	16.429	2,3%
Fundamental Completo	55.319	7,3%	43.006	5,1%	37.250	4,6%	25.918	3,7%
Médio Incompleto	47.006	6,2%	44.959	5,3%	40.158	5,0%	28.912	4,1%
Médio Completo	393.960	51,9%	481.947	56,7%	454.823	56,7%	408.890	57,7%
Superior Incompleto	35.178	4,6%	33.224	3,9%	35.031	4,4%	33.027	4,7%
Superior Completo	149.142	19,7%	188.498	22,2%	185.322	23,1%	178.875	25,2%
Total	758.599	100%	849.895	100%	802.284	100%	708.744	100%

Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Tabela 32 – Distribuição dos trabalhadores por grau de escolaridade, Vitória da Conquista

Escolaridade Agregada após 2005	2009		2014		2015		2019	
	Nº absoluto	%						
Analfabeto	458	0,9%	308	0,4%	305	0,4%	262	0,4%
Até 5ª Incompleto	2.387	4,7%	3.087	4,5%	2.753	4,0%	2.565	3,6%
5ª Completo Fundamental	2.444	4,8%	2.318	3,3%	2.061	3,0%	1.644	2,3%
6ª a 9ª Fundamental	4.788	9,4%	4.827	7,0%	4.495	6,6%	3.788	5,3%
Fundamental Completo	9.552	18,7%	8.347	12,0%	7.099	10,4%	5.489	7,6%
Médio Incompleto	5.050	9,9%	5.961	8,6%	5.719	8,4%	5.181	7,2%
Médio Completo	19.441	38,1%	34.511	49,8%	35.273	51,8%	39.727	55,2%
Superior Incompleto	1.662	3,3%	2.054	3,0%	2.138	3,1%	2.780	3,9%
Superior Completo	5.262	10,3%	7.934	11,4%	8.191	12,0%	10.490	14,6%
Total	51.044	100%	69.347	100%	68.034	100%	71.926	100%

Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Analisando as taxas de crescimento da população empregada nos municípios, segundo o grau de escolaridade, é possível notar uma forte tendência à redução de trabalhadores com menor escolarização em detrimento do aumento dos que possuem ensino médio completo ou superior completo. O destaque cabe, especialmente, a Feira de Santana e Vitória da Conquista, municípios nos quais, tanto entre 2009 e 2014 quanto entre 2015 e 2019, percebe-se retração do emprego concentrada nos que não possuíam, ao menos, o ensino médio completo. No primeiro subperíodo analisado, o número de empregados com superior completo cresceu 60% em Feira de Santana e 51% em Vitória da Conquista (as duas maiores taxas de crescimento desse grupo dentre os municípios selecionados). Já no subperíodo 2015-2019, apesar das taxas terem sido menores, foram, ainda assim, positivas e expressivas nesses dois municípios (34%, no caso do primeiro, e 28% no segundo).

Camaçari e Salvador, por sua vez, registraram queda no número de empregados com superior completo ou incompleto no subperíodo 2015-2019. A capital baiana evidenciou retração, inclusive dos trabalhadores com ensino médio completo neste último interregno analisado, configurando uma situação de queda do emprego entre os dois anos para todas as faixas de escolaridade.

Tabela 33 – Taxas de variação do emprego formal por grau de escolaridade (%)

Escolaridade Agreg após 2005	Feira de Santana		Camaçari		Salvador		Vitória da Conquista	
	2009/2014	2015/2019	2009/2014	2015/2019	2009/2014	2015/2019	2009/2015	2015/2020
Analfabeto	-29%	-20%	-48%	11%	-44%	-18%	-33%	-14%
Até 5ª Incompleto	-12%	-17%	65%	-49%	-13%	-35%	29%	-7%
5ª Completo Fundamental	-35%	-29%	-41%	-28%	-30%	-36%	-5%	-20%
6ª a 9ª Fundamental	-14%	-17%	-34%	-24%	-28%	-32%	1%	-16%
Fundamental Completo	-5%	-33%	-18%	-17%	-22%	-30%	-13%	-23%
Médio Incompleto	-4%	-12%	-4%	-26%	-4%	-28%	18%	-9%
Médio Completo	60%	-2%	39%	6%	22%	-10%	78%	13%
Superior Incompleto	24%	26%	6%	-3%	-6%	-6%	24%	30%
Superior Completo	60%	34%	34%	-12%	26%	-3%	51%	28%

Fonte: Rais. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Esses dados indicam, portanto, que o município caminha rumo a um maior grau de instrução escolar geral de seus trabalhadores, o que pode ser entendido, a priori, como uma mudança positiva, tomando-se em consideração teorias como a do “capital humano” (SCHULTZ, 1961), que postula que o investimento em capital humano – e, nesse sentido, os gastos em educação configuram esse tipo – possui efeitos positivos sobre os rendimentos do trabalho, ou seja, a escolarização se reflete em maiores salários. Além disso, essa linha de pensamento da economia da educação aponta para a importância do capital humano para elevação da produtividade e, desse modo, para o crescimento econômico.

Contudo, cumpre ressaltar que, dentre algumas das limitações dessa teoria, encontra-se a negligência de aspectos histórico-estruturais, como a especialização produtiva dos países, a qual afeta fortemente a determinação do tipo de emprego a ser gerado; ou a oferta ilimitada de mão de obra que uma economia apresenta, contribuindo para compressão dos salários a níveis de subsistência, a despeito de aumentos de produtividade alcançados (LEWIS, 1954; FURTADO, 1966); ou mesmo elementos institucionais que repercutem um dado sistema de distribuição da renda funcional (aquela que se distribui entre lucros e salários). Em vista disso, nem sempre é

possível observar que o aumento da escolarização da população trabalhadora seja acompanhado, necessariamente, de aumento dos salários, por exemplo.

3. Considerações Finais

Como foi argumentado ao longo deste Volume, o mercado de trabalho tem passado por diversas transformações desde o fim do modelo fordista, e essas mudanças, embora cheguem ao país com relativo atraso, não deixam de explicitar contornos consonantes aos desafios que a economia brasileira historicamente enfrenta no campo do seu processo de desenvolvimento. A revolução 4.0, iniciada na segunda década dos anos 2000, e as mudanças institucionais dirigidas por um novo processo de acumulação iniciado nos anos 1970 (financeirizado e flexível), configuram a essência das alterações que dão corpo ao novo mundo do trabalho.

As dificuldades estruturais do país – sobretudo no que diz respeito ao seu inacabado processo de industrialização no decorrer do século anterior e sua incursão ao neoliberalismo ao final dos anos 1980, marcada pelo reforço de sua inserção internacional pautada em algumas *commodities* agrícolas e minerais e manufaturados de baixo conteúdo tecnológico – explicitam sua posição subalterna no marco da incipiente indústria 4.0. Nesse sentido, o processo de desindustrialização precoce que se assiste no Brasil, ao longo dos anos 2000, coloca em evidência os gargalos que essa economia enfrenta para a conformação de empregos coesos com os novos sentidos da tecnologia em pauta.

Já as mudanças institucionais, que podem ser notadamente apreendidas pelas reformas neoliberais colocadas em curso na segunda década dos anos 2000 (sobretudo a partir de 2015), não somente demonstram dificuldade e lentidão para a retomada do emprego e, em especial, no marco formal, como também contribuem para reprodução de assimetrias estruturais ao flexibilizar o direito do trabalho e “acenar” para a precarização.

Diante de um cenário adverso e de céleres alterações, a criatividade política impressa no planejamento territorial e, conseqüentemente, municipal, mostra-se fundamental. A despeito da maior dificuldade contemplada por essa esfera pública na obtenção de recursos próprios e, conseqüentemente, maior rigidez orçamentária, a gestão municipal, em conjunto com outros atores da sociedade (entidades privadas ou

do terceiro setor), podem traçar alguns contornos distintos, imprimindo marcos próprios ao seu desenvolvimento.

O estado da Bahia, que registrou uma evolução do emprego bastante positiva ao longo dos anos 2000, com aumento relevante da ocupação formal até 2014, elevação dos rendimentos do trabalho e maior qualificação de sua mão de obra empregada, passou a registrar notada dificuldade de manutenção de algumas dessas conquistas com a chegada da crise de 2015-2016. As taxas de desemprego alcançaram níveis recordes e a histórica diferença entre elas e as registradas no país fez-se aumentar (em desfavor da economia baiana). Nem mesmo no período de 2017 a 2019 o estado conseguiu acompanhar a tendência de leve incremento do nível de ocupação que passou a ser observada nacionalmente.

Apesar desse quadro mais geral, a situação do emprego no Estado da Bahia foi analisada com um recorte mais específico, voltado à apreensão de quatro de seus municípios: Feira de Santana, Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista. A partir desse enfoque foi possível compreender a evolução do mercado de trabalho no interregno 2009-2019 com atenção às especificidades de cada um, tanto no subperíodo que ainda marca a evolução positiva do emprego formal (2009 a 2014) quanto no de crise interna e posterior reforma trabalhista (2015 a 2019). Considerando que esse estado conta com mais de 400 municípios, é natural que se observe níveis variados de crescimento do emprego (e até do tipo deste que está sendo gerado), bem como enfrentamentos distintos em relação a momentos de crise.

Neste sentido, Feira de Santana, que até 2015 se colocava como terceiro município com maior número de pessoas formalmente empregadas do estado, passa à segunda posição, ultrapassando o estoque de Lauro de Freitas. Isso denota que este último pode ter enfrentado de forma mais adversa a crise de 2015-2016 relativamente ao primeiro. A participação de Lauro de Freitas no total de emprego da Bahia aumentava de forma célere no subperíodo 2009-2014 (saindo de 4,7% para 6% em 2015), mas com a crise passou a sofrer constante queda, terminando com 4,9% em 2019. De outro lado, Feira de Santana, que antes detinha 4,6% do emprego formal gerado no estado, registrou incremento dessa participação entre 2011 e 2013, chegando a 5,4%. Nos anos seguintes o município registrou apenas uma ligeira queda deste percentual até 2018, e, em 2019, já retoma a participação de 5,4%.

A análise da distribuição do estoque de emprego formal, segundo os setores e subsetores de atividade econômica, mostra, de maneira geral, que houve

desaceleração do crescimento de postos de trabalho no período 2009-2019, nos municípios estudados, sobretudo no segundo subperíodo (2015-2019), relativamente ao primeiro (2009-2014), ocorrendo, inclusive, redução do número de empregos nos anos 2015 e 2016, evidenciada nos resultados negativos das médias das variações anuais. Os efeitos da crise econômica que marcou esses dois anos não foram revertidos em recuperação da economia nos anos seguintes (2017-2019). Ainda que as médias das variações anuais tenham se mostrado positivas para alguns setores, não foram suficientes para alcançar as médias do primeiro subperíodo.

Em adição, nota-se o crescimento dos setores comércio e serviços, com maior destaque para este último, na geração de postos de trabalho vis-à-vis a perda da participação relativa da indústria de transformação no número de empregos. Isto foi observado em Feira de Santana, ainda que, nos últimos anos, a contribuição da indústria tenha tido pouca alteração. Vitória da Conquista apresentou quadro semelhante no que se refere aos movimentos de diminuição da participação relativa do comércio e de aumento da participação do setor serviços. A indústria de transformação manteve a participação relativa nesses anos (em torno de 14%).

Em Camaçari, que conta com o grande Polo Industrial de Camaçari, onde se encontram diversas indústrias químicas, petroquímicas e automobilísticas, a indústria é o setor que mais emprega, mas teve sua participação relativa no estoque de emprego formal reduzida nos dois últimos anos da série, o que pode ser reflexo, também neste município, da tendência de queda da contribuição da indústria na geração de postos de trabalho. O setor serviços manteve sua participação relativa nos anos estudados, enquanto o comércio mostrou crescimento.

Na capital baiana é baixa a participação da indústria de transformação no volume de emprego formal. Os setores com maior estoque de emprego formal são serviços, administração pública e comércio. No período analisado, foi observado que, de 2014 em diante, o quadro do emprego formal em Salvador se deteriorou muito, com retração do emprego em todos os setores (em 2015 e 2016) e, ensaio de recuperação em 2017 e 2018, porém, ainda com diminuição de postos de trabalho na maioria dos setores de atividade econômica.

A distribuição do emprego formal segundo o tamanho do estabelecimento empregador, nos municípios estudados, evidencia o crescimento de vagas de trabalho em todos os estabelecimentos, independente do porte, nos dois anos da série 2009-2019, quadro que se modifica a partir de 2011 até 2014, quando as variações se

mantêm positivas, mas em trajetória decrescente – à exceção de Feira de Santana, onde os estabelecimentos de tamanhos médio e grande exibiram aumento do número de empregos. Os anos de 2015 e 2016, como já dito, foram de retração do emprego – as variações anuais foram negativas para quase todos os tamanhos de estabelecimentos empregadores, retratando, portanto, os impactos da crise econômico-política nesses anos, também manifesta nos estabelecimentos conforme o porte.

Os efeitos mais críticos ficaram evidentes para quase todos os portes de estabelecimento em Feira de Santana (com uma situação um pouco melhor para as grandes); em todos os tamanhos no caso de Salvador; para as médias e grandes em Camaçari; e de forma mais contundente para as pequenas em Vitória da Conquista. Mesmo nos anos seguintes, em que foi verificado incremento na geração de vagas de trabalho, esse se mostrou ainda em patamar baixo em comparação aos anos iniciais da série analisada.

O estudo do emprego formal por vínculo empregatício constatou que, nos municípios selecionados, são preponderantes os vínculos celetistas em relação aos demais, porém, tem ocorrido uma desaceleração do crescimento desses vínculos. Em que pese as diferenças de participação relativa dos tipos de vínculos no total de emprego de cada município, chama atenção a tendência de diminuição do percentual referente ao vínculo celetista do tipo “CLT U/ Indeterminado” (vínculo celetista urbano sob contrato indeterminado) e de aumento do percentual referente ao tipo “CLT U/ Determinado” (vínculo celetista urbano sob contrato determinado). Esse quadro indica o aumento da contratação de trabalhadores para atividades temporárias, transitórias ou para efeito de experiência. À luz de um cenário de elevada tendência à flexibilização das leis do trabalho, principalmente a partir da Reforma Trabalhista, configura-se, no âmbito do trabalho celetista, uma trajetória de diminuição de contratos de trabalho por tempo indeterminado, a qual, junto com a incorporação de novas modalidades de contrato fora do regime celetista, resulta cada vez mais na redução dessa modalidade de contratação e, portanto, no delineamento de uma estrutura de emprego com maior vulnerabilidade do trabalhador, tendo em vista a perda de direitos que daí advém.

Além da investigação acerca da estrutura do emprego, levando em conta setores de atividade econômica, tamanho dos estabelecimentos empregadores e tipo de vínculos gerados, essa seção também envidou esforços no sentido de produzir uma síntese de indicadores capazes de delinear o perfil do trabalhador empregado nos municípios estudados. Esse tipo de análise, conforme foi dito ao longo do estudo,

auxilia na compreensão da forma como a evolução do emprego e as benesses dos rendimentos do trabalho têm atingido os diferentes estratos da população. Trata-se, portanto, de mais uma tentativa com vistas a qualificar o tipo de emprego que está sendo gerado (ou que está sendo destruído).

Os dados revelaram um aumento da participação feminina na mão de obra formal, com exceção da capital baiana. Feira de Santana registrou o maior incremento de mulheres ao estoque de emprego nos anos analisados. Apesar desse resultado que pode ser compreendido positivamente para a redução da desigualdade de gênero, o município evidencia a menor remuneração média real para as mulheres (e para os homens também). Por outro lado, a correspondência do salário feminino ao masculino é bastante elevada nos municípios (ultrapassando 100% em alguns casos), exceto em Camaçari. Apesar disso, notou-se que, se de um lado o menor salário médio observado foi praticamente o mesmo entre homens e mulheres, o maior foi verificado para os primeiros, o que reforça a existência de disparidades que ainda necessitam ser vencidas.

Observou-se também que as mulheres negras ainda são minoria no estoque de emprego formal, a despeito de sua elevada participação na conformação da população baiana. Houve um aumento deste grupo no total de emprego dos municípios nos anos selecionados, em especial, entre 2009 e 2014. Aliás, a participação da população negra (pretos e pardos) é bastante elevada nos municípios, especialmente quando se considera as taxas para o Brasil. Esse resultado tem a ver com o maior número de pretos e pardos declarados no estado da Bahia, mas denota também a importante alocação desses grupos dentro do mercado formal.

Apesar disso, notou-se que os trabalhadores pretos e pardos, em média, ganham menos do que os brancos, crescendo-se, ainda, que os primeiros, quase sempre, respondem pelos menores salários médios registrados, denotando a persistência de um importante obstáculo da desigualdade de raça que precisa ser transposto. Chamou-se atenção também para o fato de que, em Feira de Santana, entre 2009 e 2014 a média salarial dos declarados pretos cresceu muito mais do que a dos declarados brancos (o que pode ser entendido favoravelmente à redução das ditas disparidades). Contudo, entre 2015 e 2019, o crescimento da média de salários daqueles foi menor que a desses últimos.

Em termos de faixa etária da população trabalhadora, reproduzindo a tendência nacional, o grupo de 30 a 49 anos concentra cerca da metade do emprego nos

municípios analisados. A faixa que mais teve aumento, nos quatro municípios, foi a de 64 anos ou mais, o que denota a maior permanência das pessoas idosas no mercado de trabalho (seja por necessidade econômico-financeira ou por outras razões). Já entre 2015 e 2019 a faixa etária dos jovens (de 15 a 29 anos de idade) sofreu redução em todos os casos observados, tendo sido registradas as maiores quedas nos municípios de Camaçari e Salvador.

A redução da participação dos jovens no mercado de trabalho suscita questões relevantes a serem pensadas como: i) a maior dificuldade que este grupo enfrenta para ingressar no mercado de trabalho em função de fatores como a falta de experiência, ou a necessidade de conciliação com estudos; ii) a maior necessidade que esse grupo passa a exibir para auferir um rendimento com a crise de 2015-2016, complementando a renda domiciliar de seus lares, o que ocasiona uma verdadeira disparada em suas taxas de desemprego; iii) a dinâmica mais fluida, rotativa e com perfil mais voltado à área tecnológica do perfil de emprego em que se inserem; e iv) a possibilidade de que a grande disposição de bolsas de incentivo ao estudo, verificada até os anos 2014, aliada uma situação de crescimento da renda *per capita* brasileira tenha postergado a entrada desses jovens ao mercado. Esses elementos desvelam, então, a necessidade de formulação de políticas públicas, e de incentivo junto ao setor privado da sociedade, voltadas para a inserção desses indivíduos na dinâmica do emprego e renda.

Por fim, no quesito escolaridade, os resultados mostraram uma crescente participação das faixas de maior grau de instrução escolar no mercado formal. Mesmo nos anos mais adversos do interregno considerado, os trabalhadores com ensino superior completo aumentaram no estoque de emprego. O município de Camaçari foi o que apresentou, depois da capital baiana, a maior participação de empregados com superior completo. Feira de Santana, por sua vez, registrou o menor. Todavia, foi neste município que ocorreu o maior crescimento deste grupo no total de emprego, denotando uma trajetória de maior qualificação de sua mão de obra (mesmo quando considerado o subperíodo 2015-2019).

Reconheceu-se também que, apesar dos efeitos positivos que a maior qualificação educacional tende a sugerir sobre a renda dos indivíduos, e mesmo sobre o crescimento econômico (SCHULTZ, 1961), nem sempre esses fatores se verificam, em função de alguns delimitadores do desenvolvimento econômico-social, como uma estrutura concentrada da renda, uma oferta quase ilimitada de mão de obra etc. Por

isso, é sempre importante buscar analisar essa questão de posse de outros dados que auxiliem numa compreensão mais ampla dos efeitos da maior escolarização.

Um elemento que merece ser considerado nesse intento é a alocação dessa mão de obra mais qualificada, ou seja, se ela estaria de fato sendo absorvida em cargos e funções coerentes com essa formação educacional ou se estaria simplesmente substituindo, em grande parte, cargos de nível médio, acirrando ainda mais a concorrência para os que não possuem um diploma. À luz da revolução tecnológica denotada pela indústria 4.0 faz-se necessário ainda mais desse tipo de investigação, visando compreender como o crescimento da população com maior grau de escolaridade no país pode beneficiar o conjunto das transformações desse cenário e, paralelamente, qual o potencial do mercado de trabalho brasileiro para absorção dessa mão de obra mais qualificada.

Referências

ABRAMO, Laís; VALENZUELA, María Elena. **Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: uma repartição desigual**. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo, SP: Boitempo, 2016. Pt. 3, p.113-124.

ABREU, Alice Rangel de Paiva et al. **Presença feminina em ciência e tecnologia no Brasil**. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo, SP: Boitempo, 2016. Pt. 3, p.149 a 160.

ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

BRESSER-PEREIRA, L.C. - (2008). "**The Dutch Disease and Its Neutralization: a Ricardian Approach**", *Revista de Economia Política*, Vol. 28, N.1.

CORSEUIL, C. H. L.; POLOPONSKY, K.; FRANCA, M. A. P. **Uma interpretação para a forte aceleração mercado de trabalho: Mercado de Trabalho**. Nota técnica do IPEA – Mercado de trabalho, n. 64. Abr., 2018.

DANIEL, Camila. **O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho**. *O Social em Questão - Ano XIV - nº 25/26*, p.323-344, 2011.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia**. Boletim Especial. Novembro de 2020.

FILGUEIRAS, L. A. M. et al. (2012) **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro Recente: Desindustrialização, Reprimarização e Doença Holandesa**. VIII Encontro de Economia Baiana – set. 2012.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. **Indústria 4.0, manufatura avançada e seus impactos sobre o trabalho**. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 371, nov. 2019.

LAVINAS, Lena; CORDILHA, Ana Carolina; CRUZ, Gabriela F. **Assimetrias de gênero no mercado de trabalho no Brasil: rumos da formalização**. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo, SP: Boitempo, 2016. Pt. 3, p.93-109.

LIMA, Jacob Carlos; OLIVEIRA, Daniela Ribeiro de. **Trabalhadores digitais: as novas ocupações no trabalho informacional**. Sociedade e Estado, v. 32, n. 1, p. 115-143, 2017.

MELO, Hildete Pereira de; THOME, Débora. **Mulheres e Poder: histórias, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2018. 192p.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). “Monitor da OIT: o COVID-19 e o mundo do trabalho”. **Abril** de 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_740877.pdf . Acesso em novembro de 2020.

OREIRO, J. L; FEIJÓ, C.A. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro**. In: Revista de Economia Política, São Paulo, v.30, n.2, p. 219-232, 2010.

OSÓRIO, Rafael G. **O Sistema Classificatório de “Cor ou Raça” do IBGE**. Texto para Discussão nº 996. IPEA: Brasília, 2003.

PNAD-C (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>. Acesso em novembro de 2020.

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS) – MPT (Ministério da Previdência e Trabalho). Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/> . Acesso em novembro de 2020.

SCHULTZ, T. W. **Investment in human capital**. The american economic review, vol. 2, n.1, p. 1-17, março de 1961.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **Um olhar da economia feminista para as mulheres: os avanços e as permanências das mulheres no mundo do trabalho entre 2004 e 2013**. Tese de doutoramento. Instituto de Economia/ UNICAMP. Campinas, 228p. 2017.

Anexo

Tabela A-1 Número de empregos formais segundo o setor de atividade econômica – Feira de Santana e municípios selecionados, 2009 a 2019

Municípios/ Setores	Número de empregos										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Feira de Santana											
Adm. Pública	7.040	6.995	6.893	6.031	6.956	6.798	6.164	5.160	6.062	6.125	6.342
Agropecuária*	1.130	1.190	1.047	1.114	963	932	1.085	950	1.091	926	873
Comércio	30.380	33.220	34.958	37.505	39.056	40.217	39.771	37.908	36.901	36.937	37.743
Const. Civil	9.097	11.302	8.994	10.704	13.491	10.375	8.371	7.536	6.807	7.146	7.758
Extrativa mineral	193	174	204	168	220	196	222	202	172	184	185
Indústria de transf.	17.852	19.905	20.508	21.006	21.711	20.545	18.970	17.876	17.769	18.131	18.535
SIUP**	849	858	347	332	334	877	850	863	840	1.027	1.258
Serviços	26.191	30.260	34.211	41.008	41.835	44.654	47.521	45.464	44.842	46.536	47.908
Total	92.732	103.904	107.162	117.868	124.566	124.594	122.954	115.959	114.484	117.012	120.602
Camaçari											
Adm. Pública	6.397	7.372	7.095	6.698	6.937	7.480	7.457	7.147	6.826	7.224	7.717
Agropecuária*	224	248	230	238	255	353	372	308	188	207	209
Comércio	6.675	7.397	7.594	8.917	9.658	10.330	10.514	10.370	10.230	10.932	11.643
Const. Civil	9.093	12.655	14.915	10.706	11.280	11.979	9.147	7.213	7.686	8.222	9.220
Extrativa mineral	714	104	99	322	147	96	68	112	154	73	38
Indústria de transf.	24.343	26.646	27.042	28.318	27.066	29.105	28.241	26.534	27.199	26.457	26.455
SIUP**	1.410	1.713	1.530	1.550	1.666	1.709	1.514	987	901	809	735
Serviços	16.711	20.276	19.792	18.893	20.515	20.594	19.847	17.690	18.213	19.753	19.522
Total	65.567	76.411	78.297	75.642	77.524	81.646	77.160	70.361	71.397	73.677	75.539

continua

Tabela A-1 Número de empregos formais segundo o setor de atividade econômica – Feira de Santana e municípios selecionados, 2009 a 2019

continuação

Municípios/ Setores	Número de empregos										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Salvador											
Adm. Pública	213.470	212.470	206.771	194.996	141.177	196.418	189.444	186.079	198.035	202.112	139.905
Agropecuária*	1.098	1.110	1.352	1.118	1.286	1.307	1.243	1.231	1.125	1.149	1.130
Comércio	122.035	130.703	132.731	138.947	141.742	141.324	135.804	127.289	125.684	121.827	125.497
Const. Civil	68.399	80.981	75.103	80.197	79.972	72.122	63.199	51.632	45.585	42.738	42.658
Extrativa mineral	3.249	613	760	2.922	3.032	2.960	2.359	2.138	2.068	1.817	1.759
Indústria de transf.	29.691	32.618	35.755	34.649	37.282	35.467	33.261	30.795	28.720	28.014	27.276
SIUP**	9.759	10.270	12.018	11.928	12.914	12.797	12.451	12.270	12.394	14.419	16.669
Serviços	310.898	327.791	357.987	375.543	379.033	387.500	364.523	351.309	353.185	358.175	353.850
Total	758.599	796.556	822.477	840.300	796.438	849.895	802.284	762.743	766.796	770.251	708.744
Vitória da Conquista											
Adm. Pública	8.086	7.892	8.692	8.563	8.410	7.937	8.296	7.786	8.574	9.220	9.403
Agropecuária*	1.446	1.437	1.468	1.597	1.517	1.553	1.416	1.566	1.428	1.498	1.380
Comércio	14.338	15.774	16.716	17.575	17.960	18.704	18.291	17.891	18.077	18.482	18.778
Const. Civil	2.189	4.051	7.497	7.300	7.047	5.878	5.412	5.086	4.567	5.177	3.815
Extrativa mineral	173	174	173	159	204	222	213	207	182	168	172
Indústria de transf.	7.371	7.997	8.193	8.480	8.635	9.573	9.525	9.675	10.254	10.345	10.259
SIUP**	184	315	183	282	337	300	315	327	412	505	311
Serviços	17.257	18.803	19.746	20.612	22.811	25.180	24.566	24.254	24.692	25.484	27.808
Total	51.044	56.443	62.668	64.568	66.921	69.347	68.034	66.792	68.186	70.879	71.926

Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

*inclui extrativa vegetal, caça e pesca.

** Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Tabela A-2 – Número de empregos formais segundo o tamanho dos estabelecimentos: Feira de Santana e municípios selecionados, 2009 a 2019

Município/Tamanho do estabelecimento	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Feira de Santana											
Microempresa	32.711	35.051	37.167	39.661	40.954	42.537	42.003	41.677	41.389	40.520	41.723
Pequena	26.452	28.795	30.304	31.191	34.034	36.103	34.544	30.252	29.975	30.178	31.504
Total MPE	59.163	63.846	67.471	70.852	74.988	78.640	76.547	71.929	71.364	70.698	73.227
Média	20.088	24.191	25.330	29.207	29.266	27.818	25.521	23.746	22.759	24.146	26.992
Grande	13.481	15.867	14.361	17.809	20.312	18.136	20.886	20.284	20.361	22.168	20.383
Total	92.732	103.904	107.162	117.868	124.566	124.594	122.954	115.959	114.484	117.012	120.602
Camaçari											
Microempresa	10.284	10.818	12.270	12.636	13.648	14.099	14.618	14.290	13.839	13.749	15.242
Pequena	12.985	14.249	13.640	14.358	14.936	14.938	15.177	14.057	14.203	15.033	15.233
Total MPE	23.269	25.067	25.910	26.994	28.584	29.037	29.795	28.347	28.042	28.782	30.475
Média	19.849	21.919	23.860	21.963	21.687	23.814	23.699	18.856	18.756	19.099	18.292
Grande	22.449	29.425	28.527	26.685	27.253	28.795	23.666	23.158	24.599	25.796	26.772
Total	65.567	76.411	78.297	75.642	77.524	81.646	77.160	70.361	71.397	73.677	75.539
Salvador											
Microempresa	148.946	156.026	162.685	174.341	176.908	179.720	179.910	176.049	171.098	168.251	167.105
Pequena	125.737	134.990	141.926	150.336	151.275	152.575	142.175	135.345	133.833	132.585	136.161
Total MPE	274.683	291.016	304.611	324.677	328.183	332.295	322.085	311.394	304.931	300.836	303.266
Média	132.114	146.033	145.723	150.353	156.278	145.239	133.941	123.532	126.391	127.557	130.436
Grande	351.802	359.507	372.143	365.270	311.977	372.361	346.258	327.817	335.474	341.858	275.042
Total	758.599	796.556	822.477	840.300	796.438	849.895	802.284	762.743	766.796	770.251	708.744
Vitória da Conquista											
Microempresa	18.122	19.419	21.362	22.779	23.079	23.979	24.458	24.043	24.106	24.538	25.278
Pequena	12.236	13.548	14.273	16.011	17.756	19.477	18.269	16.669	16.811	17.344	18.699
Total MPE	30.358	32.967	35.635	38.790	40.835	43.456	42.727	40.712	40.917	41.882	43.977
Média	7.408	10.285	12.352	10.710	10.555	8.583	8.776	9.744	8.685	9.720	9.288
Grande	13.278	13.191	14.681	15.068	15.531	17.308	16.531	16.336	18.584	19.277	18.661
Total	51.044	56.443	62.668	64.568	66.921	69.347	68.034	66.792	68.186	70.879	71.926

Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Obs.: Microempresa = Até 19 empregados; Pequena = De 20 a 99; Média = De 100 a 499; Grande = 500 ou mais.

Tabela A-3 – Feira de Santana: número de empregos formais nos subsetores da Indústria de Transformação e de Serviços, 2009 a 2019

Subsetores	Número de empregos formais										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Indústria de Transformação											
Alimentos e Bebidas	3.722	4.264	4.312	4.327	5.033	4.865	4.799	4.448	4.303	4.446	4.472
Borracha, Fumo, Couros	2.484	2.920	3.096	3.386	3.332	3.320	3.051	2.970	2.916	2.998	3.009
Elétrico e Comunic	1.593	1.732	1.826	1.820	1.700	790	581	452	454	452	401
Indústria Calçados	242	105	101	77	92	103	76	70	39	41	34
Indústria Mecânica	445	468	534	578	432	478	409	351	483	413	799
Indústria Metalúrgica	1.575	1.933	2.076	2.160	2.339	2.258	2.013	1.729	1.543	1.478	1.372
Indústria Química	1.795	1.620	1.541	1.541	1.543	1.368	1.941	2.152	2.313	2.582	2.835
Indústria Têxtil	2.607	2.910	2.855	2.785	2.933	2.964	1.958	1.682	1.733	1.696	1.541
Madeira e Mobiliário	547	699	937	1.014	929	903	836	902	848	813	948
Material de Transporte	257	268	272	257	263	291	268	193	177	173	182
Papel e Gráf	1.422	1.653	1.852	1.881	1.940	2.141	2.081	2.093	2.202	2.243	2.173
Prod. Mineral Não Metálico	1.163	1.333	1.106	1.180	1.175	1.064	957	834	758	796	769
Total	17.852	19.905	20.508	21.006	21.711	20.545	18.970	17.876	17.769	18.131	18.535
Serviços											
Adm Técnica Profissional	5.032	6.807	8.049	12.160	11.854	12.622	15.578	13.464	13.909	13.714	13.943
Aloj Comunic	5.878	6.683	7.440	8.021	8.347	8.729	8.676	8.430	8.996	9.005	9.359
Ensino	4.947	5.329	5.948	6.349	6.368	7.310	7.434	7.940	7.342	7.654	7.462
Instituição Financeira	1.374	1.415	1.463	1.587	1.625	1.630	1.589	1.449	1.454	1.532	1.564
Médicos Odontológicos Vet	3.867	3.969	4.279	5.321	5.783	6.215	6.564	7.020	6.165	7.413	7.990
Transporte e Comunicações	5.093	6.057	7.032	7.570	7.858	8.148	7.680	7.161	6.976	7.218	7.590
Total	26.191	30.260	34.211	41.008	41.835	44.654	47.521	45.464	44.842	46.536	47.908

Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Tabela A-4 – Camaçari: número de empregos formais nos subsetores da Indústria de Transformação e de Serviços, 2009 a 2019

Subsetores	Número de empregos formais										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Indústria de Transformação											
Alimentos e Bebidas	2.504	2.478	2.402	2.564	1.479	2.585	2.001	1.919	1.931	1.710	2.135
Borracha, Fumo, Couros	1.500	1.846	2.051	2.233	2.555	2.644	2.645	2.877	3.009	3.106	3.163
Elétrico e Comunic	530	598	770	665	838	797	758	518	359	271	444
Indústria Calçados	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Indústria Mecânica	2.096	1.920	2.055	2.171	1.875	1.539	997	925	801	989	789
Indústria Metalúrgica	933	1.164	1.183	949	1.006	1.027	1.168	1.029	1.336	1.503	1.481
Indústria Química	7.704	9.208	9.384	9.561	8.239	8.806	8.747	8.440	8.569	7.979	7.810
Indústria Têxtil	1.185	1.195	1.045	1.093	1.133	1.412	1.071	1.524	1.491	1.633	1.398
Madeira e Mobiliário	223	234	212	223	240	265	239	262	220	175	195
Material de Transporte	5.703	5.920	5.766	6.585	7.302	7.347	8.095	6.822	7.298	6.936	6.730
Papel e Gráf	742	786	792	928	1.128	1.303	1.273	1.216	1.184	1.195	1.305
Prod. Mineral Não Metálico	1.222	1.297	1.382	1.346	1.271	1.380	1.247	1.002	1.001	960	1.005
Total	24.343	26.646	27.042	28.318	27.066	29.105	28.241	26.534	27.199	26.457	26.455
Serviços											
Adm Técnica Profissional	5.714	6.592	5.643	5.230	5.715	5.909	5.818	5.269	6.339	7.669	7.706
Aloj Comunic	3.817	4.521	5.047	5.032	4.960	4.556	5.075	4.431	4.279	4.100	3.705
Ensino	776	608	711	763	1.163	1.134	1.246	1.381	1.369	1.587	1.701
Instituição Financeira	392	482	496	577	662	676	645	618	612	500	498
Médicos Odontológicos Vet	1.275	1.363	1.346	1.339	1.625	1.678	1.726	1.718	1.721	1.999	2.031
Transporte e Comunicações	4.737	6.710	6.549	5.952	6.390	6.641	5.337	4.273	3.893	3.898	3.881
Total	16.711	20.276	19.792	18.893	20.515	20.594	19.847	17.690	18.213	19.753	19.522

Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Tabela A-5 – Salvador: número de empregos formais nos subsetores da Indústria de Transformação e de Serviços, 2009 a 2019

Subsetores	Número de empregos formais										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Indústria de Transformação											
Alimentos e Bebidas	8.920	8.337	10.466	10.723	13.256	12.363	12.473	11.945	12.112	12.592	12.598
Borracha, Fumo, Couros	658	685	799	897	1.104	1.281	1.174	1.155	1.039	1.000	1.121
Elétrico e Comunic	395	431	613	464	482	485	436	407	424	343	456
Indústria Calçados	32	38	51	89	127	134	119	115	65	63	47
Indústria Mecânica	1.420	1.344	1.553	1.555	1.632	1.799	1.809	2.110	1.629	1.417	1.547
Indústria Metalúrgica	2.306	3.229	3.826	3.825	3.880	3.008	2.990	2.346	2.099	2.202	2.034
Indústria Química	3.685	6.580	6.353	4.641	4.416	4.304	3.576	3.263	2.974	2.319	2.310
Indústria Têxtil	5.563	5.343	4.836	5.093	4.527	4.378	4.121	3.484	3.183	2.988	2.835
Madeira e Mobiliário	1.913	1.740	1.992	2.318	2.343	2.460	2.121	2.070	2.189	2.101	1.474
Material de Transporte	266	264	335	323	940	459	320	391	354	264	332
Papel e Gráf	3.204	3.325	3.345	3.184	2.945	3.070	2.677	2.330	1.721	1.874	1.689
Prod. Mineral Não Metálico	1.329	1.302	1.586	1.537	1.630	1.726	1.445	1.179	931	851	833
Total	29.691	32.618	35.755	34.649	37.282	35.467	33.261	30.795	28.720	28.014	27.276
Serviços											
Adm Técnica Profissional	107.981	118.541	126.701	130.010	126.548	133.663	116.195	110.106	114.230	109.927	108.060
Aloj Comunic	74.642	78.060	78.836	83.791	86.743	85.078	81.583	76.092	72.599	73.778	74.283
Ensino	33.832	33.870	41.926	44.570	44.016	46.764	48.027	47.649	50.310	56.574	52.813
Instituição Financeira	11.927	12.417	12.834	12.907	12.919	13.279	13.179	12.700	12.028	11.968	12.510
Médicos Odontológicos Vet	39.073	41.598	44.379	47.015	48.698	49.605	52.836	55.684	58.203	60.316	61.421
Transporte e Comunicações	43.443	43.305	53.311	57.250	60.109	59.111	52.703	49.078	45.815	45.612	44.763
Total	310.898	327.791	357.987	375.543	379.033	387.500	364.523	351.309	353.185	358.175	353.850

Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Tabela A-6 – Vitória da Conquista: número de empregos formais nos subsetores da Indústria de Transformação e de Serviços, 2009 a 2019

Subsetores	Número de empregos formais										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Indústria de Transformação											
Alimentos e Bebidas	1.690	1.783	1.924	2.052	2.011	2.439	2.235	2.078	2.055	2.112	2.116
Borracha, Fumo, Couros	186	190	269	301	257	285	273	229	190	176	178
Elétrico e Comunic	37	27	38	48	64	75	81	64	60	58	54
Indústria Calçados	2.105	2.037	1.797	1.624	1.696	1.999	1.667	2.392	2.422	2.324	1.832
Indústria Mecânica	64	106	71	76	72	77	99	89	90	46	58
Indústria Metalúrgica	428	517	551	588	678	614	547	457	483	412	460
Indústria Química	1.127	1.256	1.265	1.407	1.387	1.572	1.503	1.505	1.591	1.599	1.595
Indústria Têxtil	569	672	691	670	636	633	1.281	1.290	1.746	2.045	2.425
Madeira e Mobiliário	340	438	572	523	601	684	635	565	595	612	606
Material de Transporte	113	119	136	163	161	154	122	87	89	90	94
Papel e Gráf	197	233	220	272	259	294	300	280	253	224	246
Prod. Mineral Não Metálico	515	619	659	756	813	747	782	639	680	647	595
Total	7.371	7.997	8.193	8.480	8.635	9.573	9.525	9.675	10.254	10.345	10.259
Serviços											
Adm Técnica Profissional	2.035	3.046	3.516	3.727	4.627	5.810	4.814	4.348	4.555	4.720	5.077
Aloj Comunic	4.559	4.443	5.522	4.869	5.289	5.284	5.177	4.915	4.949	4.984	5.025
Ensino	3.337	3.545	2.212	2.400	2.367	2.841	3.105	3.248	3.442	3.700	5.203
Instituição Financeira	632	772	792	907	881	951	998	953	940	896	1.015
Médicos Odontológicos Vet	2.648	2.546	2.715	3.136	3.695	3.979	4.159	4.617	4.679	4.931	5.077
Transporte e Comunicações	4.046	4.451	4.989	5.573	5.952	6.315	6.313	6.173	6.127	6.253	6.411
Total	17.257	18.803	19.746	20.612	22.811	25.180	24.566	24.254	24.692	25.484	27.808

Fonte: RAIS/MTP. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais - CEPES
Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 1J – Salas 1J 121 / 130 / 132
Campus Santa Mônica CEP: 38.400-902. Uberlândia – Minas Gerais.
Fone: (34) 3239-4328 / (34) 3239-4527

Site: <http://www.ieri.ufu.br/cepes> **e-mail:** cepes@ufu.br